



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

V.21 - N.42 - dezembro de 2025



**“A GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828):
ESTUDOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DE SEUS
ANTECEDENTES, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS
NA REGIÃO DO PRATA.”**



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL
desde 1970

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Machado Vazquez

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (RM1) Gilberto Santos Kerr

Departamento de História

Capitão de Mar e Guerra (T) Carlos André Lopes da Silva

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão de Mar e Guerra (RM1) André Vinicius Faro Nunes

REVISTA NAVIGATOR

<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator>

Editora Letras Marítimas
Departamento de Publicações e Divulgação
Ilha das Cobras s/nº – Centro
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492
Tiragem: 700 exemplares

NAVIGATOR	RIO DE JANEIRO	N.42 V.21	p. 140	2025
------------------	-----------------------	------------------	---------------	-------------

CONSELHO EDITORIAL

Anderson de Rietj Santa Clara dos Santos (DPHDM)
Daniel Martins Gusmão (DPHDM/LAAA-UFS)
Francisco Eduardo Alves de Almeida (PPGEM-EGN/IGHMB)
José Miguel Arias Neto (UEL/IGHMB)
Marcello José Gomes Loureiro (EN/IGHMB)
Paulo André Leira Parente (UNIRIO/IGHMB)
Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)
Wagner Luiz Bueno dos Santos (DPHDM)
Sergio Willian de C. Oliveira Filho (EAMCE/CEHIR)

CONSELHO CONSULTIVO

José Carlos Mathias (DPHDM/IGHMB)
Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Arno Wehling (IHGB/ABL)
Carlos Celestino Rios e Souza (UFPE)
Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Edina Laura Costa Nogueira da Gama (IGHMB)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRRJ/ECEME)
Gilson Rambelli (UFS/SAB)
Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
Leandro Domingues Duran (UFS/LAAA)
Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Miguel Dantas Cruz (ULisboa)
Rodrigo de Oliveira Torres (UDELAR)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
REDIB
www.redib.org
CLASE
www.clase.unam.mx
Diadorim
<http://diadorim.ibict.br>
DOAJ
<http://doaj.org>

A *Revista Navigator*, a partir de 2009, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras – Decretos nºs 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Dr. Robert W. Porto da S. Castro (DPHDM)
Me. Pierre Paulo da Cunha Castro (IGHMB)
Me. Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB)

Organização do dossiê

Prof. Dr. Nicolás C. Ciarlo
Prof. Me. Vagner R. Rigola

Identidade Visual

Designer Gráfica Edna Costa

Editores Eletrônica

Terceiro-Sargento Cinthia de Paula dos Santos

Capa

Designer Gráfico Luiz Cesário do Nascimento

Revisão

Segundo-Sargento Douglas Schellbaner Vargas

Web Designer

Terceiro-Sargento Cinthia de Paula dos Santos

Portal de periódicos da Capes
www.periodicos.capes.gov.br
Miguilim
<https://miguilim.ibict.br/>
ICAP-Pergamum
www.pergamum.puc.br/icap
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org
Web of Science
www.webofknowledge.com

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.42 (dez. 2025)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 – il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **Apresentação**
A GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828): ESTUDOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DE SEUS ANTECEDENTES, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO DO PRATA
- 9 **Apresentação do Dossiê**
Nicolás C. Ciarlo | Vagner R. Rigola
- 12 **Disputas de poder e legitimidade no Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819.**
Power struggles and legitimacy in the Government of the United Provinces of the Río de la Plata: the political use of privateering in the case of the frigate Hércules, 1815–1819.
Prof. Eduardo Sartoretto
- 36 **Entre Duendes e Bruxos: a batalha de panfletos em Montevideú como introdução a Guerra da Cisplatina (1822 -1823)**
Between Goblins and Sorcerers: the Battle of Pamphlets in Montevideo as an Introduction to the Cisplatine War (1822–1823)
Prof. Dr. Geison Siqueira
- 50 **Uma “malfadada contenda”: o debate referente à Guerra da Cisplatina entre os parlamentares brasileiros (1825-1827)**
“A Doomed Contention”: Parliamentary Debates on the Cisplatine War in Brazil (1825–1827)
Prof. Dr. Luan Mendes de Medeiros Siqueira
- 67 **“Notícias volantes, parciais e suspeitosas”: a Guerra da Cisplatina nas páginas da imprensa fluminense (1825-1826)**
Flying, partial and suspicious news”: the Cisplatine War in the pages of the Fluminense press (1825-1826)
Profa. Dra. Fabíula Paulo de Freitas Manhães
- 85 **Novas perspectivas sobre a fuga dos prisioneiros do brigue *Ana* em Carmen de Patagones (1827)**
New Perspectives on the Prisoners’ Escape from the brig Ana at Carmen de Patagones (1827)
João Victor Barreiro

De la guerra con Brasil a la identidad patagónica: la Batalla de Carmem de Patagones como lugar de memoria

From the War with Brazil to Patagonian Identity: The Battle of Carmen de Patagones as a Site of Memory

Prof. Me Leonardo Dam

ARTIGOS

A representação dos sítios de naufrágios em cartas náuticas brasileiras: uma proposta de contribuição à preservação do Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul

The representation of shipwreck sites on Brazilian nautical charts: a proposal to contribute to the preservation of the Underwater Cultural Heritage of the Blue Amazon

Prof. Me. Ricardo dos Santos Guimarães, Prof. Dr. Carlos Celestino Rios e Souza, Prof. Me. Daniel Martins Gusmão



Capa - Abordagem da corveta Maceió - Óleo sobre tela, de Eduardo de Martino. Acervo do Museu Histórico Nacional.

Representação do combate naval ocorrido em 18 de janeiro de 1827, durante a Guerra da Cisplatina, no qual a corveta Imperial Maceió, isolada de sua divisão - sotaventada e impossibilitada de prestar apoio - resistiu à investida de cinco navios das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em notável defesa, a guarnição imperial frustrou a tentativa de abordagem inimiga, repelindo os atacantes com o fogo cerrado de seus canhões.



Quarta Capa - Combate de Monte Santiago - Aquarela de Trajano Augusto de Carvalho. Acervo da DPHDM.

A obra retrata o engajamento ocorrido entre 7 e 8 de abril de 1827, na Guerra da Cisplatina, onde as unidades Independência e República foram incendiadas após encalhe e obstinada resistência de seus tripulantes. A aquarela captura o momento da ignição do primeiro navio, simbolizando o fim das batalhas entre esquadras regulares naquela guerra. Com a perda dessas unidades, a guerra naval tornou-se uma sequência de encontros entre os navios imperiais e os corsários republicanos até o fim do conflito.

Apresentação

Em atenção ao bicentenário da Guerra da Cisplatina (1825-1828), primeiro grande conflito armado em que o Brasil esteve diretamente envolvido após a Independência, a Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil, periódico científico dedicado à divulgação de estudos afetos à história marítima e áreas afins, traz aos leitores esta primeira de duas edições destinadas, principalmente, a privilegiar a divulgação de estudos que, sob as diferentes perspectivas da historiografia, conjuguem saberes transdisciplinares, notadamente entre a História e a Arqueologia.

Com o dossiê temático intitulado “A Guerra da Cisplatina (1825-1828): estudos históricos e arqueológicos de seus antecedentes, desenvolvimento e consequências na região do Prata”, organizado pelos professores Dr. Nicolas C. Ciarlo, Universidad de Cádiz (Espanha) e Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET (Argentina), e Me. Vagner da Rosa Rigola, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), este número da Revista Navigator apresenta sete contribuições distribuídas em duas seções. Na primeira parte, destinada ao dossiê, o leitor encontrará seis artigos, sendo um deles dedicado ao contexto dos processos de independência que antecederam o conflito platino, enquanto os demais debruçam suas análises sobre os multifacetados aspectos efetivamente relacionados àquela guerra.

Na sequência, e fechando este número, a seção Artigos apresenta o estudo intitulado “A representação dos sítios de naufrágios em cartas náuticas brasileiras”, elaborado pelos arqueólogos Ricardo dos Santos Guimarães e Car-

los Celestino Rios e Souza, vinculados à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Daniel Martins Gusmão, da DPHDM. No artigo, os pesquisadores apresentam uma proposta na qual discutem aspectos conceituais e metodológicos, visando a representação dos sítios arqueológicos de naufrágios em cartas náuticas brasileiras, com foco na preservação do Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul.

Com desejo de que os estudos que compõem esta edição da Revista Navigator possam concorrer para ampliar reflexões e estimular novos estudos no campo da história marítima.

Fazemos votos de uma ótima leitura!

Dr. Robert Wagner Porto da Silva Castro

Me. Pierre Paulo da Cunha Castro

Me. Carlos André Lopes da Silva

Editores

Dossiê

A Guerra da Cisplatina (1825-1828):
estudos históricos e arqueológicos de
seus antecedentes, desenvolvimento
e consequências na região do Prata

Prof. Dr. Nicolás C. Ciarlo

Prof. Me. Vagner R. Rigola

Apresentação do Dossiê

Ao completarem-se duzentos anos do início da Guerra da Cisplatina (1825-1828), a historiografia depara-se com a oportunidade singular de revisitar aquele que foi, indubitavelmente, o conflito definidor das fronteiras e das identidades nacionais na Bacia do Prata. Mais do que uma disputa territorial, a guerra representou o clímax das tensões pós-independência, moldando a arquitetura geopolítica da América do Sul e impondo ao Império do Brasil e às Províncias Unidas do Rio da Prata desafios tecnológicos, logísticos e diplomáticos que ecoariam por todo o século XIX.

A efeméride do bicentenário, iniciada em dezembro de 2025, convida-nos não apenas à celebração da memória, mas ao escrutínio crítico das fontes e à incorporação de novas abordagens metodológicas para sua investigação. O presente dossiê, intitulado “A Guerra da Cisplatina (1825-1828): estudos históricos e arqueológicos de seus antecedentes, desenvolvimento e consequências na região do Prata”, surge como uma resposta acadêmica robusta a esse chamado, reunindo pesquisas que dialogam entre a história política, a história militar e a arqueologia.

A relevância desta compilação reside na sua capacidade de transitar do macro ao micro, revelando como as grandes decisões estratégicas impactaram o cotidiano de marinheiros, prisioneiros e formadores de opinião. Ao iluminar zonas de sombra, como o papel da imprensa e a logística de prisioneiros, este volume contribui decisivamente para superar narrativas anedóticas, oferecendo uma visão complexa de uma guerra que foi, a um só tempo, local e atlântica.

Assim, a Revista 668760983 Navigator entrega à comunidade acadêmica um conjunto de trabalhos que atualizam o debate sobre o conflito. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará desde a análise das guerras de corso até a construção da memória em torno das batalhas, demonstrando que a Cisplatina continua sendo um campo fértil e necessário para o entendimento da formação dos Estados nacionais brasileiro, argentino e uruguaio.

Abrindo as contribuições do dossiê, o artigo “Disputas de poder e le-

gitimidade nos processos independentistas do século XIX: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819”, de Eduardo Sartoretto, se propõe a discutir as disputas de soberania e legitimidade das Províncias Unidas do Rio da Prata. A análise foca no papel estendido dos corsários, como a fragata *Hércules*, e no seu julgamento internacional, que questionou a existência política do governo insurgente. O estudo combina História Social e Jurídica, destacando a influência do Direito das Gentes de Vattel na concepção de soberania independentista.

Na sequência, a batalha de ideias ganha protagonismo no texto de Geison Siqueira, “Entre Duendes e Bruxos: a batalha de panfletos em Montevideu como introdução a Guerra da Cisplatina (1822-1823)”. O autor explora a análise de seis panfletos produzidos em Montevideu entre 1822 e 1823, assinados pelos pseudônimos Duende e Brujo. O estudo investiga o papel estratégico do controle do estuário do Prata e das forças navais na disputa política, combinando isso com a análise retórica dos panfletos como chave para o letramento político. Busca-se compreender como a guerra de palavras se articulou com a guerra naval.

Aprofundando-se na política interna brasileira, Luan Mendes de Medeiros Siqueira apresenta “Uma ‘malfadada contenda’: o debate referente à Guerra da Cisplatina entre os parlamentares brasileiros (1825-1827)”. O artigo dissecar a discussão das interpretações dos parlamentares brasileiros sobre a atuação do Império durante o conflito cisplatino. O debate foi marcado por divergências entre deputados e senadores a respeito de gastos militares, recrutamento, bloqueio naval e a conduta dos diplomatas imperiais. O estudo enfatiza o papel dessas discussões no direcionamento da política externa brasileira, expondo as fraturas políticas que o esforço bélico gerou na capital.

Ainda no âmbito da opinião pública, Fabíula Paulo de Freitas Manhães traz o artigo “Notícias volantes, parciais, e suspeitosas”: a Guerra da Cisplatina nas páginas da imprensa fluminense (1825-1826)”. A autora analisa a mobilização da Guerra da Cisplatina nos jornais fluminenses entre 1825 e 1826. Utilizando a metodologia do Contextualismo Linguístico, o trabalho investiga as agendas e intencionalidades dos redatores envolvidos, demonstrando que o conflito serviu de base para discussões mais amplas sobre a edificação do Estado nacional brasileiro.

Mudando o foco para a experiência humana e carcerária do conflito, João Victor Barreiro nos brinda com “Novas perspectivas sobre a fuga dos prisioneiros do brigue Ana em Carmen de Patagones (1827)”. O trabalho busca reexaminar a fuga dos prisioneiros daquele navio, deslocando o foco para as contingências operacionais e falhas logísticas argentinas, identificando o encalhe como fator decisivo. O estudo cruza fontes transnacionais para criar uma

cronologia mais ampla e analisar a memória nacional, destacando o reconhecimento imediato de Guilherme Eyre.

Fechando a seção temática, Leonardo Dam explora a dimensão da memória em “De la guerra con Brasil a la identidad patagónica: la Batalla de Carmen de Patagones como lugar de memoria”. O autor investiga o processo histórico e simbólico pelo qual a comemoração da Batalha de 7 de março de 1827, no contexto da Guerra do Brasil, se transformou em uma festividade popular. Dam utiliza a perspectiva de Pierre Nora para analisar a celebração como um “lugar de memória”. O trabalho destaca a “Festa da Soberania Patagônica” de Carmen de Patagones como única festividade popular argentina cujo núcleo simbólico é uma batalha com participação popular decisiva.

Com esta seleção, a Revista Navigator reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica e com a difusão de pesquisas que honram a complexidade da história marítima e militar. O êxito desta convocatória, contudo, nos impulsiona a ir além: é com entusiasmo que anunciamos a expansão deste projeto em um segundo volume no próximo semestre, assegurando que o vigoroso debate historiográfico suscitado pelo bicentenário da Guerra da Cisplatina encontre o espaço monumental que merece.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Nicolás C. Ciarlo

Prof. Me. Vagner R. Rigola



Disputas de poder e legitimidade no Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819.

Power struggles and legitimacy in the Government of the United Provinces of the Río de la Plata: the political use of privateering in the case of the frigate Hércules, 1815–1819.

Disputas de poder y legitimidad en el Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata: el uso político de la guerra de corso en el caso de la fragata Hércules, 1815-1819.

Eduardo Sartoretto¹

Doutorando em História Global na Escola de Doutorado Anthropos (Szkola Doktorska Anthropos), vinculada ao Instituto de História Tadeusz Manteuffel (Instytut Historii im. Tadeusza Manteuffla), da Academia Polonesa de Ciências (Polska Akademia Nauk). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e licenciado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir as disputas de soberania e legitimidade que permearam os conflitos de independência e o surgimento dos estados nacionais modernos na América Hispânica. A análise se concentra no papel estendido dos corsários e das forças marítimas empregadas pelos governos insurgentes durante essa construção. Para isso, utilizam-se as edições de *The Morning Chronicle*, *The Barbados Mercury* and *Bridge-Town Gazette* e *Gaceta de Buenos Aires*, além das obras *Campañas navales de la República Ar-*

gentina: Guerra de corso 1815 a 1821, de Ángel Justiniano Carranza, e *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828*, de William Brown. A pesquisa combina a História Social e a História Jurídica, explorando as informações veiculadas pelos periódicos e relacionando-as à compreensão de soberania dos independentistas e ao direito das gentes de Vattel.

Palavras-chave: Soberania; Legitimidade; Corsários; *Hércules*; Independências.

*Artigo recebido em 29 de setembro de 2025 e aprovado para publicação em 23 de novembro de 2025.

ABSTRACT

*This article discusses the disputes over sovereignty and legitimacy that permeated the independence conflicts and the emergence of modern nation-states in Hispanic America. The analysis focuses on the extended role of privateers and maritime forces employed by insurgent governments during this construction. The study uses editions of *The Morning Chronicle*, *The Barbados Mercury* and *Bridge-Town Gazette*, and *Gaceta de Buenos Aires*, in addition to the works *Campañas navales de la República Argentina: Guerra de corso 1815 a 1821* by Ángel Justiniano Carranza, and *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828* by William Brown. The research combines Social History and Legal History, exploring the information conveyed by the periodicals and relating it to the independentists' understanding of sovereignty and Vattel's law of nations.*

Keywords: Sovereignty; Legitimacy; Privateers; Hercules; Independences.

RESUMEN

*El presente artículo discute las disputas de soberanía y legitimidad que permearon los conflictos de independencia y el surgimiento de los estados nacionales modernos en Hispanoamérica. El análisis se centra en el papel extendido de los corsarios y las fuerzas marítimas empleadas por los gobiernos insurgentes durante dicha construcción. Para tal, se utilizan ediciones de *The Morning Chronicle*, *The Barbados Mercury* and *Bridge-Town Gazette* y *Gaceta de Buenos Aires*, además de las obras *Campañas navales de la República Argentina: Guerra de corso 1815 a 1821* de Ángel Justiniano Carranza, y *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828* de William Brown. La investigación combina la Historia Social y la Historia Jurídica, explorando la información difundida por los periódicos y relacionándola con la comprensión de soberanía de los independentistas y el derecho de gentes de Vattel.*

Palabras-clave: Soberanía; Legitimidad; Corsarios; Hércules; Independencia.

INTRODUÇÃO

Na manhã de quarta-feira, 5 de maio de 1819, todos os indivíduos estabelecidos na capital das Províncias Unidas do Rio da Prata, que acompanhavam avidamente as informações sobre a política externa e os conflitos enfrentados pelo governo, através da *Gaceta de Buenos Aires*, podiam ler em suas páginas a seguinte transcrição de uma notícia veiculada no exterior:

SEÑHOR

Em uma carta de Buenos Aires inserida em seu jornal do dia 3 do presente, encontrei um parágrafo que, pela importância do assunto a que se refere, terá despertado, não tenho dúvida, em outros o mesmo interesse que em mim, depois de lê-lo. Sabemos por ele que os povos das

Províncias Unidas do Rio da Prata aguardam com ansiosa expectativa a decisão final de um caso pendente no momento em nosso tribunal do almirantado, e que uma opinião que se diz ter sido publicamente, embora extrajudicialmente, revelada pelo juiz, espalhou entre eles não pequeno medo. A fragata *Hércules*, despachada pelo governo de Buenos Aires e comandada por um de seus oficiais, o Comodoro Brown, foi trazida, sob um pretexto frívolo, para um porto britânico e para a jurisdição de nosso almirantado; e o rei da Espanha reivindicou a propriedade do navio, porque se sabe que sua carga consiste principalmente em interesses tomados de navios espanhóis nas costas do Chile e do Peru. Brown e seu governo resistem a essa pretensão, alegando que ele está em guerra com a Espanha e que, conse-

quentemente, seus navios são boas presas. Mas se diz que o juiz declarou que seu título não pode ser válido, porque o governo de Buenos Aires na presença de um tribunal inglês é inexistente, e a legalidade das prisões feitas em virtude de uma comissão emanada de tal autoridade não pode ser reconhecida na Inglaterra. Não é estranho que uma declaração dessa natureza desperte temores entre aqueles cuja existência política se recusa a ser conhecida; pois se a decisão final da questão estivesse de acordo com essa opinião, nossa professada neutralidade se transformaria em hostilidade real, e toda a força naval da Inglaterra seria interposta para proteger a Espanha dos independentes, enquanto ela era deixada em liberdade para cansá-los o mais rápido possível. Espero, no entanto, que esse medo seja infundado, pois não posso me persuadir de que uma opinião inconsistente com os princípios do direito das nações, com a linha de política do estado, que nossos ministros até agora perseguem e declaram que continuará, poderia ter sido expressa por um juiz como Sir William Scott, cuja sabedoria e talentos inimitáveis lhe conferiram o alto cargo em que é colocado com um esplendor até então desconhecido. (Tradução livre do autor)²

O trecho em questão fora retirado da edição de número 15.465 do periódico inglês *The Morning Chronicle*, publicada em 24 de novembro do ano anterior, e era uma transcrição direta de uma carta enviada ao editor do jornal, por um autointitulado “amigo da neutralidade”. Com questionamentos a respeito da validade da atuação da Marinha britânica mediante o cenário de conflitos existente entre a monarquia espanhola e suas colônias independentistas, o interlocutor se posiciona contrário à decisão do juiz do caso, uma vez que a considera pouco estratégica, se a pretensão for a neutralidade. A carta se estende

por quase três páginas na edição portenha. Nela, ao refletir sobre o ocorrido, o autor faz perguntas como:

Se a existência política de um povo, que atualmente é independente, deve depender de seus pactos com estados estrangeiros; de quantos de seus vizinhos você deve obter um reconhecimento solene? A aprovação da Inglaterra por si só fará uma nação da qual ela não era uma nação antes? Deve uma parte maior dos Estados soberanos europeus consentir com isso? Ou é necessário que o reconhecimento seja unânime? E existe alguma assembleia conhecida do direito público da Europa, na qual tal reconhecimento possa ser recebido? A Rússia não tinha direitos políticos até formar uma aliança conosco no século XVI? Muitos reinos da Ásia, que não têm relação conosco ou com qualquer outra potência europeia, devem ser chamados de inexistentes? (Tradução livre do autor)³

Ao suscitar tais indagações, o interlocutor nos induz a refletir acerca das dimensões política e jurídica e da compreensão de mundo das sociedades ocidentais, no início do século XIX. Para além disso, as inquiuições que faz, nos incitam o pensar sobre como eram vistos os governos independentistas, principalmente pelas grandes potências do período, a partir da segunda metade dos anos 1810, quando a maioria dos processos de ruptura já haviam atingido uma espécie de ponto de não retorno.

O presente artigo, portanto, aproveita-se da análise do papel desempenhado pelo Almirante Brown junto à fragata *Hércules*, durante sua atuação no Pacífico e no Atlântico – entre os anos de 1816 e 1817 –, para propor uma discussão a respeito das disputas de soberania e legitimidade nos conflitos de independência encabeçados pelas Províncias Unidas

do Rio da Prata, no início do século XIX. Além da compreensão acerca do processo de construção da soberania dos estados nacionais modernos, este artigo também visa entender a extensão do papel dos corsários e demais forças marítimas empregadas pelos governos insurgentes, durante essa construção. Para tanto, este estudo utiliza como fonte as edições do *The Morning Chronicle*, de Londres; do *The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette*, de Bridgetown; e da *Gaceta de Buenos Aires*, de Buenos Aires; além das obras *Campañas navales de la República Argentina: Guerra de corso 1815 a 1821*, de Ángel Justiniano Carranza; e *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828*, de William Brown. Metodologicamente, esta análise utiliza como pontos focais os eixos da História Social e da História Jurídica, explorando as informações veiculadas pelos periódicos elencados, relacionando-as de modo a compreender os acontecimentos, e estudando o processo sob a luz da compreensão de soberania, compartilhada pelos independentistas, bem como dos direitos das gentes de Emer de Vattel (1714-1767), como será visto abaixo, uma das referências jurídicas utilizadas durante a construção dos Estados Modernos.

NOÇÕES DE SOBERANIA E LEGITIMIDADE NO PRATA E NA BUENOS AIRES INDEPENDENTISTA

Quando pensamos o cenário político da Hispano-América, nas primeiras duas décadas do século XIX, torna-se evidente a inexistência de um consenso em torno de um projeto de poder único (PIMENTA, 2006. p. 29-61). Há uma justificativa para tal característica, se observada a extensão territorial das colônias hispânicas no continente americano,

bem como a variedade de vice-reinados, povos, elites, e da administração destes espaços (LOBO, 1962. p. 475 *apud* SARTORETTO, 2017, p. 28). Todavia, isso por si só não é suficiente para compreendermos a gama de ideias existentes durante os conflitos independentistas.

Ao observarem a organização política das províncias revolucionárias do século XIX, os historiadores José Carlos Chiaramonte (2004) e Lauren Benton (2012) destacam que as ideias de soberania ali difundidas foram influenciadas de maneira direta pelo sistema de *soberania dividida*. Ou seja: um projeto do Império hispânico, que ocorria desde o século XVI, desenhado através de uma espécie de *soberania em camadas*, que se baseava na ideia de que o poder era distribuído e dividido entre o monarca e as comunidades formadas pelos súditos, onde estas tinham o poder de legitimar, ou não, a soberania do rei e este por sua vez, possuía a capacidade de designar poder aos seus representantes provincianos. Essa compreensão acerca da divisão da soberania figurou como essencial para a organização das colônias; mas, não somente, isso porque, quando observamos a crise do Antigo Regime e das colônias Ibéricas, no início do século XIX, percebemos a criação dos *cabildos*, após as invasões inglesas de 1806 e 1807, como uma consequência do fortalecimento da autonomia local, em detrimento do descaso metropolitano com a região (DONGHI, 2014; SARTORETTO, 2019; Ibidem, 2022).

Apesar de apontados por Chiaramonte como simples assembleias políticas, inicialmente sem relação direta com as questões de soberania e legitimidade, os *cabildos* assumiram o papel de representação dos interesses locais, a partir de 1810, dando origem às juntas de governo e, consequentemente, impulsionando as

discussões a respeito da *soberania dos povos*⁴ (CHIARAMONTE, 2004; Ibidem, 2008; DI MEGLIO, 2010).

Outro fator importante para o estabelecimento destas ideias de soberania entre os independentistas, *O Direito das Gentes* de Emer de Vattel, foi um tratado publicado em 1758, que estabeleceu uma série de definições e regulamentos sobre a aplicação do direito natural aos Estados e/ou Nações soberanos, bem como sua organização interna e externa. Entre as convenções estabelecidas pelo autor, o que mais chamou a atenção dos juristas e políticos do período, e posteriores, foi o estabelecimento de direitos e deveres atrelados aos Estados e/ou Nações, para consigo, para com seus cidadãos e para com outros Estados e/ou Nações. A inovação deste tratado perdurou para a posteridade, se popularizando também entre os políticos, principalmente durante as crises do Antigo Regime, os processos independentistas da América e a elaboração dos Estados nacionais modernos (CHIARAMONTE, 2004. pp. 127-128).

Conforme apontado por José Carlos Chiaramonte,

Sua obra sobre o direito das gentes era utilizada desde o México até o Chile, onde foi texto de ensino durante vários anos; no Rio da Prata, onde mesmo nos anos 20 se oferecia a venda em Buenos Aires uma edição em castelhano de seu *Direito das gentes, ou princípios da lei natural aplicado a conduta e aos negócios das nações e dos soberanos*, e no Rio Grande do Sul, em tempos da Revolução Farroupilha (Tradução livre do autor. CHIARAMONTE, 2004. p. 127)

Embasados pelos escritos presentes no *Direito Natural* e no *Direito de Gentes* – que, segundo Chiaramonte (2004, p. 81-82), “longe de conformar somente um capítulo da história das doutrinas jurídicas,

construíram, em tempos que não haviam nascido a sociologia nem as [...] ciências políticas, o fundamento do direito político e, portanto, das práticas políticas da época” – , os líderes provinciais, bem como os membros das elites *criollas*, partindo da ideia de que os Estados ou Nações eram uma espécie de pessoas morais independentes e livres (CHIARAMONTE, 2004. p. 81-85; VATTEL, 2004. p. 1-18), defendiam a autonomia e buscavam a garantia de seus direitos com relação à condução de uma política externa, ao estabelecimento de um regulamento para o comércio e à organização de forças militares próprias de cada província (BENTON, 2012; CHIARAMONTE, 2004).

A concepção de *soberania dos povos* aliada às ideias presentes nos textos jurídicos, embasava e fortalecia a pluralidade de projetos políticos e de lideranças *cabildais* e provinciais, sem que houvesse a necessidade da formação de um ou mais Estados-nação, como o único resultado político viável. Isso, porém, não inviabilizava o acordo entre os interesses e políticas de cada *cabildo* ou província. A medida em que um conjunto de *pueblos* soberanos percebiam os riscos de uma subsistência independente e da debilidade dos recursos econômicos e culturais provenientes disso, estes tendiam a se distanciar da ideia de soberania absoluta, para se associar com outros governos com quem tinham maiores vínculos, sem que isso significasse abdicar da característica de pessoas morais (CHIARAMONTE, 2004. p. 84-85). Nesse sentido, mesmo sem pertencer formalmente a confederações, as províncias podiam ser agrupadas para fins internacionais, caso houvesse a necessidade, como beligerantes numa guerra contra a Espanha (BENTON, 2012; CHIARAMONTE, 2004).

Dentro deste contexto, para o período

pós-eclosão dos conflitos de independência no Prata, vemos o surgimento e fortalecimento de grupos políticos, bem como sua organização em torno de projetos de governo distintos. De um lado, as elites portenhas empenhavam-se na organização de um governo que visava um projeto de domínio e edificação de um Estado unificado, principalmente através da criação do Diretório Supremo, em Buenos Aires, durante o ano de 1814, e da formação das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1816. De outro lado, Montevideu ainda se esforçava para representar os interesses monarquistas, com o auxílio de Portugal, que intentava garantir sua influência na região. Concomitantemente a isso, ainda visualizamos a atuação de José Gervásio Artigas e de suas tropas na criação e desenvolvimento de um projeto de governo, iniciado em 1812, que visava promover a soberania particular dos *pueblos*. Todos esses projetos disputavam entre si, ora se aliando, ora se repelindo, em prol de suas causas (BENTON, 2012; DUARTE, 2004; SARTORETTO, 2022; WINTER, 2014).

As diferenças ideológicas e políticas não se limitavam ao exterior, mas estendiam-se internamente em cada território ou governo. Quando consideramos a situação da administração do governo de Buenos Aires, no pós-1810, bem como o cenário belicoso descrito no parágrafo anterior, vemos uma dança das cadeiras ideológicas, com diversos grupos e interesses alternando-se no poder, conforme o processo e os conflitos de independência ganhavam fôlego (DOMBRECHT, 2025; DI MEGLIO, 2010; TERNAVASIO, 2012). Durante o período aqui analisado, esse conflito de interesses internos se estende, mesmo após a criação das Províncias Unidas do Rio da Prata (DONGHI, 2014, pp. 189-277). Todavia, neste momento de estabelecimento das Províncias Unidas do

Rio da Prata, o governo portenho passou a gozar momentaneamente de uma posição de liderança externa (TERNAVASIO, 2012, p. 77). E visando mantê-la, os portenhos intensificaram a atuação dos corsários, na intenção de conquistar espaço externo, difundir ideias e promover a manutenção da soberania política e comercial de suas Juntas de governo, diante do cenário internacional (SARTORETTO, 2022, p. 81).

O ALMIRANTE BROWN, A HÉRCULES E AS EXPEDIÇÕES CORSÁRIAS DAS PROVÍNCIAS UNIDAS

Dentro do cenário político rioplatense, Di Meglio aponta o ano de 1814 como um período importante para o estabelecimento do governo portenho, isso porque, ao longo da primeira metade do corrente, Buenos Aires empreendeu uma série de campanhas para dominar a região do Estuário do Prata e sitiar a cidade de Montevideu (DI MEGLIO, 2010, pp. 271-272). Essas ações contaram com uma intensa atuação estratégica de tropas terrestres e marítimas, que se mostraram essenciais para os resultados obtidos⁵. Quando consideradas as inspirações do trabalho de Vattel na construção das noções de soberania dos insurgentes, bem como a afirmação que o autor estabelece nos escritos do *Direito das Gentes*, “Toda Nação está, pois, obrigada a manter essa associação e, desde que é em sua permanência que reside a conservação da Nação, conclui-se que toda Nação tem a obrigação de conservar-se” (VATTEL, 2004, livro I, §16, p. 20), e tendo em vista o projeto de centralização política empreendido pelos portenhos, fica evidente que essa empreitada do governo de Buenos Aires figurou como uma tentativa de conservação de sua unidade política perante o cenário belicoso da região⁶.

Isso pode ser endossado quando ponderado que foi neste momento que “o governo de Buenos Aires pela primeira vez notou a necessidade de criar uma força naval para o Rio da Prata, com o objetivo de arrebatá-los aos espanhóis e, se possível, o domínio do mar que haviam possuído até aquele momento”, isso porque, acreditava-se que enquanto os inimigos mantivessem o domínio fluvial, estes continuariam a receber provisões, dinheiro e demais ajuda necessária, advindos tanto da Espanha, quanto de províncias monarquistas aliadas e/ou da coroa portuguesa e “nunca poderiam reduzir-se à cidade, por mais que fosse estritamente sitiada por terra”⁷. Assim, tanto o ato como sua organização podem ser considerados uma consequência das interpretações locais do *Direito das Gentes*, uma vez que Vattel também estabelece que “Desde que a Nação é obrigada a se conservar, ela tem direito a tudo o que for necessário para esse propósito” (VATTEL, 2004, livro I, §18, p. 22).

Ainda, uma vez que é conhecido que tanto a presença quanto a atuação de embarcações corsárias na região não eram uma novidade para os governos beligerantes no ano de 1814 – dado o histórico da região com esse tipo de atividade predatória, que remonta ao século XVIII, bem como à incidência de relatos e textos de opinião, presentes no periódico local⁸ – é viável interpretar a proposta de criação e/ou formalização de uma força marítima como um reforço da compreensão do emprego do corso como afirmação política e defesa da legitimidade dos territórios insurgentes (DESIDERATO, 2019; DUARTE, 2004; GARRIDO, 2016; HEAD, 2015; SARTORETTO, 2022).

Neste contexto, a figura de William Brown⁹ foi escalada para encabeçar a esquadra portenha e foi alçada à patente de Tenente-Coronel e comandante das forças

navais, uma vez que possuía vasta experiência no mar e ocupava a patente de capitão há mais de uma década, além de ser um comerciante estabelecido na sociedade portenha, sendo dono de algumas embarcações e possuindo um histórico “de ressentimento contra a marinha espanhola, que lhe havia capturado dois pequenos barcos de sua propriedade carregados de couros, tratando cruelmente a seus marinheiros pela única ofensa de traficar entre Buenos Aires e a Banda Oriental”¹⁰. Os resultados obtidos nestas incursões renderam a Brown o título de Comandante Geral da Marinha, ou Almirante (SARTORETTO, 2022, p. 117). Além disso, “Como testemunho de sua gratidão e para comemorar os importantes serviços prestados pelo comodoro Brown na tomada de Montevideu, o governo lhe doou a *Hércules*”¹¹.

Após as campanhas bem-sucedidas na Região do Rio da Prata, entre os anos de 1814 e 1815 – nas quais os portenhos conseguiram derrotar os exércitos realistas e sitiar Montevideu, bloqueando o acesso ao porto da mesma, por um tempo –, e uma vez considerada pacificada a região, o governo de Buenos Aires decidiu estender a atuação de seus agentes para o Oceano Pacífico. Com o objetivo de “adiantar por todos os meios possíveis a grande obra da revolução” e “hostilizar a bandeira espanhola, no Pacífico, por todos os meios de alcance dos expedicionários”, o governo portenho despachou duas embarcações de guerra: a fragata *Hércules*, forrada e armada com 29 peças de calibre 24, 12 e 8, tripulada com cerca de 102 homens e capitaneada por Michael Brown (irmão de William Brown); e o bergantim *Trinidad*, com 20 canhões de calibre 24, 12, 8, 6 e 3, tripulado com 58 homens e capitaneado por Manuel Chitty (cunhado de Brown)¹². Nesta nova empreitada, “o governo jul-

gou conveniente manter Brown a seu lado, a fim de ocupá-lo em atividades de maior utilidade à causa". Entretanto, o Almirante se juntou à esquadra, afirmando "que a causa dos americanos do Sul, deveria ser seguida por um homem capaz de servi-la com honra e vigor", expondo, ainda, que não poderia regressar à Buenos Aires e nem deveria o Governo esperar que ele o fizesse, uma vez que este havia feito fortes investimentos em equipagem para ambos os navios¹³.

Novamente, é possível estabelecer-se uma conexão entre as ações do governo de Buenos Aires e os escritos de Vattel acerca dos direitos de uma nação. Assim como o autor estabelece que uma nação o dever de conservação e o direito à tudo o que for necessário para tal, ele também ratifica que "[...] cada Estado deve a outro Estado o que ele deve a si mesmo à medida que este outro tenha necessidade real de ajuda, e que ele possa conceder essa ajuda sem negligenciar os deveres para consigo mesmo", desse modo "[...] quando um Estado vizinho for atacado injustamente por um inimigo poderoso, que ameaça oprimi-lo, se for possível defendê-lo sem se expor a grave perigo, não há dúvida que deve ser feito" (VATTEL, 2004, livro II, §3º e §4º, p. 194). Longe de estabelecer uma justificativa para a atitude do governo portenho, esta relação aqui estabelecida visa apontar para as inspirações tomadas do documento do jurista pelos políticos buenaienses da época.

Nesse sentido, se considerarmos os escritos do autor acerca da organização da guerra e suas justificativas, bem como o fato de que Vattel estabelece que "O soberano é o verdadeiro agente da guerra, que é feita em seu nome e sob seu comando. As tropas, soldados, oficiais e, em geral, todas aquelas pessoas por meio das quais o soberano faz a guerra, são ins-

trumentos em suas mãos. Eles executam a vontade dele e não as suas próprias" (VATTEL, 2004, pp. 407-439; livro III, §6º, pp. 409-410), percebemos que o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata utiliza-se das embarcações, armamentos e tripulações como instrumentos de sua vontade para dar continuidade à guerra empreendida em prol do estabelecimento de sua soberania, bem como das demais soberanias no território da América. Nesse contexto, é interessante observar que este uso se estende inclusive para seus oficiais mais apreciados¹⁴, uma vez que o governo portenho ordena a Brown que este se mantenha em solo, a fim de executar outros planos.

Por outro lado, ao recusar-se a obedecer às ordens que lhe foram dadas, apresentando, para tal, argumentos de cunho ideológico e financeiro, Brown reforça que, para além de uma posição ideológica, sua atuação, bem como a de outros corsários, era um empreendimento econômico. Isso posto, tal qual estabelecido por diversos historiadores, é evidente que a relação entre corsários e governos era de codependência: enquanto o governo dependia dos corsários para sustentar o projeto de independência e legitimação da soberania, os corsários dependiam do governo para a validação da sua atividade e a obtenção consequente de lucro com ela (CAILLET-BOIS, 1944; DUARTE, 2004; HEAD, 2008; ibidem, 2015; RIGOLA, 2023; SARTORETTO, 2022; SARTORETTO, 2024).

Avançando para a narrativa da tentativa corsária, a esquadra zarpou de Buenos Aires em 15 de setembro de 1815, com uma série de instruções conferidas pelo governo de Buenos Aires ao comandante da corveta *Hércules*, Michael Brown. Se observarmos as reflexões de Vattel a respeito dos instrumentos da guerra, bem como do trato que o governo deve ter para

com mercenários, e considerando os corsários como tal, é possível compreender essas instruções não somente manifestavam a vontade e o controle do governo sobre as ações de seus instrumentos, ao mesmo tempo que estabeleciam um contrato com os corsários, destacando o que estes ganhariam com o cumprimento do contrato¹⁵ (VATTEL, 2004, livro III, §6 e §13, pp. 409-410 e pp. 414-416; BRUYÈRE-OSTELLS, 2012, pp. 27-47; DUARTE, 2004, pp. 149-222; SARTORETTO, 2022, pp. 39-40).

Entre as recomendações feitas há instruções de como proceder em batalha, que tipo de embarcações e bandeiras são consideradas boas presas e como proceder quando se encontrar com bandeiras aliadas e/ou capturar embarcações inimigas que navegam sob pavilhão aliado. Vale destacar, a previsão de atuação dos corsários como informantes, já que um dos principais objetivos da expedição “será adquirir notícias de toda a costa do Chile e de Lima, informar-se pelas declarações juradas dos comandantes e marinheiros dos navios que encontre, as forças de linha que existem em Lima [...] a força marítima disponível de guerra, especialmente nos portos de Callao e Valparaíso”, e, ainda, “[...] a ideia geral de Lima sobre o estado da Península, a opinião daquele *Pueblo* sobre a causa das Províncias Unidas”¹⁶. À esquadra também era reservada o papel de disseminadora de informações sobre a situação política e bélica da região, visto que as instruções estabeleciam que “fazendo o cruzeiro pelos portos de Valparaíso, Coquimbo, Guasco, Atacama, Arica, Arequipa, Pisco e Callao” a expedição “procurará introduzir por meio dos pescadores ou outros canais seguros, os impressos e proclamações que os acompanham, proporcionalmente, e de forma direta às pessoas afetadas pela causa, de modo que não as comprometa em caso de serem descobertos”¹⁷.

Durante sua viagem, próximo a ilha da Mocha, a expedição encontrou a goleta das Províncias Unidas *Halcón*, capitaneada por Hipólito Bouchard, que àquela altura havia apresado uma goleta espanhola *Mercedes*. Bouchard tinha como ordem juntar-se à expedição de Brown e assim o fez. Juntas, a *Hércules*, a *Trinidad* e a *Halcón* em direção ao porto de Callao. No caminho, os corsários apresaram mais quatro embarcações, “a fragata *Gobernadora*, em viagem de Guayaquil a Lima, [...] ao bergantim *San Pablo*, procedente de Callao, [...] um pailebot, que ia de Callao para Intermedios [...] e caiu em suas mãos um *Místico* procedente de Pisco”, além de “ter colocado a pique um bergantim”¹⁸.

A expedição das Províncias Unidas chegou e se aproximou do porto de Callao em 20 de janeiro de 1816. “Logo que anoiteceu, se armaram e perfeitamente tripulada a maioria dos barcos independentes, navegaram para o interior do porto, com a bandeira hasteada e sob o comando imediato de Brown em pessoa”¹⁹. Em 21 do corrente os corsários iniciaram o ataque à cidade. Na madrugada de 22, renovaram este ataque, afundado a fragata espanhola *Fuente Hermosa*, ao mesmo tempo que atingiam às embarcações menores ancoradas ali. A partir deste momento, a esquadra instaurou um bloqueio no porto de Callao e passou a apresar as embarcações que adentrassem o local. Em 23, a fragata *Consecuencia* foi apresada, vinda de Cádiz. Em 25, a presa foi a fragata *Candelaria*, procedente de Chiloé e Valparaíso. Em 27, alguns prisioneiros tentaram se rebelar e atacaram os corsários, no meio do conflito e da troca de tiros, os corsários acabaram perdendo cerca de 30 homens, entre mortos e feridos, sendo um destes feridos, o capitão Chitty. Mediante este cenário e já encarando uma escassez de ví-

veres, Brown desfez o bloqueio e comandou a esquadra para fora do porto, em 28 de janeiro de 1816, rumo à Guayaquil²⁰.

Os corsários chegaram nas proximidades de Guayaquil em 7 de fevereiro de 1816. No dia seguinte, assumindo a capitania do *Trinidad*, o Almirante Brown partiu em direção à cidade de Santiago de Guayaquil, na intenção de subjugar-la. Até a virada do dia 8 para o dia 9 de fevereiro do corrente, o corsário já havia rendido duas das três baterias do local, partindo para a conquista do Castelo de San Carlos, ainda na madrugada deste dia. Todavia, seu projeto foi frustrado ao se deparar com um inimigo com maior poder de fogo e a impossibilidade de se movimentar dada a quantidade de bancos de areia do local. Ao tornar-se alvo fácil, o *Trinidad* acabou sendo destruído pelos tiros adversários e tendo toda sua carga saqueada. Sem muita esperança de atuação, após negociar com o capitão da *Consecuencia*, Cevallos, Brown se rendeu ao governador da Ilha. Assim, “Tendo perdido todas as suas roupas no saque, o Comodoro Brown foi forçado a desembarcar para se cobrir com a bandeira nacional, que encontrou no convés e na qual se enrolou”²¹. O capitão corsário então se entregou e desceu à terra, onde era esperado pelo governador Juan Basco y Pascual, pelo bispo local e por uma multidão de olhos curiosos em conhecer o inimigo que há pouco atacara a cidade. Após isso, o Almirante foi preso e assim permaneceu até as 23 horas do dia 18 do corrente, quando foi liberado em uma negociação que envolvia a troca de sua liberdade pela liberdade dos reféns que tripulavam os navios apresados²².

Em matéria de estratégia dos corsários, vale destacar que sua atuação na costa americana do Pacífico era baseada em patrulha e ataque a fortificações inimigas, algo bastante parecido com o que

era realizado no Atlântico Norte, próximo à Cádiz (SARTORETTO, 2022, b. p. 39). Nesse contexto, podemos observar que, ao atacar as fortificações inimigas e apre-sar as embarcações que se aproximavam, a esquadra estava cumprindo com o contrato estabelecido com o governo portenho enquanto enfraquecia os adversários. Do mesmo modo, observavam a dinâmica da região e o número de forças militares e armamentos estabelecidos ali, desempenhando seu papel de informantes do governo. Ainda, a negociação para a libertação de Brown promovida pelos próprios corsários – tal qual os exemplos analisados por Lauren Benton durante o século XVIII, bem como a atuação dos agentes comuns do império português do mesmo período –, nos oferece um vislumbre da autonomia destes agentes e de sua expertise para a defesa de seus próprios interesses (ARAÚJO, 2025; BENTON, 2005, pp. 706-707; BENTON, 2011, p. 230).

Com a libertação de Brown, a esquadra retornou para a ilha de Mocha, onde os capitães Brown e Bouchard dividiram os espólios restantes, “[...] tocando a Bouchard o *Consecuencia*, avaliado em 30 000 fts, e o pailebot *Carmen*, e concedendo a Brown o *Halcón*, avaliado em 10 000 fts, que acreditava, por ser um navio muito rápido, poderia levá-lo para Buenos Aires”²³. O Almirante deixou a ilha em 10 de abril de 1816, com poucas provisões e com a *Hércules* fazendo água. Após quatorze dias de viagem, Brown fez uma parada na Bahia de San Buenaventura, onde despachou seu cirurgião, Charles Handford, para as ilhas e portos mais próximos a fim de encontrar ajuda. Durante a espera, a esquadra perdeu o *Halcón* em um procedimento de rotina. Sem resposta ou retorno deste, e mediante a ameaça de ser abordado por navios espanhóis, o capitão se viu obrigado a seguir viagem e distan-

ciar-se da região, em princípios de junho. A *Hércules*, então seguiu em direção ao Rio da Prata, todavia, ao encontrar-se com o bergantim inglês *Fanny*, Brown soube da incidência de um bloqueio realizado pela esquadra portuguesa sobre aquele espaço. Determinado a consertar e abastecer a nave, Brown reuniu o conselho dos oficiais e juntos decidiram seguir rumo a Barbados. No caminho, os corsários pararam em Pernambuco, onde conseguiram abastecer algumas provisões de água. A viagem seguiu para Rio Grande, onde desembarcaram o capitão Michael e o substituíram por Chitty, além de desmontarem alguns canhões e os colocarem nos conveses, a fim de melhorar o andamento do navio²⁴. Em 25 de setembro do ano de 1816, a *Hércules* ancorou na baía de Carlisle, em frente a Bridgetown, Barbados, com a intenção de realizar alguns reparos e abastecer-se de provisões²⁵.

Bridgetown, por sua vez, encontrava-se em estado de alerta. Entre abril e julho daquele ano, Barbados havia vivenciado uma rebelião de escravizados que movimentara cerca de 400 homens e mulheres cativos contra os senhores de escravos e as tropas britânicas locais. O levante deixara mais de 200 mortos (a esmagadora maioria composta pelos próprios escravizados), e evidenciara às autoridades britânicas a necessidade de se inspecionar de maneira mais incisiva as embarcações que ali aportavam, a fim de combater o tráfico de escravizados (BECKLES, 1984. p. 86-120; MCNAUGHT, 2018). Em virtude disso, a *Hércules* recebeu a bordo um funcionário aduaneiro para a realização da inspeção rotineira da embarcação²⁶.

Necessitando autorização para a realização de seu objetivo, o Almirante Brown aproveitou-se da retirada do agente aduaneiro para descer à terra e submeter os papéis com a explicação verbal do motivo

de sua entrada no porto, ao governador da ilha. A autoridade, porém, se negou a conceder a autorização de que a *Hércules* necessitava, invocando a legislação de neutralidade britânica, frente ao conflito entre a Espanha e suas colônias, como justificativa para sua decisão. Por fim, o mesmo solicitou que o capitão recolhesse sua documentação e zarpasse para outro porto que pudesse acolhê-lo, mas permitiu-lhe a compra de mantimentos. Obedecendo às ordens que lhe foram dadas, o almirante adquiriu mantimentos suficientes para uma viagem curta, até a ilha de São Bartolomeu, onde esperava poder aportar²⁷.

No dia seguinte, após recolher seus papéis junto ao assessor geral, o capitão iniciava os preparativos para zarpar, quando três marinheiros embriagados de sua tripulação manifestaram a vontade de juntar-se à tripulação da corveta britânica *Brazen*, ancorada em seu costado. Informado sobre o fato, o comandante da *Brazen*, James Stirling, enviou à *Hércules* um bote para buscar os marinheiros, “que foram deixados em completa liberdade, pois o comodoro não queria manter pessoas a bordo contra sua vontade, e pagando-lhes antecipadamente o que se calculava lhes ser devido”²⁸. Impulsionado por informações oferecidas pelos marinheiros recém-chegados, Stirling enviou um segundo bote armado e tripulado, com a ordem de realizar uma inspeção completa da embarcação. Durante a operação, os papéis da *Hércules* foram recolhidos, o capitão Walter Dawes Chitty, acompanhado de parte de sua tripulação foram levados presos, enquanto o navio zarpava, escoltado pela *Brazen*, em direção ao porto de Antígua²⁹.

Observando o fim da expedição dos corsários insurgentes de Buenos Aires pelo Pacífico, aqui explorada, podemos estabelecer algumas considerações. Em

primeiro lugar, fica evidente a inspiração dos escritos de Vattel sobre as decisões de governo e estratégias de guerra das elites portenhas. Da mesma forma, a atuação dos corsários torna-se um reflexo desta influência, uma vez que, mesmo navegando com a intenção de obter lucros, estes seguem os acordos estabelecidos em terra à medida do possível. Por fim, este último momento da expedição, entre a libertação do Almirante Brown e a prisão da *Hércules* pelo capitão Stirling, evidenciam a existência de um contexto complexo, onde portos aparentemente neutros ou simpatizante à causa podem oferecer riscos aos insurgentes, como é o caso de Barbados; ao mesmo tempo que embarcações sob um mesmo pavilhão podem oferecer distintos tratamentos, seja informando sobre os riscos que aguardam os insurgentes, como é o caso da *Fanny*, seja prendendo-os sob pretexto de problemas na documentação, como no caso da *Brazen*.

A ação de Stirling deu início a um processo complexo de julgamento do Almirante Brown e de sua embarcação, entre os anos de 1817 e 1818, no Tribunal do Almirantado Britânico. Exploraremos isto na próxima seção.

O JULGAMENTO DA HÉRCULES

A *Hércules* foi apresada pelo navio inglês, sob o pretexto de violar leis de comércio e navegação e por haver dobrado o Cabo de Hornos sem a licença da Companhia da Índia Oriental, e foi conduzida para o porto de Antigua, onde foi submetido ao julgamento do Almirantado local e condenada pelo mesmo, sob a justificativa de praticar pirataria³⁰.

O caso do julgamento da fragata *Hércules* teve grande comoção internacional e foi noticiado em várias edições de diver-

sos periódicos da América. Os registros ou notícias do andamento do processo foram divulgados no periódico londrino *The Times*; nas edições 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129 e 130 do periódico buenairense *Gaceta de Buenos Aires*, referentes aos meses de maio a julho de 1819; nas edições 15447, 15465, 15472, 15481, 15516, 15555, 15570, 15590 e 15790 do periódico londrino *The Morning Chronicle*, referentes aos meses de novembro de 1818 a dezembro de 1819; nas edições de 16 de junho de 1818, 09 de fevereiro, 09 de março e 22 de maio de 1819, do periódico barbadense *The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette*. Além disso, as repercussões, consequências e notícias relacionadas a este caso puderam ser vistas de maneira menos detalhada em outros periódicos como o caraquenho *Gazeta de Caracas*, entre setembro de 1816 e outubro de 1817; o gaditano *Diário Mercantil de Cádiz*, de 22 de janeiro de 1817; e o madrilenho *Diário Balear*, de fevereiro a maio de 1817.

A acusação de prática de pirataria promovida pelo Tribunal de Antígua veio acompanhada da justificativa de atuação sob um pavilhão de um governo não reconhecido:

O navio *Hércules*, agindo sob a comissão do Governo de Buenos Aires, e comandado por um de seus oficiais, o Comodoro Brown, foi colocado sob propriedade reivindicada a bordo, porque a carga é reconhecida como consistindo principalmente ou totalmente de mercadorias retiradas de navios espanhóis capturados na costa do Chile e do Peru. Brown e seu governo resistem a essa afirmação, alegando que estão em guerra com a Espanha e que seus navios são, portanto, um prêmio legal. Mas o juiz teria declarado que seu título não pode ser mantido, porque o Governo de Buenos Aires é uma não-entidade aos olhos de um tribunal inglês; e a legalidade das capturas

feitas em virtude de uma comissão emanada de tal autoridade, não pode ser reconhecida na Inglaterra. (Tradução livre do autor)³¹

Essa sentença, todavia, gerou um novo julgamento, como recurso do primeiro. Para além disso, foi alvo de críticas, principalmente por sua justificativa. E aqui é possível observar a construção de uma narrativa em torno da legitimidade da soberania portenha baseada nas noções de soberania e Estado de Vattel. Isso porque, ao escrever sobre o assunto para o editor do *The Morning Chronicle*, o interlocutor, autointitulado *Amigo da Neutralidade*, argumenta que “As províncias do Rio da Prata atuam há mais de oito anos como um Estado independente” e, evocando as regras estabelecidas pelo Livro I dos *Direitos das Gentes*, estabelece que as Províncias Unidas possuem uma população preestabelecida, além de realizarem processos administrativos, cobranças de impostos, manutenção de exércitos e frotas, livres de quaisquer interferências ou gerência espanhola³².

Essa relação da concepção de soberania do governo portenho com os textos de Vattel vai além, quando o interlocutor estabelece que “Eles têm, entretanto, o direito de fazer a paz e a guerra; eles podem concluir tratados com todos os que estão dispostos a entrar em tais compromissos com prazo; todas as transações entre eles e Estados estrangeiros devem ser reguladas por princípios de direito público”, claramente se referindo aos parágrafos dos primeiros oito capítulos do Livro 3 dos *Direitos das Gentes*, onde o autor estabelece o que é a guerra, quem pode realizá-la e como deve fazê-la para que seja considerada uma guerra justa, bem como que tratados estabelecer quer sejam alianças ou neutralidade (VATTEL, 2004, pp. 407-504).

Ainda para fins de argumentação sobre

a qualidade de independência das Províncias Unidas, o autor estabelece que “Até a própria Espanha deve tratá-los como tal”, uma vez que, apesar de ela reivindicar a obediência dos insurgentes, “ela é obrigada, em sua conduta para com eles, a observar as leis que são obrigatórias para as nações guerreiras umas às outras”, até que consiga impor tal obediência. Como justificativa, o interlocutor utiliza-se do §293 do Livro 3 dos *Direitos das Gentes*, que versa sobre as consequências de uma guerra civil e estabelece que “A guerra civil rompe os elos da sociedade e do governo [...] Ela dá origem, dentro da Nação, a dois partidos independentes, que se consideram reciprocamente inimigos e não reconhecem nenhum juiz comum”, estes, portanto, “[...] devem ser considerados como formando assim, ao menos por algum tempo, dois corpos políticos separados, dois povos distintos” (VATTEL, 2004, Livro III, §293, p. 586)³³.

O interlocutor ainda indaga a respeito da condição para que a soberania seja considerada: “Dir-nos-ão que o governo de Buenos Aires não pode ser admitido em um tribunal inglês como tendo uma existência política, porque não estamos ligados a ele por tratados?”. E, para responder sua própria questão, ele estabelece que “As nações não são uma criatura de ficção, emanando da assinatura do príncipe vizinho. Uma existência política legal, se não possuída anteriormente, não pode ser conferida por pactos escritos”. Sua análise refere-se, imediatamente, aos escritos de Vattel, quando este escreve que “Nação ou o Estado [...] é um organismo político, ou uma sociedade de homens unidos em conjunto, com forças solidárias, para o fim de buscar vantagem e segurança próprias” não condicionando sua existência às relações estabelecidas com outras as nações, mas ao pacto social de

seus habitantes (VATTEL, 2004, Livro I, §1º, p. 15), ao mesmo tempo que condiciona sua soberania ao ato de governar-se, “sob qualquer forma que seja, sem dependência de nenhum estado estrangeiro” (VATTEL, 2004, Livro I, §4º, p. 16). Neste contexto, o autor conclui que “A conclusão de uma aliança com Buenos Aires introduziria novas relações entre esse país e a Inglaterra, além daquelas que já existem, mas não poderiam converter Buenos Aires em uma potência soberana se não o fosse anteriormente”³⁴

Uma vez estabelecida a argumentação a respeito da condição de independência e soberania das Províncias Unidas do Rio da Prata, o interlocutor questiona a decisão do juiz ao indagar o procedimento instaurado para a investigação de Brown e da *Hércules*. Segundo ele, se não há o reconhecimento das Províncias Unidas do Rio da Prata como uma nação, também seus navios corsários não devem ser considerados para além de piratas e, neste caso, se não há legitimidade nas presas feitas pela *Hércules*, então o Almirante Brown e sua tripulação não passam de saqueadores, neste sentido, o autor indaga “Por que razão não foi instaurado então um processo penal contra ele? Por que apenas seu navio não foi reivindicado como confisco?”. E respondendo à sua própria indagação, ele estabelece que o governo inglês “reconheceu o absurdo de tentar estigmatizar com um caráter criminoso, homens que carregam a comissão dos governantes de ação de um extenso território”, ao mesmo tempo que determinou ordens aos comandantes da Marinha Real Britânica para que não ataquem o pavilhão dos independentes e, numa tentativa de aproximação, estabeleceu um cônsul inglês em Buenos Aires e professou a neutralidade no conflito entre espanhóis e insurgentes³⁵. Por fim, conclui que

todas as circunstâncias por ele apresentadas implicam que os independentes são investidos de direitos nacionais e que a própria Inglaterra os considera um Estado Soberano, uma vez que a própria Inglaterra não observaria neutralidade em relação a piratas, nem ordenaria respeito à sua bandeira, ou estabeleceria um cônsul em seu principal refúgio³⁶.

Observando, pois, as consequências deste julgamento e condenação estabelecidos no Almirantado de Antígua, bem como um dos julgamentos posteriores a este, realizado sobre a validade da sentença emitida em Antígua, mergulhamos um pouco mais fundo na questão da legitimidade da jurisdição.

Conforme podemos ler na edição de número 15472, do *The Morning Chronicle*, de 2 de dezembro de 1818, “O caso que foi aberto pelo Advogado do Rei é o de um navio pertencente ao Governo independente de Buenos Aires, que, por violação das leis de navegação, foi levado para Antígua e condenado. Os processos agora instaurados são, por uma das partes, para reverter a sentença do Tribunal de Antígua”, em contrapartida, “olhando para esse evento, há outros reclamantes na Velha Espanha, que reivindicam uma parte da carga como sua propriedade”³⁷. Assim, neste contexto, três partes se enfrentavam: Brown, como proprietário do navio e representante do Governo de Buenos Aires, reivindicando a anulação da sentença de Antígua; os comerciantes independentes da Espanha, reivindicando a propriedade das mercadorias; e a Coroa Espanhola, reivindicando a condenação de Brown e a devolução do navio e das mercadorias³⁸. A decisão, todavia, demoraria a chegar, muito em virtude da quantidade de pessoas a serem ouvidas.³⁹

Ao discutirem sobre a legitimidade da prisão da *Hércules* pelo Navio de Sua Ma-

jestade *Brazen*, conduzida pelo Capitão Stirling, vemos, de um lado, Dr. Adams argumentando que “o Capitão Stirling não só tinha justificativa para deter este navio nas circunstâncias de suspeita antes mencionadas, mas que a sentença de condenação proferida em Antígua era justificada por uma violação das Leis de Navegação”, justificando sua interpretação no fato de que o capitão da *Hércules* teria “declarado sua intenção de dispor de sua carga de produtos da Índia em Barbados, em violação de uma lei do Parlamento britânico que proíbe esse comércio”⁴⁰. Do outro lado, o Dr. Burnaby “negou a jurisdição do Tribunal do Vice-Almirantado de Antígua; e também que houve qualquer violação das leis de navegação”⁴¹, fato corroborado por Brown que “[...] protestou no início do caso, alegando que ele era o proprietário do navio e que não havia importado para Barbados” e “que, mesmo que houvesse, não havia jurisdição no tribunal antigo, para julgar uma fração atribuída a ele cometida em Barbados, uma ilha a trezentas ou quatrocentas milhas de distância”⁴². Neste sentido, o defendido por Burnaby é que a sentença emitida pelo Tribunal de Antígua não poderia ser mantida, uma vez que não continha nenhuma ofensa particular, mas estava pautada em “uma violação de uma ou outra das leis de navegação”⁴³.

O argumento apresentado por Burnaby e corroborado por Brown, oferece-nos um vislumbre da organização dos Tribunais de Vice-Almirantado durante o período analisado, bem como suscita uma análise jurisdicional do ambiente marítimo. Se considerarmos a opinião do juiz a respeito destes argumentos, é possível entender que essa organização era ramificada e adaptada à realidade de cada porto, cabendo a estes a promoção da jurisdição referente ao seu espaço, isso porque,

conforme é apontado na edição 15516 do *The Morning Chronicle*, de 22 de janeiro de 1819,

O DOUTO JUIZ era claramente da opinião de que a apreensão não ocorreu em Antígua e que ele era obrigado a declarar que todo o processo não tinha fundamento legal e, consequentemente, era nulo e sem efeito. Este caso, portanto, deveria ser considerado como se não houvesse requerentes perante o Tribunal. Se o caso era nulo e sem efeito, então essas pessoas não tinham autoridade para o trazer aqui; e o dever deste Tribunal era rejeitar esse recurso, sobre o qual não tinha jurisdição. Ele não deveria tomar conhecimento de quaisquer outros motivos de apreensão, além da violação das Leis de Navegação, sobre as quais a sentença do Tribunal inferior tinha agido sem autoridade ou jurisdição. Ele não deveria dizer nada sobre os direitos de qualquer das partes sobre a propriedade, o navio ou a carga; mas era sua opinião que esses direitos não podiam ser invocados. (Tradução livre do autor)⁴⁴

O caso encerrou-se, então, com a anulação clara da sentença estabelecida em Antígua⁴⁵. Posteriormente a isto, novos julgamentos seriam realizados para tratar de como ficariam as questões financeiras referentes aos bens apresados. Após ouvir as arguições dos advogados e refletir sobre o resultado do julgamento anterior, o juiz determinou a prisão dos bens, para a posterior devolução aos indivíduos implicados⁴⁶. O resultado, todavia, veio favorável aos corsários insurgentes, uma vez que ponderando sobre “Sir WM. SCOTT observou que este Tribunal já havia declarado o processo em Antígua nulo e sem efeito, e que o dinheiro assim pago aos fundos deste Tribunal deveria ser imediatamente devolvido às partes contra as quais este processo foi instaurado”⁴⁷

Por fim, ao compreender que o navio deveria ser julgado em Barbados, uma vez que fora ali capturado, por infringir leis neste território, o juiz exemplifica e corrobora a compreensão acerca da jurisdição marítima estabelecida por Lauren Benton, que entende que a partir do século XVIII, houve uma espécie de globalização da cultura marítima, fato que causou a diversificação dos regimes de regulação do espaço marítimo (BENTON, 2005, p. 721; ibidem, 2010, pp. 149-158). Como consequência, “A globalização das práticas jurídicas pode desencadear diferentes trajetórias políticas regionais, resultando em uma distribuição espacial desigual das práticas regulatórias e na criação de múltiplos ‘espaços jurídicos’ regionais”. Nesse sentido, “Se os oceanos eram, em certo sentido, essencialmente ‘globais’”, não era porque eram considerados vazios, vastos e sem lei, mas porque os processos que circulavam globalmente os estavam transformando em um tipo diferente de espaço legal limitado” (BENTON, 2005. p. 724).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos retratar a construção da soberania política do governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, a influência dos *Direitos das Gentes* na concepção de soberania compartilhada pelos independentistas, bem como em sua conduta e na relação desta soberania com a atuação dos corsários insurgentes. Também objetivamos, neste artigo, compreender um pouco mais acerca do processo de julgamento destes corsários e como este julgamento se relacionava com as noções de soberania do período, impulsionando as disputas de legitimidade.

Na primeira seção, pudemos observar que, após o início do processo de inde-

pendência, tal qual a administração colonial que foi fragmentada, os projetos de governo mantiveram-se distintos e contemplavam interesses diversos. Somente dentro da Região do Rio da Prata, essa diferença é bastante acentuada com três projetos de poder diferentes. Da mesma forma, dentro de Buenos Aires. Essa repercussão de governos múltiplos pode ser compreendida como uma consequência das concepções de soberania dividida, herdadas da própria Coroa Espanhola, mas, não somente, visto que dentro dos escritos de Vattel, não há uma limitação para a formação de um estado soberano que não a limitação de ser uma união de pessoas com o propósito de solidariedade, prosperidade e segurança.

Na segunda seção, observamos a trajetória da expedição dos corsários portenhos pelo Oceano Pacífico. Neste contexto, pudemos compreender sua atuação como agentes de disseminação do projeto de soberania e independência do Governo de Buenos Aires, da mesma forma que novamente foi estabelecida a influência de Vattel na organização militar deste governo. Ainda, a seção nos ofereceu um vislumbre da autonomia dos corsários, uma vez que os exemplos exploraram a tomada de decisões, as desobediências e a mudança de itinerários, mediante às necessidades impostas ao longo do caminho.

Por fim, a terceira seção explorou a questão do julgamento da fragata *Hércules*. Embora não pudéssemos observar o julgamento estabelecido no tribunal de Antígua, sua repercussão e comoção nos meios de comunicação foram suficientes para que compreendêssemos a maneira como a organização dos tribunais era feita. Aqui, percebemos que os indivíduos, assim como as regiões, carregam em si a autoridade da metrópole e a aplicam de maneira adaptada ao contexto vivencia-

do. Embora o julgamento e a condenação com base na ilegitimidade do governo portenho sejam condenados pelo chamado “amigo da neutralidade”, e anulados pelo julgamento posterior na corte dos doutores, não é questionada, se não pela defesa dos réus, a conduta do capitão inglês, que utilizando-se da autoridade que lhe é repassada, tomou como prisioneiros a Brown, Chitty, *Hércules* e seus tripulantes. Para encerrar, se nos manti-

vermos nos argumentos destacados pelo interlocutor indignado com a declaração de ilegitimidade do governo de Buenos Aires, observaremos que mesmo fora do território independentista das Américas, os escritos de Vattel influenciavam a concepção de Nação, Estado e soberania das pessoas, fazendo jus aos apontamentos de Chiaramonte, quando o coloca como uma das peças mais importantes em matéria de material jurídico do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BROWN, Don Guillermo. *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828*. Buenos Aires: Imprenta del Ministerio de Marina, 1904.

CARRANZA, Ángel Justiniano. *Campañas navales de la República Argentina: Guerra de corso 1815 a 1821*. Tomo III: Cuadros Históricos. Buenos Aires: 1916.

Gaceta de Buenos Aires. 1. ed. Buenos Aires, 3 de abr. 1812

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 120. ed., mai. 05, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 123. ed., mai. 26, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 124. ed., jun. 2, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 125. ed., jun. 9, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 127. ed., jun. 23, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 128. ed., jun. 30, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 129. ed., jul. 07, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 130. ed., jul. 14, 1819.

The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette, Bridgetown, Feb. 09, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15447. ed., Nov. 03, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15465. ed., Nov. 24, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15472. ed., Dec. 02, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15481. ed., Dec. 12, 1818.



The Morning Chronicle, London, 15516. ed., Jan. 22, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15555. ed., Mar. 09, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15570. ed., Mar. 26, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15590. ed., Apr. 07, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15790. ed., Dec. 08, 1819.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Agentes comuns: circuitos de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico português (séculos XVII e XVIII). *Transhumante Revista Americana de História Social*, n. 25, pp. 50-71, 2025.

ARGENTINA.GOB.AR. *Almirante Guillermo Brown*. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/historia-naval/heroes-nauales/almirante-guillermo-brown>. Acesso em: 07 de jul. 2025.

BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400 – 1900*. New York: Cambridge University Press, 2010.

BENTON, Lauren. Legal Spaces of Empire: Piracy and the Origins of Ocean Regionalism. *Comparative Studies in the Society and History*. v. 47. n. 4. Cambridge: Cambridge University Press. October. 2005.

BENTON, Lauren. Strange Sovereignty. *20/10 El mundo atlántico y la modernidad Iberoamericana, 1750 – 1850*. n. 1. ed. 1. Noviembre. 2012.

BENTON, Lauren. Toward a new legal history of piracy: maritime legalities and the myth of the Universal Jurisdiction. *International Journal of Maritime History*. v. 23. n. 1. June. 2011.

BRUYÈRE-OSTELLS, Walter. *História dos mercenários: de 1789 aos nossos dias*. Patrícia Reuillard (Trad). São Paulo: Contexto, 2012.

CAILLET-BOIS, Teodoro. *Historia Naval Argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores S/A, 1944.

CHIARAMONTE, José Carlos. Autonomía e Independencia en el Río de la Plata, 1808-1810. *História Mexicana*, v. 58, n. 1, pp. 325-368, 2008.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamerica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

DESIDERATO, Agustín Daniel. *Los marineros de las naves corsarias de las Provincias Unidas del Río de la Plata: sociabilidad, cotidianidad y resistencia (1815 – 1828)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidad Nacional de San Martin, Buenos Aires, 2019.

DI MEGLIO, Gabriel. Algunas claves de la Revolución en el Río de la Plata (1810 – 1820).

SARTORETTO, Eduardo. Disputas de poder e legitimidade no Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819.

Estudios Ibero-Americanos. PUCRS. v. 36, n. 2, p. 266-287, jul./dez. 2010.

DOMBRETCH, Martín González. A vida política no Rio da Prata (1810-1852). In: FONSECA JR., Gelson; SOARES, Rodrigo Goyena (Org.). *A Bacia do Prata no século XIX: política, economia e sociedade*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2025.

DONGHI, Tulio Halperín. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 3. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

DUARTE, Feliciano Gámez. *El desafío insurgente*. Análisis del corso hispano-americano desde la perspectiva peninsular: 1812 – 1828. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade de La Rioja, Logroño, 2004.

GARRIDO, Daniel Calixto. *Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario*. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidad Carlos III, Madrid, 2016.

HEAD, David. A different kind of Maritime Predation: South American Privateering from Baltimore, 1816 – 1820. *International Journal of Naval History*. v. 7, n. 2, Aug. 2008.

HEAD, David. *Privateers of the Americas: Spanish American Privateering from the United States in the Early Republic*. Athens: University of Georgia Press, 2015.

MARTIN, Daniel Alberto Enrique. *Almirante don Guillermo Brown*. Buenos Aires: Colegio Militar de la Nación, 2024.

NATIONAL MARITIME MUSEUM OF IRELAND. *Admiral William Brown*. Disponível em: <https://www.mariner.ie/admiral-william-brown/>. Acesso em: 07 de jul. 2025.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2. ed., São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

PIMENTA, João Paulo. A ideia de revolução nos processos de independência no Rio da Prata. In: FONSECA JR., Gelson; SOARES, Rodrigo Goyena (Org.). *A Bacia do Prata no século XIX: política, economia e sociedade*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2025.

RIGOLA, Vagner da R. *O corso Marítimo na Guerra da Cisplatina*. Dissertação de Mestrado em História Marítima, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2023.

SARTORETTO, Eduardo. “*Para donde quiera que fuese, será buena presa*”: Uma análise da atuação e das relações dos corsários insurgentes de Buenos Aires, no início do século XIX. Dissertação de mestrado em História, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SARTORETTO, Eduardo. “*Tengo el honor de ser el más obediente y humilde servidor de Vuestra Excelencia*”: uma análise das movimentações e práticas de corso e pirataria na Região do Rio da Prata (1810 – 1822). 2017. Monografia (Curso de História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

SARTORETTO, Eduardo. Elites, Revoluções e Corsários: a cidade de Buenos Aires na primeira metade do século XIX. *Vozes, Pretérito & Devir*, v. 10, n. 1, pp. 155-175, 2019.

SARTORETTO, Eduardo. Os caminhos fluidos do corso insurgente: uma análise da atuação dos corsários do Prata revolucionário do século XIX. *Navigator*, v. 18, n. 35, p. 24-44. 2022. B

SARTORETTO, Eduardo. Sobre homens de mar e homens de terra: as relações entre os grupos corsários e as sociedades portenhas, durante os conflitos de independência do Rio da Prata. *Clío*, v. 42, pp. 1-39, 2024.

SOUSA, Gustavo Pinto de. O direito das gentes e a nação: do natural, positivo e possível. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, pp. 446-461, set./dez., 2017.

TERNAVASIO, Marcela. Buenos Aires y el orden político posrevolucionario: De la Roma republicana a la nueva Argirópolis. In: CHUST, Manuel; FAQUEST, Ivana (Eds). *La Patria no se hizo sola: Las Revoluciones de Independencia iberoamericanas*. Madrid: Elece, Industria Gráfica S. I. 2012.

VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução de Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

WINTER, Murillo Dias. “*Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin cañón*”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

NOTAS

¹ Pesquisador vinculado ao projeto Mapping Atlantic Portuguese Empire (MAPE), da Escola de Doutorado Anthropos, coordenado pela Dra. Agata Błoch; e ao projeto Encontros Piratas, coordenado pelos Dres. Adriano Comissoli e Hugo André Flores Fernandes Araújo. Financiado pelo Centro Nacional de Ciência da Polônia (Narodowe Centrum Nauki – NCN), concessão número 2022/45/B/HS3/00473, projeto: “Plebeus imperiais do Brasil e da África Ocidental (1640–1822): história global a partir de uma perspectiva de rede de correspondência”. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4550744065092027>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1484-2925>. E-mail: sartorettoeduardo@gmail.com.

² *Gaceta de Buenos Aires*. Buenos Aires, 120. ed., Mai. 05, 1819. The Morning Chronicle, London, 15465. ed., Nov. 24, 1818.

³ Idem.

⁴ O conceito de *soberania dos povos* advém da ideia de soberania dividida, ou doutrina de reassunção, supramencionada. Todavia, no início dos processos independentistas e de retomada da soberania popular, as elites locais partiam do direito natural e direito

SARTORETTO, Eduardo. Disputas de poder e legitimidade no Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819.

das gentes, para justificar essa ação, encarando o Estado ou a Nação como uma pessoa moral, ou seja, também atuante sob a égide das leis naturais (CHIARAMONTE, 2004).

⁵ BROWN, Don Guillermo. *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828*. Buenos Aires: Imprenta del Ministerio de Marina, 1904. pp. 3-17.

⁶ Segundo o professor Gustavo Pinto de Souza, “Vattel definia que o Estado ou a nação eram como ‘corpos políticos’ – as pessoas morais referidas por Chiaramonte – e, portanto, não é evidenciada uma diferenciação entre os conceitos de Estado e Nação. Ainda segundo Souza, “Esses ‘corpos políticos’ foram compreendidos por Eric Hobsbawm como uma unidade política”. (SOUZA, 2017. p. 447-448)

⁷ BROWN, Don Guillermo. *Acciones navales de la República Argentina 1813-1828*. Buenos Aires: Imprenta del Ministerio de Marina, 1904. p. 5. Tradução livre do autor.

⁸ *Gaceta de Buenos Aires*. 1. ed. Buenos Aires, 3 de abr. 1812

⁹ William Brown, também conhecido Guillermo Brown, foi um marinheiro e comerciante irlandês que serviu à marinha britânica, aos mercantes estadunidenses e chegou a ser preso na França, após um ataque corsário. Sua relação com a região do Rio da Prata inicia-se com sua chegada em 1809, após contrair matrimônio com Elizabeth Chitty e se estabelecerem em Buenos Aires, para fins de atuar como comerciante marítimo. Sua atuação como corsário se estabelece em 1814, após sofrer perdas econômicas, por ter embarcações apresadas por corsários espanhóis (MARTIN, Daniel Alberto Enrique. *Almirante don Guillermo Brown*. Buenos Aires: Colegio Militar de la Nación, 2024; ARGENTINA.GOB.AR. *Almirante Guillermo Brown*. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/historia-naval/heroes-nauales/almirante-guillermo-brown>. Acesso em: 07 de jul. 2025; NATIONAL MARITIME MUSEUM OF IRELAND. *Admiral William Brown*. Disponível em: <https://www.mariner.ie/admiral-william-brown/>. Acesso em: 07 de jul. 2025).

¹⁰ Ibidem, op. cit. p. 5. Tradução livre do autor.

¹¹ BROWN, op. cit. p. 17.

¹² BROWN, op. cit. pp. 17-18;

CARRANZA, Ángel Justiniano. *Campañas navales de la República Argentina: Guerra de corso 1815 a 1821*. Tomo III: Cuadros Históricos. Buenos Aires: 1916. p. 45-47.

¹³ CARRANZA, op. cit. pp. 47-48.

¹⁴ No anexo 4 do livro *Campañas navales de la República Argentina*, de Carranza, é possível encontrarmos a documentação referente à defesa do Almirante Brown, diante do julgamento efetuado pelo Governo das Províncias Unidas a respeito do caso da fragata *Hércules*. Neste texto, lhe é atribuído o título de “Comandante de Marina y Coronel de los Ejércitos de la Patria”. CARRANZA, op. cit. p. 277.

¹⁵ No documento é possível ler as seguintes instruções iniciais: “Desde a saída do Rio da

Prata rumo ao Sul, se considerará a corveta Hércules em estado de corso; por conseguinte, poderá hostilizar, apresar ou incendiar se preciso for, ainda antes de chegar ao Cabo de Hornos, todo o navio que encontre com Bandeira Española, nesta direção, a menos que conduza a bordo alguma pessoa de posição com caráter público para ante este Governo, em cujo caso se permitirá livremente sua viagem, ou que seja dos que fazem o tráfico às costas do Brasil, com bandeira simulada e permissão deste governo” e “Em justa demonstração dos desejos deste Governo de conservar amizade e boa inteligência com os poderes amigos ou neutrais, toda propriedade espanhola que se encontra sob o pavilhão inglês, dos Estados Unidos ou de outra nação, será respeitada exceto os gêneros proibidos por contrabando de guerra, porém, toda a propriedade que se encontrar sob o pavilhão espanhol, seja a que for, será boa presa, mediante a declaração do Governo, e os oficiais estrangeiros apresados a bordo dos navios espanhóis ao serviço desta nação, serão considerados prisioneiros de guerra”. (IRIGOYEN, Matias de. Instrucciones reservadas que confiere el Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata à M. Michael Brown Comandante de la Corveta de Guerra el Hércules, para o corso en el Mar del Sud contra la Bandera Española. In: CARRANZA, op. cit., 1916. p. 269).

¹⁶ CARRANZA, op. cit. p. 269.

¹⁷ Idem. loc. cit.

¹⁸ Idem. p. 54.

¹⁹ Idem. p. 56.

²⁰ Idem. pp. 56-58.

²¹ Brown, op. cit. p. 24.

²² BUENOS AIRES. Gaceta de Buenos Aires. Edição extraordinária. Buenos Aires, 24 de mai. 1816.

²³ CARRANZA, op. cit. p. 65.

²⁴ BUENOS AIRES. Gaceta de Buenos Aires. 123. ed. Buenos Aires, 26 de mai. 1819.

CARRANZA, op. cit. pp. 64-71

BROWN, op. cit. pp. 24-29

²⁵ CARRANZA, op. cit. pp. 58-75

²⁶ CARRANZA, op. cit. loc. cit.

²⁷ BROWN, op. cit. pp. 27-31

CARRANZA, op. cit. pp. 58-75

²⁸ BROWN, op. cit. p. 28.

SARTORETTO, Eduardo. Disputas de poder e legitimidade no Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: o uso político da guerra de corso no caso da fragata *Hércules*, 1815-1819.

²⁹ Ibidem. op. cit. pp. 27-31.

³⁰ BROWN, op. cit. pp. 29-30.

CARRANZA, op. cit. pp. 72-75.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 120. ed., mai. 05, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15447. London, ed., nov. 03, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15465. ed., nov. 24, 1818.

³¹ The Morning Chronicle, London, 15465. ed., nov. 24, 1818.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 120. ed., mai. 05, 1819.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ *The Morning Chronicle*, London, 15472. ed., dec. 02, 1818

³⁸ *The Morning Chronicle*, London, 15472. ed., dec. 02, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15481. ed., dec. 12, 1818.

The Morning Chronicle, London, 15516. ed., jan. 22, 1819.

The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette, Bridgetown, feb. 09, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 123. ed., mai. 26, 1819.

³⁹ *The Morning Chronicle*, London, 15472. ed., dec. 02, 1818.

⁴⁰ *The Morning Chronicle*, London, 15481. ed., dec. 12, 1818.

⁴¹ Idem.

⁴² Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 123. ed., mai. 26, 1819.

⁴³ *The Morning Chronicle*, London, 15481. ed., dec. 12, 1818.

The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette, Bridgetown, feb. 09, 1819.

⁴⁴ *The Morning Chronicle*, London, 15516. ed., jan. 22, 1819.

The Barbados Mercury and Bridge-Town Gazette, Bridgetown, feb. 09, 1819.

⁴⁵ *Gaceta de Buenos Aires*, Buenos Aires, 123. ed., mai. 26, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 124. ed., jun. 2, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 125. ed., jun. 9, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 127. ed., jun. 23, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 128. ed., jun. 30, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 129. ed., jul. 07, 1819.

Gaceta de Buenos Aires, Buenos Aires, 130. ed., jul. 14, 1819.

⁴⁶ *The Morning Chronicle*, London, 15555. ed., mar. 09, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15570. ed., mar. 26, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15590. ed., apr. 07, 1819.

The Morning Chronicle, London, 15790. ed., dec. 08, 1819.

⁴⁷ *The Morning Chronicle*, London, 15790. ed., dec. 08, 1819.



Entre Duendes e Bruxos: a batalha de panfletos em Montevideu como introdução à Guerra da Cisplatina (1822-1823)

Between Goblins and Sorcerers: the Battle of Pamphlets in Montevideo as an Introduction to the Cisplatine War (1822–1823)

Entre Duendes y Brujos: la batalla de panfletos en Montevideo como introducción a la Guerra de la Cisplatina (1822-1823)

Geison Siqueira

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é professor da Universidade Iguazu (UNIG).

RESUMO

O artigo analisa seis panfletos produzidos em Montevideu entre 1822 e 1823, assinados pelos pseudônimos Duende e Brujo. A investigação se desenvolve a partir de duas dimensões complementares: o papel estratégico do controle do estuário do Prata e das forças navais na disputa política, e a análise retórica dos panfletos como chave para o letramento político. Em diálogo com José Murilo de Carvalho sobre a função pedagógica da imprensa e com o contextualismo linguístico de Quentin Skinner e John Pocock, busca-se compreender como a guerra naval e a guerra de palavras se articularam na experiência cisplatina, revelando os dilemas da construção de projetos nacionais em um espaço de fronteira e incerteza.

Palavras-chave: Cisplatina; Panfletos; Retórica Política; Guerra Naval; Esfera Pública

ABSTRACT

This article analyzes six pamphlets produced in Montevideo between 1822 and 1823, signed under the pseudonyms Duende and Brujo. The study develops along two complementary dimensions: the strategic role of controlling the Río de la Plata estuary and naval forces in the political struggle, and the rhetorical analysis of pamphlets as a key to political literacy. Dialoguing with José Murilo de Carvalho on the pedagogical function of the press and with the linguistic contextualism of Quentin Skinner and John Pocock, it seeks to understand how naval warfare and the war of words intertwined in the Cisplatine experience, revealing the dilemmas of nation-building projects in a frontier and uncertain context.

Keywords: Cisplatina; Pamphlets; Political Rhetoric; Naval War; Public Sphere.

RESUMEN

El artículo analiza seis panfletos producidos en Montevideo entre 1822 y 1823, firmados con los seudónimos Duende y Brujo. La investigación se desarrolla en dos dimensiones complementarias: el papel estratégico del control del estuario del Plata y de las fuerzas navales en la disputa política, y el análisis retórico de los panfletos como clave del alfabetismo político. En diálogo con José Murilo de Carvalho sobre

la función pedagógica de la prensa y con el contextualismo lingüístico de Quentin Skinner y John Pocock, se busca comprender cómo la guerra naval y la guerra de palabras se articularon en la experiencia cisplatina, revelando los dilemas de los proyectos de construcción nacional en un espacio de frontera e incertidumbre.

Palabras Cisplatina; Panfletos; Retórica Política; Guerra Naval; Esfera Pública.

INTRODUÇÃO

A cidade de Montevideu pode ser considerada um dos espaços mais disputados do planeta nas primeiras décadas do século XIX. Nos primeiros anos dos oitocentos, o importante porto fazia parte do enorme e secular Império espanhol. Em 1807, foi invadida por forças britânicas, interessadas no domínio marítimo da bacia hidrográfica em meio às guerras napoleônicas. Dez anos depois tornou-se parte do Império português após um longo período de disputa com tropas das províncias unidas do Rio da Prata. Em 1822, a Província Cisplatina e consequentemente a cidade às margens do Prata tornou-se parte do recém-criado Império brasileiro. Finalmente, após a Guerra da Cisplatina em que os resultados pareciam imprevisíveis, Montevideu tornou-se a capital da República Oriental. Essa sucessão de pertencimentos políticos e de projetos de soberania ilustra o caráter fronteiriço e instável da região, marcada por uma intensidade de debates políticos e sociais. A cidade se tornou um verdadeiro laboratório das transformações políticas do Atlântico sul.

Essa condição faz de Montevideu não apenas um espaço militarmente estratégico, mas também um centro de produção e

circulação de ideias políticas. Como destaca Winter (2014), a cidade tornou-se, no início da década de 1820, palco de uma produção impressa inédita: “quase duas dezenas de jornais e uma centena de panfletos” que animaram os debates sobre o futuro da Cisplatina, articulando diferentes linguagens políticas e recursos retóricos. A imprensa política, em especial os panfletos, configurou-se, portanto, como um campo privilegiado para compreender a emergência da opinião pública e os conflitos em torno de identidades políticas concorrentes. A disputa era pela supremacia no mar e a primazia comercial na Bacia do Prata

Nos anos que antecederam a Guerra da Cisplatina (1825–1828), a disputa panfletária expressava, sobretudo, duas alternativas: o apoio às forças brasileiras, representadas pela administração de Carlos Frederico Lecor ou a busca por um futuro distinto, seja pela independência provincial, seja pela união com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Panfletos como os assinados por *Duendes* e *Bruxos* encarnam essas posições antagônicas: os primeiros, críticos e satíricos, empenhados em denunciar abusos e interesses ocultos dos aliados do Brasil; os segundos, defen-

sores do governo e do projeto de permanência da Cisplatina sob o Império brasileiro, durante o fim de 1822 e 1823.

O presente artigo propõe analisar tais panfletos a partir de duas óticas que de certa maneira se complementam no estudo dos impressos na região. A primeira trata de como o controle das águas e as forças navais perpassam os argumentos existentes na batalha de papéis em Montevideu. O segundo analisa seis panfletos específicos, três dos “duendes” e três dos “bruxos” com foco na retórica como chave para o letramento político, em diálogo com as reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a função pedagógica dos impressos no processo de formação da esfera pública (CARVALHO, 2000). Busca-se, ainda, compreender os panfletos a partir do contexto linguístico, conforme proposto pelo contextualismo de Quentin Skinner (1996) e, sobretudo, por John Pocock (2003), para quem as linguagens políticas devem ser lidas como conjuntos de convenções, vocabulários e estratégias de persuasão situadas. Assim, o estudo das assinaturas *Duende* e *Bruxo* permitirá investigar não apenas o conteúdo das disputas, mas também as formas pelas quais o controle do estuário da Prata moldaram os textos e a experiência política de Montevideu em um período de transição e incerteza.

BATALHAS ESCRITAS E NAVAIS

A experiência política da Província Cisplatina, entre 1822 e 1823, revela os dilemas de uma região submetida a uma sucessão de projetos imperiais e nacionais, que raramente correspondiam às expectativas de sua população. A presença brasileira foi interpretada pela maior parte da imprensa local como despótica e ilegítima, o que intensificou a diferenciação entre os orientais e os novos dominado-

res (WINTER, 2014). Nesse processo, as guerras e as tensões políticas não apenas moldaram fronteiras, mas também produziram linguagens de alteridade e identidade que seriam fundamentais na legitimação posterior da independência uruguaia.

Ao mesmo tempo, a fluidez das identidades políticas da Cisplatina expunha a complexidade da formação nacional em um espaço de confluência atlântica. Os periódicos e panfletos publicados em Montevideu refletiam um cenário em que diferentes projetos disputavam adesão: uns defendiam a anexação às Províncias Unidas, outros aceitavam, ainda que provisoriamente, a presença imperial, enquanto grupos menores cogitavam alternativas autônomas. Tal multiplicidade de vozes evidencia como a ideia de nação estava longe de ser um consenso, sendo constantemente negociada no calor das disputas militares e retóricas.

Nesse quadro, a alteridade brasileira cumpriu um papel decisivo. Se por um lado o Brasil representava a promessa de ordem e estabilidade, por outro se convertia em símbolo de opressão, escravidão e atraso político, em contraste com o republicanismo e a “americanidade” exaltada pelos orientais e portenhos (WINTER, 2014, p. 142). Assim, a construção nacional uruguaia emergiu não apenas como resultado de batalhas e tratados, mas também como resposta discursiva a essas tensões, em que o “outro” brasileiro serviu como contraponto para reforçar a coesão interna e projetar um futuro independente.

A incorporação da Cisplatina e o início das disputas que culminariam na Guerra da Cisplatina não podem ser compreendidos sem considerar a centralidade do espaço fluvial e marítimo do Prata. Como observa Francisco Doratioto (2010), a maior operação naval brasileira nas primeiras décadas do século XIX ocorreu justamen-

te nessa região. O estuário platino, com largura máxima de 40 km e profundidade média de 6 m, permitia a navegação de embarcações de grande porte e ligava por meio dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, territórios fundamentais para o comércio e a comunicação do Cone Sul. Para o Brasil, essa configuração possuía duplo valor: assegurava uma rota estratégica de integração até Mato Grosso e reforçava o controle sobre o oeste gaúcho, ao mesmo tempo em que projetava poder diante de Buenos Aires, já considerado um centro de poder econômico e político rival.

A disputa pelo controle do Prata não era um fato novo, remontando à fundação da Colônia do Sacramento em 1680, quando Portugal buscava desviar para seu porto o comércio de prata vindo do Alto Peru. Como recorda Doratioto, Sacramento foi alvo de sucessivas contendas diplomáticas e militares entre Portugal e Espanha até ser definitivamente cedida à coroa espanhola pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Ainda assim, a expansão luso-brasileira avançou sobre as Missões Orientais em 1801, fortalecendo a presença portuguesa na região. Esse passado de disputas coloniais compôs o pano de fundo da incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, quando o Congresso Extraordinário de Montevidéu decidiu aceitar a anexação, justificando-a pelos direitos sucessórios da princesa Carlota Joaquina e pelos temores das elites estancieiras diante da ameaça do radicalismo artiguista (DORATIOTO, 2010, p. 11-12).

A independência do Brasil, proclamada em 1822, acirrou tensões internas na própria Cisplatina. O Exército luso-brasileiro que ocupava a província dividiu-se: tropas de origem europeia, comandadas por Álvaro da Costa, permaneceram leais a Lisboa, enquanto contingentes formados por

soldados nascidos no Brasil alinharam-se a Pedro I, sob a chefia de Carlos Frederico Lecor, o Barão da Laguna. Montevidéu, controlada pelos legalistas portugueses, foi sitiada pelas forças imperiais, que também recorreram ao poder naval para sustentar a posição brasileira. Em novembro de 1822, partiu do Rio de Janeiro a primeira força naval com a bandeira do novo Império, encarregada de impor o bloqueio à cidade. Essa divisão foi reforçada ao longo de 1823, até que, em 21 de outubro, a esquadra portuguesa tentou romper o cerco, sendo derrotada pelas belonaves brasileiras (DORATIOTO, 2010, p. 13).

Esse episódio evidencia que, desde os primeiros anos da independência, a Marinha tornou-se o instrumento fundamental para afirmar a soberania do Império no Prata. Não se tratava apenas de apoiar as operações em terra, mas de projetar poder político e militar, garantir bloqueios e controlar o trânsito de mercadorias e homens pela via marítima. Como resume Doratioto (2010), a vitória naval de 1823 consolidou momentaneamente a presença brasileira em Montevidéu, demonstrando que a disputa pela Cisplatina se decidia tanto nos campos de batalha quanto no domínio das águas.

Esse protagonismo do poder naval ajudou a compreender por que a linguagem dos panfletos, ainda que centrada em acusações e sátiras, evocava de modo recorrente imagens ligadas ao mar e ao estuário. A retórica impressa, portanto, dialogava com a experiência cotidiana de uma cidade sitiada por esquadras, em que a política se confundia com o horizonte aquático. As batalhas e os bloqueios tornaram-se parte do vocabulário dos impressos que circularam em Montevidéu ao longo da década de 1820. Como observa Ana Frega (2014), alguns folhetos oposicionistas recorriam à posição geográfica da cidade

como recurso de legitimação, afirmando que os orientais eram “dueños de la entrada del Río de la Plata”. A formulação reforçava a centralidade de Montevideu não apenas como espaço urbano, mas como porto estratégico, inserindo o controle do estuário no horizonte da disputa política. Embora a linguagem panfletária não fizesse do mar o seu tema principal, o domínio marítimo aparecia como pano de fundo incontornável: os navios, os bloqueios e as esquadras compunham o imaginário de domínio e resistência.

As possibilidades de fixar um marco inicial para a Guerra da Cisplatina são múltiplas, mas este trabalho adota, com menor risco de arbitrariedade, a invasão portuguesa de 1817 como ponto de partida. A ocupação comandada por Carlos Frederico Lecor, veterano das guerras napoleônicas, culminou na incorporação de 1821 e marcou a transição para uma nova configuração geopolítica. Lecor, condecorado militar português, declarou lealdade a Pedro I em 1822, alinhando-se ao projeto do recém-fundado Império do Brasil (WINTER, 2022). Essa ambiguidade foi fonte de tensões, sobretudo porque parte das tropas de ocupação, os chamados Voluntários do Rei, permanecia fiel às Cortes de Lisboa. Como sublinha Winter (2022), esse grupo criou um foco de instabilidade, desafiando simultaneamente a autoridade brasileira e a de Lecor, o que obrigou o barão a recorrer tanto a alianças locais quanto à sustentação naval do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, Montevideu tornou-se palco de uma disputa política e simbólica intensa. Ferreira (2019) mostra que as alternativas em debate na cidade oscilavam entre três projetos: permanência sob o Brasil, união às Províncias Unidas do Rio da Prata ou independência provincial. Essa pluralidade de opções alimentava uma produção impressa vibrante, em jor-

nais e panfletos que buscavam legitimar seus respectivos projetos. Como analisa Manhães (2024), a própria imprensa da Corte do Rio de Janeiro refletia a ambiguidade de Lecor: enquanto periódicos áulicos celebravam a incorporação como triunfo da legitimidade, setores oposicionistas denunciavam seus custos e riscos.

A partir de 1822, consolidou-se também a atuação dos chamados *Caballeros Orientales*, grupo estudado por Frega (2014). Formado por *cabildantes*, jornalistas e militares, eles difundiram panfletos e periódicos como *El Pampero*, *La Aurora* e *El Ciudadano*, articulando críticas à incorporação e propondo alternativas de soberania. Para os *Caballeros*, a geografia era argumento político: Montevideu, situada à entrada do Prata, transformava-se em símbolo da autonomia oriental. Essa retórica se entrelaçava com a realidade militar: como lembra Winter (2022), o envio constante de esquadras do Rio de Janeiro para sustentar Lecor evidenciava que o poder imperial dependia mais da força naval do que da adesão popular. Nesse sentido, a guerra de panfletos foi também uma guerra de imagens marítimas, em que o mar surgia como metáfora de domínio e resistência, um sustentáculo de estabilidade para os Bruxos e, ao mesmo tempo, uma expressão da imposição estrangeira para os Duendes.

OS PANFLETOS DE MONTEVIDÉU

Os panfletos aqui analisados pertencem ao acervo do *Archivo General de la Nación* (Uruguai), instituição responsável pela guarda de vasta documentação relativa ao período cisplatino. O acesso, no entanto, foi viabilizado por meio da edição crítica organizada por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos Pereira das Neves e Marcello Basile, publicada sob o título

Guerra literária: panfletos da independência (1820-1823) (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014). Dividida em quatro volumes, a coletânea reúne 362 panfletos, incluindo os seis textos cisplatinos que circulam sob os pseudônimos de Duende e Brujo. Na edição de Guerra literária, os panfletos aqui analisados estão localizados no volume IV. Os três folhetos do Duende encontram-se nas páginas 627 (n.º 21), 649 (n.º 25) e 682 (n.º 33), enquanto os três textos atribuídos ao Bruxo aparecem nas páginas 676 (n.º 30), 678 (n.º 31) e 680 (n.º 32). Essa numeração e paginação correspondem à organização da coletânea publicada pela UFMG, mas remetem aos originais preservados no *Archivo General de la Nación*, onde se encontra o acervo documental que serviu de base à edição crítica. Trata-se, portanto, de uma fonte que combina a materialidade original preservada em Montevideu com o esforço editorial de disponibilização e contextualização promovido pela historiografia brasileira contemporânea.

Romano (2017) também destaca como a imprensa satírica da região operava por meio de metáforas ligadas à noite, ao segredo e à conspiração, elementos que desestabilizavam a transparência racional pretendida pela esfera pública ilustrada. Essa característica dialoga com a escolha das assinaturas *Duende* e *Brujo*, que evocam seres noturnos, subterrâneos e mágicos, aptos a revelar intrigas ou a disciplinar aliados. Assim, a linguagem dos panfletos cisplatinos pode ser compreendida em sintonia com essa tradição discursiva, na qual o riso e o grotesco funcionavam como instrumentos de intervenção política.

O uso de pseudônimos como *Duende* e *Brujo* é instigante para a discussão sobre o contexto político em Montevideu naquele momento específico. O panfleto

Señor Duende de día, datado de dezembro de 1822, integra a literatura política satírica produzida em Montevideu durante a ocupação luso-brasileira. Seu momento de circulação coincide com a recente proclamação da independência do Brasil e com as tensões derivadas da presença simultânea de tropas fiéis a Pedro I e de contingentes ainda leais às Cortes de Lisboa. Nesse ambiente de instabilidade, os folhetos se converteram em armas de combate simbólico, disputando a opinião pública urbana por meio de recursos retóricos de forte impacto.

O uso desses personagens nos panfletos cisplatinos deve ser entendido dentro de uma tradição mais ampla da imprensa rioplatense do século XIX, em que o anonimato e a pseudonímia eram parte constitutiva do debate político. Outro ponto relevante é a relação entre sátira e denúncia política. Como observa Romano (2017), os chamados *periódicos no ilustrados* não se limitavam a ridicularizar genericamente comportamentos ou ideias, mas nomeavam adversários, revelavam segredos e investiam contra personagens específicos. Essa dimensão de ataque direto ajuda a compreender porque os panfletos dos Bruxos assumem um tom disciplinador e, ao mesmo tempo, ameaçador, enquanto os Duendes exploram a mobilização pela via do exagero e da hipérbole.

Os *Duendes* e os *Brujos* assumiram esse papel de vozes em confronto. Os primeiros surgem, em geral, associados à resistência oriental, utilizando a figura do duende como um espírito travesso e revelador de segredos, capaz de ridicularizar autoridades e expor bastidores. Os segundos, por sua vez, aparecem com frequência defendendo a presença do Império do Brasil, apresentando-se como *brujos* que

detêm saber oculto e podem denunciar ou maldizer os opositores. Como observa Ana Frega (2014), essa produção panfletária estava articulada a redes políticas locais, como os *Caballeros Orientales*, que recorriam à tipografia de José María de Torres para difundir seus textos. Curiosamente, a mesma oficina imprimia também folhetos alinhados ao lado contrário, o que revela que a tipografia funcionava como espaço de negócio e circulação, sem exclusividade ideológica definida.

Essa ambivalência indica que não se deve pensar em *Duendes* e *Brujos* como blocos rigidamente opostos ou homogêneos. Em linhas gerais, é verdade que os primeiros estão mais vinculados à crítica à incorporação ao Brasil, enquanto os segundos buscam legitimar a presença de Lecor e do projeto imperial. Contudo, a dinâmica do debate impresso era mais fluida: panfletos podiam dialogar, responder ou até coincidir em certos pontos de crítica, como denúncias de corrupção ou desordem local, ainda que partissem de pseudônimos distintos. A chave de leitura, portanto, não é apenas o nome adotado, mas sobretudo o conteúdo imediato e o alvo da sátira.

Nesse sentido, os pseudônimos cumpriam uma função mais retórica do que identitária. O *Duende* representava a voz do pequeno espírito crítico, que falava das sombras para expor as contradições do poder; o *Brujo*, por sua vez, encarnava uma figura mais ameaçadora, dotada de um saber que podia ser tanto defensivo quanto acusatório. Ambos operavam dentro de um mesmo repertório cultural, em que a sátira política se valia de personagens mágicos ou fantásticos para transformar o embate político em espetáculo, acessível a leitores acostumados a decifrar mensagens cifradas, alusões e caricaturas.

PRIMEIRO PANFLETO DO DUENDE

Um dos aspectos centrais da linguagem do panfleto é o uso da hipérbole. A passagem em que se afirma que *hasta los fetos que están en el vientre de sus madres, han de pelear por su libertad é independencia* é exemplar: o exagero projeta a luta como um destino inevitável e hereditário, que atravessa gerações. Ao invocar até mesmo os nascituros, o texto reforça a ideia de que não existe alternativa à resistência, naturalizando-a como parte intrínseca da condição oriental. A função desse recurso é mobilizar, despertar emoção e inscrever a luta contra o domínio estrangeiro no imaginário coletivo como dever absoluto e inadiável.

A retórica do panfleto articula ainda o recurso da sátira e da caricatura. O inimigo representado pelo Barão da Laguna e seus aliados é descrito de modo ridículo e depreciativo, expondo sua senilidade, sua ambição e sua suposta covardia. Esse mecanismo de ridicularização tinha duplo efeito: diminuía a autoridade do adversário e reforçava a confiança dos opositores. Somado ao apelo a uma identidade comum dos orientales, marcado pelo uso constante de vocativos e interjeições, o texto buscava construir coesão política e estimular a adesão popular à causa de independência ou de união com as Províncias Unidas.

O contexto histórico ajuda a entender o tom inflamado do panfleto. Em 1822, Montevideu encontrava-se sob cerco de tropas imperiais, enquanto setores portugueses ainda controlavam parte da cidade. Ao ridicularizar Lecor e seus aliados, os *Duendes* não falavam apenas contra indivíduos, mas contra um projeto de sujeição sustentado pelo poder naval brasileiro. A sátira, nesse sentido, era um modo de enfrentar com a pena aquilo que as tropas

não podiam derrotar de imediato.

O Barão da Laguna tentava equilibrar sua lealdade ao recém-proclamado Império do Brasil com as pressões locais e a oposição dos partidários das Cortes de Lisboa. Para amplos setores urbanos, a situação representava não apenas um impasse político, mas também um risco de sujeição prolongada. A radicalidade do discurso panfletário reflete essa atmosfera de urgência e de ameaça existencial.

SEGUNDO PANFLETO DO DUENDE

O panfleto *Mas conversación* apresenta uma forma dialógica que remete a uma tradição de disputas políticas mediadas por personagens fictícios, o que o aproxima tanto da sátira quanto do panfleto moralizante. A cena teatral de um diálogo entre um espanhol e um oriental permite que o texto explore diferentes posições sem assumir diretamente uma autoria individual, mas sim uma autoridade discursiva coletiva. Como observa Skinner (1996), esse tipo de artifício deve ser lido como parte de uma “linguagem política” comuns aos leitores, em que convenções e estilos retóricos são usados para tornar o argumento mais persuasivo em seu contexto.

O eixo central do panfleto é a valorização da reconciliação entre espanhóis e orientais, em contraste com a denúncia da anarquia e da ameaça de ruína social. A ênfase na honradez dos portugueses e na disposição conciliatória dos orientais procura projetar a imagem de que a estabilidade política só poderia ser alcançada pela confiança mútua entre esses grupos. Trata-se de um deslocamento retórico relevante: em vez de incitar o combate como fazem outros panfletos dos Duendes ao recorrer à hipérbole bélica, este panfleto apela a uma pedagogia política fundada na moderação e no convencimento. Nes-

sa chave, o texto se aproxima daquilo que José Murilo de Carvalho (2000) descreve como a função educativa dos impressos, que buscavam moldar a opinião pública e instruir leitores sobre os valores desejáveis à vida política.

Datado de 1823 e impresso pela *Imprenta de Torres*, o panfleto deve ser entendido dentro do quadro da ocupação brasileira e da resistência local à incorporação da Cisplatina. Nesse momento, a presença de tropas portuguesas e brasileiras em Montevideu gerava tanto tensões quanto espaços de negociação. O apelo à concórdia e à união entre espanhóis e americanos no texto reflete a necessidade de evitar a fragmentação social em meio às pressões militares. Longe de propor uma ruptura imediata, *Mas conversación* sugere uma espécie de pacto discursivo, no qual a estabilidade se sustentaria pelo reconhecimento mútuo e pela vigilância contra a desordem. Assim, o panfleto contribui para o que Romano (2017) descreve como uma “esfera pública em disputa”, na qual impressos buscavam não apenas persuadir, mas também disciplinar formas de participação política.

TERCEIRO PANFLETO DO DUENDE

Este panfleto tem uma abertura distinta: o *Duende* adota um tom de seriedade e formalidade, recusando a leveza ou malícia que poderia ser atribuída ao gênero satírico. A estratégia é dupla: por um lado, diferencia este texto de escritos mais jocosos; por outro, busca garantir ao público uma voz de autoridade e clareza. A insistência em *hablar claro, clarito* sugere que o autor quer se colocar como intérprete direto da verdade, afastando ambiguidades.

O conteúdo central gira em torno da *División de Voluntarios Reales*, formada por portugueses leais às Cortes de Lisboa.

O *Duende* trabalha com uma retórica de confiança: afirma que os voluntários jamais se oporão a medidas que assegurem a sorte futura, reforçando a “honradez” e a disciplina como marcas distintivas desses homens. Esse recurso funciona como legitimação moral de um grupo militar específico, apresentado como fiador da ordem e do futuro.

Uma inovação retórica está no apelo direto aos soldados (*portugueses, oidme, y no os dejeis engañar*), que dá ao panfleto ares de proclamação ou arenga militar. O autor não apenas fala *sobre* os voluntários, mas também se dirige a eles, reforçando a intenção de mobilizar lealdade. A presença dos *Voluntários Reais* era uma questão espinhosa: mesmo após a independência do Brasil, parte desses soldados permanecia fiel às Cortes portuguesas, o que criava instabilidade política e militar. O *Duende* explora essa ambiguidade, tentando mostrar que tais tropas não seriam um perigo à ordem, mas, ao contrário, seriam sustentáculos dela desde que respeitada sua lealdade à legalidade.

Aqui aparece um ponto inédito em relação a outros panfletos: a defesa de que os Voluntários não obrigariam o povo a jurar obediência ao Imperador do Brasil, *mas sin que el pueblo legalmente haga conocer que tal es su voluntad*. Ou seja, há um deslocamento da ênfase da luta militar para a questão da legitimidade política: a soberania do povo (mesmo em termos ambíguos) é evocada como fundamento da obediência.

PRIMEIRO PANFLETO DO BRUXO

A produção panfletária atribuída ao *Brujo* constitui o polo discursivo defensor da ordem estabelecida e por consequência, interesses do Império do Brasil em Montevideu. Sua retórica, distinta da sátira

mobilizadora dos *Duendes*, constrói uma linguagem política baseada na defesa da *circunspección* (prudência e discrição), no apoio fisiológico ao projeto imperial e num realismo político permeado pelo grotesco. Esses panfletos funcionam como um mecanismo de disciplinamento de aliados e de crítica severa aos opositores, ao mesmo tempo em que disputam a própria legitimidade da palavra impressa. A insistência do Bruxo na prudência e no segredo ecoava, de certo modo, a própria lógica do bloqueio naval: conter, disciplinar e vigiar. A palavra impressa deveria seguir a mesma regra da esquadra, não deixar brechas por onde o inimigo pudesse penetrar.

O primeiro panfleto se inicia com uma invectiva agressiva, *Vaya Duende de dos mil diablos*, que imediatamente coloca o tom de reprovação e desprezo. A escolha dessa abertura revela uma estratégia retórica baseada no insulto e na teatralização do conflito. Mais do que um simples ataque pessoal, trata-se de uma maneira de marcar fronteiras dentro do próprio campo político: o Duende, ao publicar seus escritos, teria cometido um erro tão grave que merecia ser associado ao caos e à desordem demoníaca. O insulto inicial não apenas ridiculariza, mas prepara o leitor para uma lição de disciplina e prudência.

Linguisticamente, o panfleto explora a combinação de sarcasmo, perguntas retóricas e alusões veladas a riscos concretos. O tom irônico serve para rebaixar o interlocutor, mas também para transmitir a gravidade das consequências da imprudência.

SEGUNDO PANFLETO DO BRUXO

O segundo panfleto assinado pelo Bruxo se distingue desde a abertura pelo tom de proximidade e repreensão fraterna. O apelo inicial *Hermano mío* estabelece uma relação de intimidade que é ra-

pidamente convertida em crítica dura. A estratégia retórica consiste em interpelar o Duende como aliado que teria traído a confiança do grupo, ao expor “segredos” que deveriam permanecer resguardados. Essa mistura de fraternidade e censura funciona como dispositivo disciplinar, reafirmando a necessidade de coesão interna frente a um ambiente político marcado por vigilância, delação e instabilidade.

A crítica central é dirigida à quebra da *circumspección exterior*, apresentada como virtude essencial em tempos difíceis. Ao acusar o Duende de publicar um *disparatado papelucho*, o Bruxo dramatiza as consequências da imprudência: não apenas o descrédito público, mas também o risco concreto de perseguições e punições (*la cared*). Nesse ponto, o panfleto traduz a política em termos de segredo e sobrevivência, indicando que a continuidade da presença brasileira em Montevidéu dependia menos da mobilização aberta e mais da manutenção de redes clandestinas de lealdade e silêncio.

Do ponto de vista linguístico, chama a atenção o uso abundante de interrogatórios retóricos — *¿Sabes lo que has hecho? ¿Sabes en qué tenemos te has metido?* — que reforçam a posição do Bruxo como pedagogo severo, guardião da prudência. A retórica não busca persuadir adversários, mas corrigir aliados. O destinatário imediato é o Duende, mas o público implícito é mais amplo: os próprios simpatizantes do projeto imperial que, ao lerem a censura, são lembrados de seus deveres de discrição e lealdade.

O contexto histórico ajuda a explicar essa ênfase na disciplina interna. Em fins de 1822, a presença brasileira na Cisplatina era marcada por tensões múltiplas: os Voluntários do Rei ainda mantinham fidelidade a Lisboa; os Caballeros Orientales articulavam resistência impressa e políti-

ca; e a população urbana oscilava entre o cansaço da guerra e a expectativa de alternativas de soberania. Nesse cenário, o panfleto do Bruxo pode ser lido como uma tentativa de reforçar a coesão de um grupo que sabia estar em posição delicada, cercado de adversários e dependente da força naval e militar do Império.

Ao insistir que o erro do Duende consistiu em *sacar nuestras primeras camisetas a el viento*, o Bruxo sintetiza sua concepção da luta política: não se trata de um embate público de argumentos, mas de um jogo de bastidores em que a dissimulação é condição de sobrevivência. Essa postura retórica contrasta com a dos Duendes, que apostavam na mobilização popular por meio da hipérbole e da exortação, evidenciando a coexistência de estilos distintos na guerra de papéis cisplatina.

TERCEIRO PANFLETO DO BRUXO

O terceiro panfleto consolida a persona do *Brujo* como mestre e corretor, dono de uma verdade subterrânea, que o Duende não consegue compreender. O Bruxo mantém o tom de censura, mas aprofunda a exposição de uma visão estratégica para o bem da região. A linguagem é permeada por metáforas de jogo e trapaça (*“trampa adelante”, “la baraja está compuesta”*), deixando claro que a sustentação do projeto imperial na Cisplatina era mais circunstancial do que ideológica. O ponto retórico central é a defesa explícita da estratégia de *confundamos la causa del Brasil con la nuestra*, revelando uma consciência aguda da fragilidade da causa anexacionista por se. Este panfleto revela o núcleo do pensamento político do Bruxo: um realismo que privilegia a confusão calculada dos debates e a sobrevivência do grupo frente a um contexto considerado hostil

e emocional. O tom é de admoestação pedagógica, fundamentada em informações superiores (notícias de ofício) e na lógica que se oporia ao *Duende*. O adversário é acusado de ter cometido um *“imprudente y frío insulto”*, ao expor publicamente o grupo (*sacado nuestras primeras camisetas al viento*).

A retórica assume um duplo movimento: por um lado, enfatiza a existência de uma comunidade coesa (*a “logia”*), unida na insatisfação contra o aliado imprudente; por outro, coloca o *Brujo* como irmão benevolente, que admoesta *por ternura* em vez de rejeitar sumariamente. No entanto, a correção vem acompanhada de ameaça: se houver nova indisciplina, o destino será a exclusão (*si hablas tu idioma... te abandonará para siempre tu amigo*). O fecho com a assinatura *El Brujo enemigo de indirectas* comum aos três panfletos ironiza a própria lógica do panfleto, que é feito de alusões e indiretas, reforçando seu caráter autorreferencial.

A leitura dos três panfletos atribuídos aos Bruxos permite perceber a construção de uma linguagem política baseada na prudência, na disciplina e na dissimulação, em contraste com a retórica mais abertamente mobilizadora dos Duendes. A política, nos textos do Brujo, não é apresentada como espaço de debate aberto, mas como um jogo de bastidores que depende da *circunspección* e do controle rigoroso da palavra impressa. Esse recurso, interpretado à luz do contextualismo linguístico proposto por Skinner (1996), mostra como o autor opera dentro de convenções retóricas próprias de um universo conspirativo, no qual o maior perigo não é a força externa, mas a imprudência interna que revela segredos ao público.

No entanto, os panfletos não podem ser entendidos apenas como exercícios de disciplina interna. Eles também revelam

uma visão estratégica sobre a posição da Cisplatina no tabuleiro platino. Em diversos momentos, o Brujo menciona Buenos Aires de maneira desconfiada, ironizando sua instabilidade e seu suposto oportunismo político. Há críticas veladas à forma como as Províncias Unidas conduziram a revolução, apresentadas como movimentos que levaram ao desgaste e à perda de recursos: *¡Si ha perdido la campaña sus ganados, si hemos perdido la mitad de la población, sino tenemos armas, hemos de hacer lo posible para que se destruya lo poco que nos queda?*. Nesse sentido, a retórica do Brujo reforça a ideia de que uma ruptura brusca com o Império brasileiro significaria lançar a Cisplatina à deriva em meio a uma Buenos Aires politicamente volátil e incapaz de garantir estabilidade.

Essa posição sugere uma adesão relativa, ainda que pragmática, ao projeto imperial brasileiro. Não se trata de uma defesa exaltada do Império, mas de uma percepção cínica de que a ligação com o Brasil era, naquele contexto, a opção mais viável frente ao caos que se atribuía às Províncias Unidas. A estratégia de *confundir la causa del Brasil con la nuestra* expressa de modo exemplar esse cálculo: não se afirma explicitamente a integração plena, mas se reconhece que a sobrevivência política dependia de se apoiar na retórica imperial. Aqui, a análise de Pocock (2003) sobre linguagens políticas como repertórios de convenções torna-se pertinente: os Bruxos não formulam um discurso de lealdade direta, mas utilizam um vocabulário de astúcia, segredo e disciplina para manter seus aliados próximos ao Brasil, ainda que sob um registro de dissimulação.

Essa postura encontra eco nas reflexões de José Murilo de Carvalho (2000) sobre o papel pedagógico dos impressos no Brasil oitocentista. Ainda que não mobilizem diretamente a opinião pública mais

ampla, os Bruxos procuram instruir seus pares na lógica da prudência e da fidelidade disfarçada, reforçando que a manutenção da ordem dependia da contenção da palavra e da contenção da ação. A ironia, nesse caso, cumpre a função de “educar” pela advertência: expor a imprudência de um aliado equivocado não apenas o corrige, mas sinaliza a todos os leitores iniciados qual seria a conduta aceitável em tempos de incerteza.

Os panfletos dos Bruxos, portanto, permitem compreender como parte da retórica política em Montevideu operava num registro de bastidores, reforçando menos os ideais de independência que a pedagogia da prudência e a contenção em prol de uma ordem garantida pela continuidade da ligação com o Brasil.

CONCLUSÃO

Ao longo do artigo vimos que a Cisplatina viveu duas batalhas simultâneas: a das águas, protagonizada pelas esquadras brasileiras e portuguesas, e a das palavras, conduzida por Duendes e Bruxos nas tipografias de Montevideu. Essas frentes não eram estanques, mas dialogavam constantemente. O mar oferecia metáforas, o bloqueio naval dava contexto imediato, e a retórica satírica transformava os embates navais em imagens políticas acessíveis ao público urbano.

A análise dos panfletos cisplatinos mostra que o mar não foi apenas cenário de batalhas navais, mas elemento estruturante do imaginário político da época. O bloqueio de Montevideu, a constante movimentação de embarcações e a ameaça vinda do estuário impregnavam a experiência urbana. Assim, mesmo quando não citado de forma explícita, o horizonte marítimo constituía a moldura inevitável sobre a qual os Duendes e os Bruxos er-

guiam seus argumentos. A política impressa dialogava, portanto, com uma realidade material de cerco e vigilância, em que o domínio das águas definia tanto a sobrevivência econômica quanto as possibilidades de soberania.

Nesse sentido, a retórica dos panfletos deve ser entendida como uma resposta às condições concretas impostas pelo controle naval. O mar aparecia como metáfora de disciplina e segredo nas advertências do Bruxo, mas também como símbolo de liberdade e destino coletivo nas hipérboles do Duende. A guerra de palavras traduziu o embate das esquadras em imagens acessíveis ao público urbano, oferecendo aos leitores não apenas interpretações sobre os acontecimentos, mas também um repertório de significados capaz de moldar percepções sobre ordem, resistência e identidade.

Os panfletos analisados revelam ainda que Montevideu, situada na entrada do Prata, não podia escapar à sua condição de cidade-porta. O porto era a chave do comércio e o alvo dos bloqueios, mas também o ponto de onde emanavam impressos que circulavam por redes regionais. A conjugação entre mar e tipografia evidencia como a experiência cisplatina se produziu num espaço de interseção: as esquadras impediam a circulação física de mercadorias, enquanto os folhetos multiplicavam a circulação simbólica de ideias, fazendo do impresso uma arma que atravessava fronteiras mesmo quando os navios estavam retidos.

Por fim, a leitura conjunta das batalhas escritas e navais permite compreender a peculiaridade da Cisplatina como um território de transição. Se o mar condicionava os rumos políticos ao delimitar o alcance das potências, os panfletos davam forma discursiva a essa experiência, transformando bloqueios em metáforas, derrotas em

sátira e alianças em narrativas. A convergência entre águas e palavras reforça que a disputa Cisplatina foi, acima de tudo, uma luta pela possibilidade de imaginar futuros possíveis em meio à instabilidade. Nessa chave, os Duendes e os Bruxos não apenas

refletiram os dilemas de seu tempo, mas os inscreveram num horizonte marítimo que permaneceu decisivo para a formação política da região platina.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

DUENDE. Señor Duende de día (n.º 21). In: BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4, p. 627.

DUENDE. Señor Duende de día (n.º 25). In: BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4, p. 649.

DUENDE. Mas conversación (n.º 33). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 682.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 30). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 676.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 31). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 678.

BRUJO. El Mas aficionado de los brujos a ele Mas amado de los Duendes (n.º 32). In: *Guerra literária: panfletos da independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 680.

Bibliografia

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. Bastos P. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000.

DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Plata (1822-1852). *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9–20, 2010.



FERREIRA, Pablo. La guerra de la Cisplatina y la opinión pública en Montevideo (1821–1824). *Revista de Historia del Río de la Plata*, Montevideo, v. 34, n. 2, p. 55–84, 2019.

FREGA, Ana. Introdução a los panfletos de la zona Cisplatina. In: José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile. (Org.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820-1823)*; Poesias, relatos e a Cisplatina. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, v. 4, p. 505-526.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *Em nome do interesse público: o periódico Astréa (1826–1828) e a guerra da Cisplatina*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WINTER, Murillo Dias. O déspota e os escravos: a alteridade brasileira na independência do Uruguai. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 127-147, 2014.

WINTER, Murillo Dias. A guerra fez-se de escritos assustadores: os folhetos na independência do Brasil, província Cisplatina, 1821–1824. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 1–36, 2022.



Uma “malfadada contenda”: o debate referente à Guerra da Cisplatina entre os parlamentares brasileiros (1825-1827)

“A Doomed Contention”: Parliamentary Debates on the Cisplatine War in Brazil (1825–1827)”

Una “desdichada contienda”: el debate en torno a la Guerra de la Cisplatina entre los parlamentarios brasileños (1825-1827)

Luan Mendes de Medeiros Siqueira

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor da Educação Básica da Rede Municipal de Pirai/RJ

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central realizar uma discussão das interpretações dos parlamentares brasileiros sobre a atuação do Império durante o conflito cisplatino. O debate a respeito da guerra foi marcado pelas divergências entre alguns deputados e senadores, relacionados aos gastos militares, recrutamento, bloqueio naval e à conduta dos diplomatas imperiais no andamento das negociações. É importante destacar que o referido conflito ocorreu pouco tempo após os processos de in-

dependência do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Tratava-se de Estados que estavam em processo de construção, marcados por fortes disputas políticas, onde a guerra refletiu na política interna desses governos. Diante desse contexto, as discussões parlamentares assumiram um papel importante para o direcionamento da política externa brasileira na etapa inicial da guerra.

Palavras-chave: Parlamento; Império do Brasil; Guerra da Cisplatina

ABSTRACT

The present article aims to discuss the interpretations of Brazilian parliamentarians regarding the actions of the Empire during the Cisplatine conflict. The debate related to the war was marked by divergences among some deputies and senators, related to military expenses, recruiting, navy block and the conduct of imperial diplomats during negotiations. It is important to highlight that the referred conflict occurred shortly after Brazil and United Provinces of the Río de la Plata independence process. These were states in the process of construction, marked by fierce political disputes, and the war impacted their domestic politics. In this context, parliamentary discussions played an important role directing Brazilian foreign policy in the early stages of the war.

Keywords: *Parliament; Empire of Brazil; War of Cisplatina*

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo central realizar una discusión sobre las interpretaciones de los parlamentarios brasileños acerca de la actuación del Imperio durante el conflicto cisplatino. El debate en torno a la guerra se vio caracterizado por las divergencias entre determinados diputados y senadores, particularmente en lo relativo a los gastos militares, el reclutamiento, el bloqueo naval y la conducta de los diplomáticos del Imperio en el transcurso de las negociaciones. Cabe destacar que dicho conflicto se desarrolló en un momento inmediatamente posterior a los procesos de independencia de Brasil y de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Se trataba de Estados en vías de conformación institucional, atravesados por profundas disputas de carácter político, en los cuales la contienda bélica incidió de manera decisiva en la configuración de sus dinámicas de política interna. En este contexto, los debates parlamentarios incidieron de manera significativa en la definición de la política exterior brasileña durante la fase inicial del conflicto.

Palabras clave: *Parlamento; Imperio de Brasil; Guerra de la Cisplatina.*

INTRODUÇÃO

Uma “malfadada contenda” foi o termo utilizado pelo visconde de Inhambupe para se referir ao conflito cisplatino em uma das sessões da Câmara dos Deputados. A opinião do parlamentar brasileiro, como será visto mais adiante, já refletia os desafios que o Império enfrentava logo nos primeiros anos de contenda. A opção pela guerra foi vista sob diferentes perspectivas por cada um dos governos em suas políticas internas. Tratava-se de Estados que estavam em processo de organização do poder, atravessando instabilidades políticas e até mesmo com poucos recursos militares para entrar em um conflito.

Mesmo diante dessas circunstâncias, ambos os governos preferiram a opção bélica. No caso do Estado brasileiro, assuntos de tamanha magnitude como uma guerra, antes de terem o parecer decidido, eram discutidos por uma das principais instâncias do período imperial, o Conselho de Estado, um órgão de caráter consultivo, criado pelo monarca D. Pedro I, cujos membros integrantes eram nomeados pelo próprio imperador (MARTINS, 2006, p. 179). No período anterior e durante o conflito, não foram encontradas discussões dos conselheiros referentes à contenda ou sobre a redação da Declaração de Guerra, expedida em dezembro de 1825.

Somente na fase final da guerra, os notáveis discutiram questões relacionadas ao conflito, dentre elas o acordo de paz.

Já o Parlamento Brasileiro se pronunciou sobre a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Em um primeiro momento, a referida instância apoiou o conflito contra as Províncias Unidas, pois entendia que Buenos Aires representava uma ameaça à província Cisplatina. Logo nos primeiros meses após o início da guerra, na abertura da primeira legislatura, em 1826, verificou-se, nas reuniões parlamentares, um apoio unânime à guerra.¹ Não houve discursos contrários ao conflito (CERVO, 1981, p. 33). O cenário político entre os parlamentares era potencializado para os esforços de uma guerra contra o governo de Buenos Aires, que representava uma ameaça aos interesses comerciais e de navegação ao Império na região platina.

Não bastassem os conflitos políticos internos, o governo brasileiro já teria mais um desafio: uma guerra numa histórica região marcada por constantes conflitos. É verdade que a contenda cisplatina tem suas origens também nas lógicas geopolíticas coloniais, portuguesa e espanhola (DORATIOTO, 2014, p. 21). No entanto, aspectos importantes como a própria questão da navegação nos rios platinos fizeram com que os dois governos beligerantes enxergassem esses elementos na construção de seus Estados. Por isso, o Parlamento, nesse período, foi um lugar de discussões e auxílio ao serviço diplomático imperial.

O CONFLITO CISPLATINO EM PAUTA

No discurso de início dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Império do Brasil, o Imperador D. Pedro I, em seu pronunciamento, na *Fala do Trono*, declarou

que a província Cisplatina se encontrava naquele estado por conta daqueles que se “achavam apoiados pelo governo de Buenos Aires” (ACD, 09/05/1826, p. 6). Após o discurso do monarca, as discussões foram iniciadas, podendo ser destacada, por exemplo, a opinião do deputado Raimundo José da Cunha Mattos, da província de Goiás. De acordo com Mattos:

Eu estou persuadido de que nós devemos responder a Sua Majestade muito extensamente, que é de o caráter da nação sustentar a guerra no sul. Eu estou convencido de que sua Majestade tem empregado todos os sacrifícios, para que a honra nacional de nenhuma sorte pereça (ACD, 09/05/1826, p. 30)

Outro deputado que seguia uma visão semelhante à de Mattos foi Lino Coutinho, da província do Rio de Janeiro. Esse personagem concordava com a fala do imperador ao dizer que a guerra ocorria por causa do governo de Buenos Aires. Por isso, Coutinho sustentava que os membros do Parlamento deveriam mostrar “a nossa mágoa, por ver uma parte do Império inquieta” (ACD, 09/05/1826, p. 30). Nesse primeiro ano de Legislatura, o Parlamento foi favorável ao Império entrar na guerra. Grande parte dos parlamentares foi unânime em ressaltar que o inimigo a ser combatido era o governo de Buenos Aires, considerado, assim, uma ameaça à integridade do território imperial. Dessa forma, ao ter respaldo do Parlamento, o governo brasileiro, como assinala Cervo, conduziu sua política no Prata com toda liberdade, tanto em aspectos operacionais como diplomáticos (CERVO, 1981, p. 33)

Já nas discussões do Senado imperial, no ano de 1826, alguns parlamentares questionaram a guerra. No período inicial da contenda, não se observou, em estudos historiográficos, a visão do Senado

em relação ao conflito cisplatino. Dentre as poucas visões contrárias, destaca-se a do visconde de Inhambupe, Antônio Luís Pereira da Cunha, da província de Pernambuco, que alegava os altos custos gerados pelo conflito. Em suas palavras:

nos tem custado a guerra com Buenos-Ayres, onde há tanto tempo perdemos gente, dinheiro e ainda ignoramos o termo desta malfadada contenda. Note-se mais, senhores, que neste cálculo não atento senão ao numerário, porém nele devem entrar outras considerações, tanto ou ainda mais importantes do que o dinheiro. Sem a feliz conclusão daquele negócio e continuando, por consequência, a guerra, veríamos ainda hoje a nossa sorte flutuante; muitas das províncias desvairadas do seu centro político, umas pela força, outras pela intriga do inimigo; o comércio estagnado (ACD, 30/06/1826, p. 159)

No trecho acima, o visconde menciona os impactos gerados pelo conflito, dentre eles os prejuízos comerciais, a instabilidade política das províncias e as finanças. Somado a essas considerações, o Império enfrentou problemas, sobretudo, na questão do recrutamento. Lucas de Faria Junqueira analisa, por exemplo, a província da Bahia, que sofreu fortes prejuízos econômicos por conta da guerra. O primeiro deles se deu pelo fato de as redes comerciais entre o porto de Salvador e o de Buenos Aires terem diminuído, devido ao bloqueio dos portos do Prata pela esquadra imperial (JUNQUEIRA, 2005, p. 137). O segundo dizia respeito à questão do recrutamento, pois havia dificuldades para reunir grandes contingentes de soldados, além dos casos de deserção.

No caso da província baiana, Junqueira aponta que, no ano de 1826, foram recrutados 867 indivíduos para atuarem nas forças de primeira linha. Destes,

aproximadamente 600 ou pouco mais foram para os campos platinos. O restante desertava, sofria punição por conta de indisciplina, fugas ou apresentava doenças (JUNQUEIRA, 2005, p. 137). A referida província, poucos anos antes, em 1823, tinha acabado de travar uma guerra de independência contra os portugueses e o auxílio em outra guerra aumentaria mais ainda as despesas. Outra província nordestina que enviou uma grande quantidade de indivíduos para o conflito foi a do Ceará.

Houve um recrutamento significativo para a guerra no Prata. Um dos motivos para um número tão elevado era de que as autoridades provinciais cearenses aproveitaram o longo período da seca na província e enviaram os retirantes para lutar nos campos platinos (KRAAY, 1999, p.134). Foram recrutados aproximadamente três mil sujeitos na província do Ceará (LE MOS, 1996, p.132). No entanto, daquela quantidade, morreram 553 indivíduos nas Sumacas, que eram pequenas embarcações (LE MOS, 1996, p.132). Sendo assim, esses aspectos retratavam as duras condições do processo de recrutamento e a ampla distância geográfica das citadas províncias nordestinas até a porção sul do Império, na qual alguns recrutas morriam ao longo da viagem. Não obstante, as dificuldades para o recrutamento refletiam também o desinteresse de tais províncias no conflito platino e a impopularidade da guerra.

Outra província que resistiu ao processo de recrutamento foi a do Rio Grande do Sul, já que sua política fiscal foi significativamente prejudicada. Exemplo disso foi a queda das receitas sul-rio-grandenses por conta do confisco maior do gado, carretas e colheitas para o abastecimento das tropas militares brasileiras. Além disso, cerca de 44% das receitas da província eram destinadas às demandas da guerra, perdas de propriedade e de terras por con-

ta da pilhagem e falta de mão-de-obra nas atividades agrícolas provocadas pela mobilização das milícias por períodos muito longos. Dessa forma, os gastos com a mobilização militar eram provenientes das rendas ordinárias da província, sendo que as receitas tributárias mais expressivas eram as vinculadas ao comércio do couro, dos impostos de exportação e do transporte de animais (MIRANDA, 2007, p. 3)

Logo no início da guerra, houve prejuízos no abastecimento alimentício das vilas e cidades e déficit no comércio de gado, pois muitos rebanhos eram usados para o abastecimento das tropas militares na região de Campanha da província Cisplatina (LUFT, 2013, p. 77). Diversos estancieiros sul-rio-grandenses sentiram-se prejudicados economicamente, tendo em vista que alguns deles possuíam propriedades e negócios comerciais na Banda Oriental. Diante desse cenário, a província de São Pedro foi a que mais sofreu com os impactos do recrutamento para lutar na Cisplatina, já que era a região ponta de lança dos interesses imperiais no Prata (LUFT, 2013, p. 77).

Já entre as Províncias Unidas do Rio da Prata, a mobilização para a guerra contra o Império não foi uma unanimidade política por conta de problemas, muitos deles semelhantes ao do Brasil. Algumas províncias, como, por exemplo, Tucumán, Córdoba, Salta, La Rioja e Jujuy apresentavam altas taxas de deserção (DI MEGLIO, 2015 p.165). Havia ainda a oposição da maioria da população ao recrutamento, dificuldades de abastecimento militar e desinteresse pela guerra por parte de algumas regiões que se encontravam distantes da área dos conflitos.

A opção pela via bélica foi muito mais uma bandeira defendida por Buenos Aires do que pelas outras regiões, já que, na época, quem governava a província era o

grupo político dos unitários, sob a liderança de Bernardino Rivadavia. Essas divergências a respeito da guerra entre as províncias podem ser explicadas pelas fortes identidades políticas locais e regionais que lá se desenvolveram. Tratava-se de regiões com distintos projetos e concepções de soberania, formas de governo e representação (CHIARAMONTE, 2017, p. 88). Logo, essas questões tornavam o jogo político cada vez mais complexo entre as províncias, ainda mais no que diz respeito a uma contenda externa ao país.

Durante o governo rivadaviano, foi criada a Lei das Aduanas, dispositivo que favorecia uma maior arrecadação de impostos das atividades de navegação para a província de Buenos Aires (SHUMWAY, 1991, p. 20). Tal região aproveitava-se de uma certa autonomia, pois, em 1824, iniciou-se um Congresso Geral das Províncias Unidas, com o objetivo de discutir um projeto político que criasse certa estabilidade e organização daquele estado. Durante o Congresso, ficou estabelecido ainda que a província de Buenos Aires passou a ser responsável pelos assuntos das relações exteriores (DI MEGLIO, 2015, p. 168). A partir desse momento, acirrou-se a resistência do Partido Federal ao projeto unitarista que, juntamente com o crescimento da oposição ao conflito contra o Império, foi um aspecto que contribuiu para o desgaste do governo de Bernardino Rivadavia.

O conflito cisplatino foi travado entre dois governos que buscavam a centralização do governo. Rivadavia buscava legitimar as decisões políticas na província de Buenos Aires, junto às elites portenhas. Do lado imperial, D. Pedro I procurava construir a imagem de um Império unificado e pronto contra qualquer ameaça externa à soberania política. A construção desses estados passava obrigatoriamente

pela anexação e jurisdição da província Cisplatina (PIMENTA, 2006, p. 206). O estado de tensão entre os dois países tinha como principal reflexo a produção de novas instabilidades políticas internas (PIMENTA, 2006, p. 208).

Por exemplo, no caso das províncias platinas, cada uma delas apresentava diferentes projetos políticos distintos, o que poderia incluir diversas interpretações sobre a soberania da Banda Oriental. Não menos importante, não se pode esquecer também os projetos políticos existentes também na província Cisplatina. Desenvolveram-se fortes identidades locais e regionais naquela região, acirrando-se assim cada vez mais as tensões militares. Diante dessa conjuntura, a luta em torno da citada província ocorreu num período de fluidez das expressões de identidades políticas no Prata (PIMENTA, 2006, p. 232).

Observa-se que a mobilização para a guerra afetou dois Estados com dinâmicas políticas diferentes. De um lado, o Império do Brasil, em um regime monárquico, buscava a preservação e a integridade do território cisplatino, bem como a manutenção dos interesses comerciais. Também contava com um Imperador e uma elite política imperial que repudiava a ideia de república, devido às instabilidades políticas nos governos vizinhos. Dessa forma, era necessário conservar a Cisplatina, diante das ameaças republicanas do governo de Buenos Aires, pois era um conflito que visava, principalmente, à consolidação da soberania do novo Estado Imperial no Prata. Já do outro lado, as Províncias Unidas, em uma experiência política republicana, distante de atingir o estabelecimento de um Estado nacional coeso, mas que, sobretudo por parte das elites portenhas, enxergavam a Banda Oriental como uma província fundamental na constituição de seu

projeto centralista e no desenvolvimento das políticas de navegação.

A principal temática que norteou grande parte da documentação durante a guerra foi voltada para o aprisionamento das embarcações da província de Buenos Aires. Tal medida, empreendida pelo governo brasileiro, representou uma retaliação às agressões comandadas pelas elites portenhas, como o estímulo às sublevações na província Cisplatina, lideradas pelos rebeldes orientais. Desde o início do conflito, a recomendação da diplomacia imperial era a de manter a rigidez do bloqueio naval, assim como ter um controle maior sobre quaisquer embarcações que fossem provenientes das Províncias Unidas do Rio da Prata (AHI 244/01/06, 22/02/1826)

O bloqueio diminuiu não só o acesso das embarcações comerciais ao porto de Buenos Aires, como também neutralizou o fornecimento bélico para as forças militares republicanas, o abastecimento para as cidades das províncias platinas e impediu a saída de corsários que tentassem prejudicar as atividades comerciais na costa brasileira (MARTINS; BOITEUX, 2002). Nessa época, muitos dos corsários funcionavam como fontes de abastecimentos para as embarcações portenhas que se encontravam presas pela esquadra imperial (MARTINS, BOITEUX, 2000, p. 69). A mencionada restrição aplicava-se também às embarcações estrangeiras que desrespeitassem a ação naval brasileira. Dentre algumas regras estabelecidas no bloqueio, mencionam-se algumas delas abaixo:

1º Todos os portos e costas da República de Buenos Aires, bem como os que na margem ocidental estiverem ocupados pelas forças de Buenos Aires, ficam, desde hoje, sujeitos ao mais rigoroso bloqueio.

2º Os navios das Potências Neutras, que se acharem nos Portos da República, podem sair no prazo de 14 dias depois de cujo tempo só poderão sair em lastro, se não conduzirem pessoas suspeitas, pelo que ficam sujeitos ao registro ordenado pelo Comandante da Esquadra Imperial (MARTINS; BOITEUX, 2002, p. 238)

Por conta dessa rígida política, alguns governos estrangeiros começaram a questionar as ações do governo brasileiro, podendo-se destacar a Inglaterra, que desenvolvia um forte comércio abrangente na região platina, atividade profundamente afetada pelas ações da marinha imperial. Foram aprisionadas, pela Esquadra Imperial, vinte e cinco embarcações que tinham como destino os portos de Buenos Aires, Montevidéu e Maldonado (PEREIRA, 2007, p. 167).

Os britânicos apresentavam um alto volume comercial, especialmente os bergantins, embarcações típicas de longas distâncias e de grande porte, que transportavam os principais produtos: carvão, vinho, diamantes e pólvora. Pereira afirma que, possivelmente, alguns navios de comerciantes ingleses carregavam armas ou pólvoras para Buenos Aires a fim de reforçar os combates travados contra a esquadra brasileira (PEREIRA, 2007, p. 164).

A partir desses dados apontados por Pereira, pode-se observar que o bloqueio militar imperial prejudicou, significativamente, os tráfegos comerciais ingleses em direção aos portos do Prata, bem como reduziu a exportação de seus produtos. O bloqueio naval imperial promoveu graves perdas ao comércio dos portenhos e britânicos, sendo até um dos motivos do governo inglês, em 1827, procurar as representações diplomáticas de Buenos Aires e Brasil para tratar de um possível desfecho do conflito (RICUPERO, 2017, p. 138).

Ao tratar do bloqueio realizado pela esquadra brasileira, iniciado em 1826, um aspecto que precisa ser mencionado é que a diplomacia brasileira esperava que a Inglaterra adotasse uma linha política de neutralidade diante da ação militar imperial. Segundo Marcelo Rodrigues de Oliveira, tal aspecto pode ser explicado por conta da seguinte conjuntura: no mesmo ano, o governo brasileiro comprometeu-se em combater o tráfico de escravos e o sistema escravista a partir da assinatura da Convenção Anglo-brasileira (OLIVEIRA, 2017, p. 55).

Assumindo esse compromisso, o governo britânico garantiu que não iria interferir no bloqueio brasileiro (OLIVEIRA, 2017, p. 55). Porém, mesmo com a Convenção assinada entre os dois governos, o governo inglês, um ano depois, em 1827, percebeu que o Império não estava cumprindo as determinações do referido acordo, pois o tráfico de cativos continuava por parte dos comerciantes brasileiros.

O bloqueio naval empreendido pelo Império apresentou também algumas falhas. Por exemplo, o governo imperial não conseguiu consolidar uma ação militar mais presente tal como ocorreu no início da contenda porque enfrentava instabilidades políticas internas (RIGOLA, 2023, p. 109). Como foi dito, a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata não foi unanimidade entre os parlamentares e foi algo muito mais buscado por D. Pedro I. As reclamações sobre o bloqueio por parte dos comerciantes de outros países e de até mesmo de brasileiros foram aspectos que impactaram também no andamento do bloqueio naval (RIGOLA, 2023, p. 150).

Outro país também que adotou uma linha política de neutralidade frente à guerra entre o Império e Buenos Aires foi os EUA. No entanto, por conta da apreensão dos navios de comerciantes norte-ameri-

canos pela esquadra imperial, o governo estadunidense protestava à diplomacia brasileira que encerrasse tal ação militar (DA CRUZ, 2015, p.117). Comerciantes norte-americanos buscaram desrespeitar as normas do bloqueio e auxiliara as forças militares portenhas como forma de protesto ao governo imperial (DA CRUZ, 2015, p.117). Frente a essa situação, o governo norte-americano acusava a Marinha brasileira de infringir os direitos de embarcações estadunidenses a trafegar livremente pelo mar e comercializar com Buenos Aires (DA CRUZ, 2015, p.117).

Diante dessas circunstâncias, os britânicos começaram a exigir o fim do bloqueio marítimo bem como os comerciantes oriundos de outros países que questionavam a realização de tal ato, dentre eles franceses, norte-americanos e portugueses (PEREIRA, 2007, p.175). Frente a essas circunstâncias, o ambiente nos portos do Prata era de protestos das nações neutras e desrespeito ao bloqueio imperial. Em ofício do marechal Francisco de Paula Maggesi, o futuro primeiro barão de Vila Bela, presidente da província Cisplatina, a Antônio Luiz Pereira da Cunha, o futuro marquês de Inhambupe, Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, Magessi afirmava que as regiões de Buenos Aires e Montevideú estavam em um “estado de desgraça” (AHI 244/01/06, 21/04/1826)². Por essa razão e desconsiderando os protestos internacionais, Inhambupe recomendou a continuidade do bloqueio:

Subindo à presença de sua Majestade O Imperador, das representações dos ministros das nações estrangeiras residentes nesta corte, contra a apreensão de embarcações de suas respectivas nações, feita pela esquadra do comando de vossa excelência por navegarmos com passaportes para os portos bloqueados, querendo

do o mesmo augusto senhor evitar contestações, como a que presentemente se excitou com a apreensão do Bergantim Ruth, que até hoje fora feito em alto mar, tem resolvido que só se apreendam aquelas embarcações neutras que manifestamente se conhecer que pretendem infringir o bloqueio (AHI 244/01/06, 29/12/1826)

Diante dessa situação, os comandantes militares de diversas forças estrangeiras, dentre elas Inglaterra, França, Buenos Aires e EUA, começaram a romper as barreiras estipuladas pela esquadra naval brasileira, liderada por Rodrigo José Ferreira Lobo, o barão do Rio da Prata.³ Esse militar brasileiro foi considerado um dos grandes responsáveis pela ineficácia do bloqueio, pois não tinha a iniciativa necessária para mantê-lo (PEREIRA, 2007, p. 161). Conforme ressaltam Hélio Martins e Lucas Boiteux, a Marinha Brasileira, para além do bloqueio naval, deveria procurar cortar quaisquer comunicações de embarcações, principalmente aquelas pertencentes à Marinha Mercante de Buenos Aires (MARTINS, BOITEUX, 2002, p. 81). Por outro lado, essa era uma difícil missão, visto que a costa do Prata era ampla e sujeita ao desenvolvimento das atividades do curso nos locais onde não havia uma presença efetiva da esquadra brasileira.

O que se pode assinalar é que a diplomacia imperial acreditava ainda na continuidade de um bloqueio naval, mal planejado e que começava a sofrer violações por parte dos países neutros, dentre eles, os EUA e a Inglaterra. Esta última por sua vez, principal país que apresentava um forte volume comercial no Prata, começou a pressionar não só governo imperial como também o portenho para que realizasse esforços de negociações para o final da guerra.

Para além da ineficácia do bloqueio naval brasileiro, o fraco desempenho das

forças militares terrestres em serviço na Província Oriental comprometia a defesa daquela região. Menciona-se, por exemplo, a principal derrota sofrida pelo exército brasileiro, ocorrida em Paso del Rosario ou Ituzaingó, em 20 de fevereiro de 1827.⁴ Vale lembrar que as forças republicanas, antes de tal confronto na região do Rosário, haviam ocupado as regiões de Bagé e São Gabriel, no sul da província do Rio Grande do Sul (LUFT, 2015, p.231). Diante dessas circunstâncias, a perspectiva das forças militares brasileiras era de um cenário desvantajoso, além dos problemas de deserção e recrutamento.

Do lado das Províncias Unidas, por mais que o seu exército tenha conseguido uma importante vitória em Passo do Rosário, apresentava problemas, como os casos de deserção e poucos recursos militares. Havia também problemas no abastecimento de cavalos e munições, além do fato de os dirigentes de algumas províncias, como Entre Ríos e Corrientes, se recusarem em continuar o serviço de recrutamento devido ao crescimento do desgaste proporcionado pela guerra (DI MEGLIO, 2015, p. 170). Mesmo após a vitória em Ituzaingó, a província de Buenos Aires sinalizava uma maior demanda de recrutamento, postura que não era muito compartilhada pelas demais províncias.

Di Meglio ressalta que, se antes, algumas províncias apresentavam, junto ao governo de Buenos Aires, uma postura belicista, favorável ao conflito, eles passaram a ser contrários à continuidade da guerra, haja vista as duras condições de sustentar o conflito contra o Império do Brasil (DI MEGLIO, 2015, p. 170). Nota-se, então, o desgaste das forças militares republicanas, assim como as limitações das províncias no serviço de recrutamento militar, problemas semelhantes aos das forças imperiais.

Tendo em vista não só o fracasso do bloqueio naval, como também o mau desempenho das forças militares imperiais, como o citado caso em Ituzaingó, a guerra começou a despertar divergências políticas internas no Brasil. Se, em um primeiro momento, houve certa unanimidade do Parlamento Brasileiro favorável ao conflito, alguns parlamentares passaram a criticar a continuidade do conflito cisplatino. Essas primeiras observações foram identificadas nas sessões parlamentares, em maio de 1827. O motivo para o início das divergências se deu, principalmente, com o discurso do Imperador, D. Pedro I, na *Fala do Trono*, que abria as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado.

A parte inicial do pronunciamento do imperador brasileiro foi referente ao conflito cisplatino, em que o monarca defendia a continuidade da guerra. Em suas palavras, a guerra “continua e continuará enquanto a província Cisplatina, que é nossa, não estiver livre de tais invasores, e Buenos Aires não reconhecer a independência brasileira.” (ACD 03/05/1827, p.13). Mais adiante, D. Pedro I ressalta que falava de tal maneira por contar com a coadjuvação da Assembleia Parlamentar, ou seja, esperava que os parlamentares apoiassem a decisão do imperador. Alguns deles criticaram a postura do governo brasileiro no que diz respeito à sustentação da guerra. Menciona-se, por exemplo, o deputado e padre José Custódio Dias, da província de Minas Gerais. De acordo com o parlamentar:

Derrama-se o sangue brasileiro, um terrível recrutamento se está fazendo, um déficit espantoso que já existe, cresce de dia a dia, nós estamos com uma dívida enorme, estão se fazendo sem cessar grandes empréstimos no banco, e torno a dizer, o sangue brasileiro está se derramando.... E temos de esperar em completa inação

pelas propostas do governo para saber da justiça ou não justiça desta guerra. (...) O tempo vai passando e não cessa de correr o sangue brasileiro!! (ACD 11/05/1827, p.61)

O comentário acima, proferido por Dias, foi uma resposta aos discursos dos deputados Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa e de José Lino Coutinho, respectivamente, das províncias de Minas Gerais e da Bahia. O primeiro, que afirmava que “na discussão sobre justiça, a conveniência da guerra neste lugar é prematura” e que “também não é tempo ainda de entrarmos no exame se a guerra tem sido bem ou mal dirigida” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p.60). Já o segundo disse que, por mais que o Império brasileiro tenha sofrido grandes revezes por mar e por terra, além de aniquilação do comércio, “a Câmara não deveria emitir um parecer sobre a justiça ou injustiça na guerra” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p.61)

Observa-se que, na concepção do parlamentar Custódio Dias, o Parlamento Brasileiro deveria se envolver mais nas questões referentes ao conflito cisplatino e, de alguma forma, propor medidas para o fim da contenda, haja vista os prejuízos econômicos e o recrutamento. Ao final de seu discurso, o deputado da província mineira fez um questionamento aos seus colegas parlamentares, através de uma situação em que se ateasse fogo no edifício da Câmara dos Deputados: “se discutam e averiguem os nossos direitos e os motivos do incêndio, para depois cuidar-se em extinguir a chama, quando talvez tudo esteja reduzido a cinzas?” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p. 61). Com esse exemplo, Dias esperava que o parlamento buscasse soluções para atenuar os efeitos da guerra para o Império brasileiro.

Em resposta ao discurso de Custódio Dias e em defesa dos parlamentares Gou-

vêa e Coutinho, o deputado Raimundo José Cunha Mattos, da província de Goiás que, como foi visto nas páginas anteriores, foi favorável à guerra contra o governo de Buenos Aires, permaneceu em seu posicionamento. De acordo com Mattos, por mais que as finanças estivessem em uma grande desordem, o governo brasileiro não poderia ser insensível a essas dificuldades (ACD, 11/05/1827, p. 61). Nota-se que, mesmo nessas condições, Cunha Mattos acreditava que o Império brasileiro ganharia a guerra, mostrando, assim, que a Câmara dos Deputados não estava “aterrada”, mas sim apoiando as decisões do monarca imperial (ACD, 11/05/1827, p. 61)

Em linha semelhante, José Clemente Pereira, deputado pela província do Rio de Janeiro, enfatizava que “nós [Câmara dos Deputados] não podemos negar ao governo os auxílios de que precisa para a continuação da guerra no estado atual em que as coisas se acham” (ACD, 11/05/1827, p. 65). O parlamentar afirmava ainda que o governo brasileiro não deveria fazer uma “paz vergonhosa” com os inimigos, no caso, o governo de Buenos Aires (ACD, 11/05/1827, p. 65). José Clemente Pereira era um dos principais nomes do grupo áulico e próximo ao monarca D. Pedro I.

Já em uma linha diferente, parecida com a do padre Custódio Dias, Luiz Cavalcanti, da província do Rio de Janeiro, alertava que a situação brasileira na guerra não ia bem e questionou se a Câmara dos Deputados deveria coadjuvar com o Poder Executivo, apelo feito pelo Imperador no discurso da *Fala do Trono*:

Não duvido que tenhamos começado esta guerra com justiça, mas o resultado tem feito mudar as circunstâncias. Os negócios da guerra vão mal, e talvez já não possam acabar bem. Se a Câmara prometer a sua coadjuvação, daqui a pouco virá o

governo fazer proposta pedindo a sustentação da guerra, fundado em que a Câmara tem prometido essa coadjuvação (ACD, 11/05/1827, p. 64)

Novamente, o deputado Raimundo Cunha Mattos, em seus discursos patrióticos e de engrandecimento do Império do Brasil, criticou a opinião do parlamentar Luiz Cavalcante ao dizer que “como isto se possa avançar nesta augusta câmara”. Mattos ainda afirmava que, se fosse preciso, “milhares de soldados hão de vir de todas as províncias para defender as terras, as praças, os portos do Império que forem atacados.” (ACD, 11/05/1827, p. 64). O posicionamento de Cunha Mattos a respeito da necessidade de continuidade do conflito pode ser explicado, possivelmente, por sua formação militar. Por mais que as condições militares não favorecessem ao Império, o parlamentar continuava enxergando na via bélica uma eventual vitória brasileira. Todavia, o deputado Cavalcante estava certo em sua explanação. Os negócios não iam nada bem no conflito cisplatino. Prova disso, foi a derrota brasileira em Ituzaingó.

A partir das exposições anteriores, pode-se observar que a continuidade da guerra era um tema que dividia opiniões entre os parlamentares na Câmara dos Deputados. José Lino Coutinho, Raimundo José Cunha Mattos, José Custódio Dias e Luiz Cavalcanti eram pertencentes ao grupo político dos Liberais Moderados. Já Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa e José Clemente Pereira faziam parte do grupo Áulico (MARQUES JÚNIOR, 2018, p. 152 e 202).

O fato de serem pertencentes a uma mesma facção política não significava que pensassem de maneira igual. Prova disso, são as visões distintas de José Lino Coutinho e do padre José Custódio Dias, e deste último em relação aos áulicos Teixeira de Gouvêa e Clemente Pereira, que

apresentavam um pensamento semelhante ao dos Liberais Moderados citados acima. Com isso, pode-se constatar que os debates parlamentares transcendiam as dimensões políticas dos grupos políticos existentes durante o Primeiro Reinado.

Nesse período, não havia ainda grupos políticos organizados a partir de ideias ou ideologias, as identidades políticas locais ou regionais estavam em disputa e em construção. Tratava-se de um jogo de alianças políticas entre os diferentes atores sociais bem como os blocos de poder que estavam sendo constituídos e rearranjados a todo momento (MOREL, 2016, p. 90). Além disso, os grupos políticos se formaram em meio a um complexo jogo de diferentes interesses, refletindo assim novas formas de ação política e buscavam sobretudo uma maior representatividade nas instituições de governo, seja nos ministérios seja no Parlamento (BASILE, 2009, p. 60).

Alguns parlamentares, como os já mencionados, apresentavam um posicionamento sobre a continuidade do conflito. Outros, porém, não tinham ainda uma opinião formada a respeito da contenda no Prata. Aqueles que apresentavam uma opinião definida exigiam uma maior clareza sobre aqueles que não tinham entendimento sobre as dimensões do conflito (PEREIRA, 2007, p.181). O cenário político da guerra era marcado pelo desgaste militar por parte dos dois governos. Por volta de meados de 1827, no entanto, as negociações de paz começavam a ser realizadas, criando assim horizontes de uma possível paz.

Na Câmara e no Senado, as discussões em torno da Cisplatina se davam sobre eventuais possibilidades de se criarem leis a fim de aumentar o orçamento das forças militares brasileiras no conflito. A referida proposta dividiu opiniões

entre os personagens políticos. Por exemplo, Francisco Carneiro Campos, senador pela província da Bahia, era favorável de que o Senado, em conjunto com a Câmara dos Deputados, pensasse em ampliar as receitas com as despesas de guerra. Em suas palavras, “todas as nações têm dívidas, todas as nações têm déficit.” (AS, 22/05/1827, p. 274). O comentário proferido por Campos pode ser explicado pelo fato de que ele citou Inglaterra e EUA como países “modelos” a serem seguidos pelo governo brasileiro, que contraíam altas dívidas de guerra, mas conseguiam sempre meios de pagar os empréstimos.

Dessa maneira, na opinião do senador baiano, se tais nações “civilizadas” tinham dívidas, o Império teria o direito de passar por semelhante caminho. Segundo Carneiro Campos, a dívida externa brasileira, na época, em 1827, chegava a “trinta e um mil e tantos contos” (AS, 22/05/1827, p. 274). Essas comparações dos parlamentares com os países europeus eram bastante recorrentes, não só no Senado como também na Câmara dos Deputados. Tal fato mostra que os políticos brasileiros buscavam seguir padrões políticos semelhantes aos governos europeus, além de maneiras de votação próximas dos parlamentos francês, inglês e dos EUA. Em linhas gerais, Francisco Carneiro Campos era favorável à continuidade da guerra contra Buenos Aires.

De maneira semelhante, Antônio Luís Pereira da Cunha, o marquês de Inhambupe, da província de Pernambuco, defendia também a criação de um orçamento que ampliasse as despesas com o conflito cisplatino. Na perspectiva do citado parlamentar brasileiro:

Estamos empenhados em uma guerra, que é de honra e interesse nacional, de podermos conquistar uma paz honrosa. Como o Poder Execu-

tivo é responsável, devem-se lhe dar todos os meios que ele julgar necessários; pois que, faltando-se lhe com esses meios, a sua responsabilidade desaparece (AS, 14/09/1827, p.13-14)

A opinião expressa acima pelo referido notável mudou ao longo dos anos. O marquês de Inhambupe, em 1826, era um dos críticos ao fato de o governo brasileiro terem maiores despesas no conflito cisplatino. Na opinião de Antônio Luiz Pereira da Cunha, tratava-se de uma “mal-fadada contenda” (AS, 30/06/1826, p.159). Naquela conjuntura, o Império recorreu aos empréstimos ingleses a fim de obter o reconhecimento de sua independência pelo governo português. Já em 1827, o discurso de Inhambupe era diferente, ressaltando a necessidade de o parlamento brasileiro aprovar leis que ampliassem as despesas das forças militares. No entanto, o discurso de Inhambupe é evidenciado por uma eventual tentativa de “paz honrosa”, já que, no mesmo ano, em 1827, embora estivesse em um estágio embrionário, impreciso e indefinido, as negociações de paz entre o Império do Brasil e Buenos Aires haviam sido iniciadas.

Em uma das sessões parlamentares, o deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida, o futuro marquês de Abrantes, da província da Bahia, e, na época, também Ministro da Fazenda, afirmava que a “opinião pública se tem pronunciado contra a guerra” (ACD, 11/05/1827, p. 68). O referido parlamentar, da facção áulica, futuro marquês de Abrantes, era um dos favoráveis à continuidade da guerra contra as Províncias Unidas.⁵ O deputado baiano enfatizava que a Câmara dos Deputados não deveria se iludir com a opinião pública que dizia que a guerra era impopular (ACD, 11/05/1827, p. 68). Nota-se, então, que, mesmo numa situação de fragilidade militar, o citado parlamentar da província da Bahia acreditava

ainda que Império triunfaria sob as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os parlamentares recebiam notícias do conflito não apenas pelos documentos diplomáticos ou por outras fontes do governo, mas sobretudo pelos periódicos. A imprensa teve um papel muito intenso durante os anos da guerra não somente por transmitir ideias, mas principalmente por apresentar diferentes interpretações acerca da contenda. O embate dos periódicos dentro das lutas políticas do período materializava aspectos presentes no cenário político platino bem até antes da guerra (PIMENTA, 2006, p. 226). Não é foco realizar um estudo aprofundado sobre todos os jornais que atuaram durante a guerra.

Porém, cabe ressaltar que eles refletiam também as múltiplas identidades presentes na região platina. Por exemplo, alguns jornais que circulavam na capital portenha defendiam o ideal da República e, por isso, acreditavam que a Cisplatina teria melhores rumos caso fosse incorporada ao território das Províncias Unidas. Já na capital imperial, Rio de Janeiro, alguns jornais afirmavam que o sistema republicano era sinônimo de anarquia por conta das lutas políticas internas que ocorriam entre as províncias. Logo, a província Cisplatina deveria ser anexada ao Império brasileiro (PIMENTA, 2006, p. 226-227).

O cenário político na província Oriental era marcado também pela presença de periódicos que defendiam discursos de pacificação da província Cisplatina e que retratavam as hostilidades entre as forças militares imperiais e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Assuntos como a construção de uma unidade política oriental, soberania e pacificação foram objetos de discussão e de disputa de narrativas pelos periódicos que circulavam na província Oriental (WINTER, 2014, p. 185).

Ideias referentes à autonomia ou in-

dependência eram debatidas na imprensa e faziam parte da construção de uma orientalidade, fortalecendo as identidades locais e o estímulo à politização entre os povos da província Cisplatina (WINTER, 2014, p. 226). Essas discussões preocupavam os parlamentares brasileiros haja vista que o ideal de independência da província Cisplatina era alimentado nos periódicos, acirrando também as tensões políticas e militares.

Aliado a esses elementos, alguns parlamentares brasileiros criticavam a postura do governo brasileiro em continuar a guerra contra Buenos Aires, mesmo diante dos elevados gastos bélicos. Segundo o deputado José Lino dos Santos Coutinho, da província da Bahia, “a impopularidade não era somente contra a guerra”, mas também “contra a administração e direção do governo” (ACD, 18/05/1827, p. 123). O parlamentar ressaltava ainda que, caso a guerra “tivesse sido bem dirigida, em pouco tempo talvez estivesse concluída com vantagem para o Brasil” (ACD, 18/05/1827, p. 123). Numa opinião semelhante, o deputado Cunha Mattos afirmava que o Império brasileiro, diante dos prejuízos militares e da má condução do governo, encontrava-se na guerra “perdido em um labirinto” (ACD, 12/07/1828, p. 102). Mesmo diante do início das negociações de paz que iniciaram em meados de 1827, os parlamentares brasileiros questionavam até mesmo a condução das resoluções finais do conflito. Tal aspecto pode ser justificado pela atuação e total desorganização do governo imperial nos quase três anos de contenda. De acordo com Cunha Mattos

Que males nos tem trazido esta guerra! Guerra desastrosa, guerra feita sem cálculo, sem meditação alguma, guerra que supunha acabada no mesmo dia(...) o inimigo tem causa-

do grandes males ao Brasil, tem-se apresentado com uma coragem não esperada, quando nós poderíamos sair gloriosamente desta luta em que nos metemos, se a prudência marchasse a par dos imensos recursos que possuímos (ACD, 12/07/1828)

Segundo Daniel Coronato, a falta de uma estrutura política e centralizada não só no Império do Brasil como também no governo das Províncias Unidas afetou na dificuldade de negociações diplomáticas para o final da guerra (CORONATO, 2023, p. 29). Tratava-se de Estados ainda em formação, marcados pela ineficácia de proteção contra ameaças externa e interna (CORONATO, 2023, p. 29). Os dois governos, distantes de atingir uma ordem política, enxergaram na guerra uma forma de consolidarem sua soberania na região platina. A pressão pelo fim da guerra, principalmente, por parte da Inglaterra, e os elevados gastos bélicos dos dois países pesaram para o estabelecimento de um tratado de paz.

CONCLUSÃO

Ao trazer para o debate a opinião de alguns deputados e senadores, deve-se ressaltar que o Parlamento, que se encontrava fechado antes de 1825, passava agora a se tornar um espaço de discussão sobre a política externa brasileira para o Prata. Tanto deputados como senadores discutiam o tema, considerando tanto como a guerra afetava diretamente as regiões por ele representadas, no caso, no serviço de recrutamento, e o orçamento do Império. Portanto, pode-se afirmar que a temática de política exterior era sim debatida no Parlamento, que vocaliza pressões políticas sobre o modo de o governo brasileiro atuar na contenda cisplatina. Apesar de a Constituição de 1824 atribuir exclusivamente ao monarca as decisões de política

externa e o Conselho de Estado ser local de discussão, havia uma influência e pressão que vinha do poder Legislativo.

As divergências pelas quais apresentavam os parlamentares refletiam não só as tensões provocadas pelo conflito cisplatino como também os desafios que o Estado imperial atravessava. Afinal, a região platina era um aspecto chave da política exterior do Império brasileiro. Para além das questões do bloqueio naval, orçamento militar, recrutamento e navegação, o Parlamento brasileiro, em suas discussões, tinha como objetivo também orientar a condução do Ministério dos Negócios Estrangeiros em suas negociações e recomendações da Secretaria de Estado. Tratava-se de uma primeira guerra externa que o governo brasileiro enfrentava. Dessa forma, os debates nas Câmaras dos Deputados e dos Senadores funcionaram como um espaço do processo decisório da diplomacia brasileira, ou seja, na construção de estratégias diplomáticas e de um auxílio ao serviço diplomático imperial.

Embora o desfecho do conflito se desse a partir das deliberações do Conselho de Estado, principalmente, a partir do início de 1828, o Parlamento imperial, nos primeiros dois anos de contenda, assumiu um papel de mostrar os perigos da continuidade de uma guerra impopular e de discutir os seus principais desafios. Num primeiro momento, a perspectiva patriótica de uma guerra, ou seja, de que o inimigo portenho deveria ser combatido a qualquer custo, esteve presente nos discursos parlamentares. No entanto, à medida que os anos de guerra avançavam bem como as dificuldades militares, os parlamentares passaram a variar em seus discursos. Por exemplo, a proposta de uma “paz honrosa”, como se viu, foi apontada por um dos parlamentares, mostrando assim, que a permanência do conflito estava longe de beneficiar o

governo imperial. Tanto é que por volta de 1827, as negociações de paz começaram,

de maneira gradativa, a serem discutidas pelos governos beligerantes.

REFERÊNCIAS

FONTES

Anais do Parlamento Brasileiro (ACD/1826-1873)

Anais do Império (AS/1823-1859)

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI 244/01/06)

BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcello. O laboratório da nação. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1831-1889)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do Federalismo Platino, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, Porto Alegre, nº1, vol. 17, 2017, p.73-114.

CORONATO, Daniel. *A Convenção Preliminar de Paz de 1828 e a formação do sistema internacional platino*, Campos Neutrais- Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, v. 5, nº 2, maio- agosto de 2023, p.27-39.

DI MEGLIO, Gabriel. Guerra de Ladrones. Argentina contra Brasil, 1825-1828. In: DI MEGLIO, Gabriel. *Guerras de la historia argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2015.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. 2º ed. Brasília: FUNAG, 2014.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

KRAAY, Hendrik. Repensando o Recrutamento no Brasil Imperial, *Diálogos*, Maringá, v.3, nº 1, 1999, p. 113-151.

LE MOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. 2013. 238f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Hélio; BOITEUX, Lucas Alexandre. *Campanha naval na Cisplatina*. In: História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Terceiro Volume, Tomo I, 2002.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial*, *Topoi*, Rio de Janeiro, nº12, jan-jun. 2006.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. 2018. 234f. Tese (Doutorado em História) defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Seropédica-RJ, 2018.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Fiscalidade e Guerra: o Rio Grande do Sul e o Brasil na Guerra da Cisplatina*. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História- Rio Grande do Sul*, 2008, p. 1-12.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues de. *Divisão Naval da Costa D´Leste: A Expansão da Guerra Cisplatina para o Litoral Africano (1825-1830)*. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RIGOLA, Vagner da Rosa. *O curso marítimo na guerra da Cisplatina (1825-1828)*. Mestrado em História Marítima, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina*. São Paulo: EDUSP/Editora UnB, 1991.

WINTER, Murillo Dias. *“Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo*

que un fusil sin cañon”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2014.

NOTAS

¹ Vale lembrar que o Imperador D. Pedro I dissolveu o Parlamento em 12 de novembro de 1823, ficando suspenso até 1826. O monarca imperial, nesse período, governou o Brasil a partir do apoio do Conselho de Estado.

² Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (1769-1847) nasceu no Castello de Vide, Portugal. Exerceu carreira militar pela antiga administração portuguesa, chegando ao posto de Capitão-general. Além disso, foi presidente das capitanias de Mato Grosso e, no período imperial, presidente da província Cisplatina. Recebeu de D. Pedro I o título de barão de Vila Bela, em outubro de 1826, por seus serviços militares prestados durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Magessi, em 1825, foi nomeado Comandante do Exército do Sul e da praça de Montevidéu, na luta contra as forças republicanas das Províncias Unidas do Rio da Prata. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.pdf, p. 536 - Acesso em 21 de abril de 2023.

Antônio Luiz Pereira da Cunha (1760-1837) recebeu o título de Visconde de Inhambupe, em 1825, pelo monarca D. Pedro I. Um ano depois, o de marquês. Este personagem nasceu em Salvador, Bahia. Formado em Direito pela Universidade Coimbra, cursou também Direito, Matemática e Filosofia. Na administração portuguesa, desempenhou alguns cargos, dentre eles, Ouvidor em Pernambuco, Desembargador na capitania da Bahia, Conselheiro da Fazenda e Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro. Na administração brasileira, exerceu os cargos de deputado (1823) e senador pela província Pernambuco (1826), conselheiro de Estado (1823) e Ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros (1825). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/746-antonio-luiz-pereira-da-cunha-marques-de-inhambupe> - Acesso em: 21 de abril de 2023.

³ Rodrigo Pinto Guedes recebeu, em outubro de 1846, o título de barão do Rio da Prata com grandeza, pelos seus serviços prestados durante o conflito cisplatino como Comandante da Esquadra imperial na região do Rio da Prata. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p. 39.

⁴ Ituaingó é o nome platino para se referir à região do Passo do Rosário.

⁵ Miguel Calmon du Pin e Almeida, em junho de 1841, foi agraciado com o título nobiliárquico de visconde de Abrantes. Já em dezembro de 1854, recebeu o título de marquês. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. 2018. 393f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p. 29 e p.95.



“Notícias volantes, parciais e suspeitosas”: a Guerra da Cisplatina nas páginas da imprensa fluminense (1825-1826)

“Flying, partial and suspicious news”: the Cisplatine War in the pages of the Fluminense press (1825-1826)”

“Noticias volantes, parciales y sospechosas”: la Guerra de la Cisplatina en las páginas de la prensa fluminense (1825-1826).

Fabiúla Manhães

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com Licenciatura na mesma área pela Faculdade Saberes. É Professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

RESUMO

Objetiva-se discutir a mobilização do tema da Guerra da Cisplatina pelos jornais circulantes no Rio de Janeiro entre 1825 e 1826. Tal conflito envolveu o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, representando o auge das disputas político-administrativas em torno da região denominada Banda Oriental do Uruguai ou, sob jurisdição luso-brasileira, província Cisplatina. O decurso da beligerância foi acompanhado de perto por redatores de periódicos comprometidos com uma miríade de interesses

políticos. Nesse sentido, intenta-se compreender as agendas e intencionalidades subjacentes aos discursos urdidos pelos escritores públicos investigados, de modo a se evidenciar e se problematizar a alocação da questão cisplatina em tramas linguísticas mais amplas. Com tal escopo em vista, utiliza-se a metodologia analítica do Contextualismo Linguístico para a realização do estudo.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina, Imprensa, Rio de Janeiro, Contextualismo Linguístico.

ABSTRACT

This article aims to discuss how the theme of the Cisplatine War was mobilized by newspapers circulating in Rio de Janeiro between 1825 and 1826. The conflict involved the Brazilian Empire and the United Provinces of Río de la Plata, representing the peak of political and administrative disputes regarding the region known as Banda Oriental of Uruguay or, under Luso-Brazilian jurisdiction, the Cisplatine Province. The course of hostilities was closely followed by newspaper editors engaged with a wide array of political interests. In this sense, the study seeks to understand the agendas and intentions underlying the discourses crafted by the public writers under investigation, in order to highlight and problematize the allocation of the Cisplatine issue within broader linguistic frameworks. To this end, the analytical methodology of Linguistic Contextualism is employed.

Keywords: *Cisplatine War, Press, Rio de Janeiro, Linguistic Contextualism.*

RESUMEN

Se propone discutir la movilización del tema de la Guerra de la Cisplatina (Guerra del Sur) en los periódicos que circularon en Río de Janeiro entre 1825 y 1826. Dicho conflicto involucró al Imperio del Brasil y a las Provincias Unidas del Río de la Plata, representando el punto culminante de las disputas político-administrativas en torno a la región denominada Banda Oriental del Uruguay o, bajo jurisdicción luso-brasileña, provincia Cisplatina. El transcurso de la beligerancia fue seguido de cerca por redactores de periódicos comprometidos con una miríada de intereses políticos. En este sentido, se busca comprender las agendas e intencionalidades subyacentes a los discursos elaborados por los escritores públicos investigados, con el fin de evidenciar y problematizar la inserción de la cuestión cisplatina en tramas lingüísticas más amplias. Con este objetivo, se adopta la metodología analítica del Contextualismo Lingüístico para la realización del estudio.

Palabras clave: *Guerra de la Cisplatina, Prensa, Río de Janeiro, Contextualismo Lingüístico.*

INTRODUÇÃO

O ano de 1825 foi marcado por importantes eventos na vida social e política do Império brasileiro. Pode-se destacar o reconhecimento de sua independência pela antiga metrópole, Portugal, em 29 de agosto, bem como o avanço nas negociações diplomáticas para que outros países, como a França, adotassem a mesma medida. Pouco a pouco, o Brasil descolava-se do passado colonial e avançava rumo à consolidação de sua emancipação. Todavia, quais eram os limites desse processo? Havia, sem dúvida, freios ao estabelecimento pleno e absoluto de um Estado nacional brasileiro. A experiência e o presente demonstravam que a adesão ao projeto independentista ancorado pela

figura de D. Pedro I não era uniforme. No ano anterior, a Confederação do Equador (julho a novembro de 1824) colocara em xeque a legitimidade do governo instalado no Rio de Janeiro, tendo como uma de suas justificativas o rompimento do pacto constitucional pela dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823 (MELLO, 2004). Ademais, regiões como Bahia e Maranhão contavam com grupos resistentes à proposta pedrina. Na primeira, a difícil adesão ao Império deu-se somente em julho de 1823, após anos marcados por guerras civis (TAVARES, 2005). A região maranhense, outrossim, reconheceu o mando imperial no mesmo mês, tendo as forças contestadoras cedido aos

avanços militares liderados pelo almirante Thomas Cochrane (GALVES, 2011).

Essas tensões, certamente, não se apaziguariam facilmente. Reiterando a fragilidade dos laços entre as províncias e representando uma verdadeira espada de Dâmocles para a monarquia constitucional bragantina, o Sul brasileiro tornar-se-ia foco de um conflito de monta, reconhecido como a primeira guerra entre Estados independentes na América do Sul. Referimo-nos à Guerra da Cisplatina. Oficialmente declarada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1825, a luta armada pode ser considerada um dos mais graves desfechos da longa trajetória de disputas políticas, administrativas e militares em torno da Banda Oriental do Uruguai. Durante o processo revolucionário no Rio da Prata, a região fora ocupada por forças luso-brasileiras. Com a promessa de amenizar as convulsões provocadas pelos movimentos capitaneados por José Gervásio Artigas, as tropas do general português Carlos Frederico Lecor adentraram a campanha oriental nos últimos dias de 1816. A intervenção seria oficializada pouco depois, em janeiro de 1817, quando Lecor e seus homens se instalaram definitivamente em Montevideú. Desejada e apoiada pelas elites de Buenos Aires e por consideráveis setores da alta sociedade oriental, a presença luso-brasílica mostrar-se-ia muito mais duradoura do que uma simples expedição pacificadora (FREGA, 2016).

Anos mais tarde, antes de retornar a Portugal devido às vicissitudes da Revolução Constitucionalista do Porto e às pressões das Cortes de Lisboa, o rei D. João VI deixara instruções claras ao Ministro de Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira: a resolução do imbróglio em torno da posse da Banda Oriental era uma urgência. Ferreira, por seu turno, expressava sua insatisfação quanto à ma-

nutenção daquele território sob domínio luso-brasílico. Com a sub-reptícia intenção de se encerrar a situação, o ministro orientou Carlos Lecor quanto à realização de uma assembleia formada por 18 deputados (SOUZA, 2003). Deu-se início, em 15 de julho de 1821, ao Congresso Cisplatino. O andamento e os ultimatos provenientes de tais reuniões foram pautados pelos desígnios de Lecor e de seu “clube” de aliados – apelidado *Club del Barón* por conta do título nobiliárquico de Barão da Laguna, detido pelo general. Diante disso, seus opositores demonstraram descontentamento, apontando práticas corruptas por parte dos representantes. Apesar disso, o Congresso concluir-se-ia em 21 de julho com a decisão unívoca de se incorporar a Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Era criada a província Cisplatina (FREGA, 2016; FERREIRA, 2009).

A solução oficial, contudo, não aplacou as turbulências nas terras orientais. Pelo contrário, grupos sociais insatisfeitos com a governança portuguesa fizeram-se ouvir. O cenário crítico provocado pela independência brasileira, a partir de setembro de 1822, foi utilizado como brecha por tais atores, os quais elegeram a imprensa como uma de suas principais armas no combate político que se seguiria. Com a opção do Barão da Laguna por apoiar a causa do imperador D. Pedro I e do novo império brasileiro, a Cisplatina tornar-se-ia palco de embates entre essas forças e os remanescentes apolo-gistas de D. João e das Cortes lisboetas. Os Voluntários Reais do Rei, tropas portuguesas legalistas, permaneceram sob comando do brigadeiro Álvaro da Costa. Somente em novembro de 1823 acordou-se o retorno dos últimos para Portugal, mantendo-se Montevideú sob governo brasileiro. O panorama vivenciado entre

os últimos meses de 1822 e a convenção Da Costa-Lecor, no final de 1823, foi frutífero para o surgimento de impressos como *La Aurora*, *El Aguacero* e *El Pampero*. Tais jornais foram veículos essenciais para a divulgação de ideias e propostas que contestavam a continuidade do domínio luso-brasileiro na Banda Oriental. Pode-se afirmar, portanto, que os conflitos relacionados à Cisplatina ao longo da década de 1820 foram profundamente perpassados pelos desígnios da opinião pública (WINTER, 2019; PIEROTTI, 2013; GONZÁLEZ DEMURO, 2013).

Este artigo intenta repenetrar o universo de ideias, conceitos e narrativas empregados por atores históricos envolvidos com a questão cisplatina. Tem-se, precisamente, os discursos políticos urdidos e divulgados pela imprensa do período como objeto e fonte de estudo. Aqui, concentrar-se-á sobre jornais circulantes na província do Rio de Janeiro – então Corte imperial – entre dezembro de 1825 e março de 1826, isto é, durante os primeiros meses da Guerra da Cisplatina. Busca-se, em última instância, investigar os significados políticos da empreitada armada para os sujeitos da época – neste caso, especificamente para aqueles que utilizaram a imprensa como instrumento de ação pública. Com esse objetivo em tela, serão analisados os periódicos *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Redigidos por escritores imbuídos de distintos feixes de interesses, esses papéis públicos mobilizaram o tema da Cisplatina não somente com o intuito de noticiar o andamento da guerra. Com efeito, defende-se a hipótese de que o tópico em lide serviu como base para a discussão e a urdidura de linhas discursivas referentes a uma demanda mais ampla: a edificação do Estado nacional brasileiro.

A metodologia analítica eleita para a realização desta averiguação é o Contextualismo Linguístico, elaborado pela Escola de Cambridge. Tendo como representantes mais conhecidos Quentin Skinner, John Pocock e Anthony Pagden, tal método preconiza a realização de mediações constantes entre o conteúdo do texto histórico examinado e seu contexto de publicação e circulação. Conforme Skinner (1996, p. 12-13), importa para o historiador delimitar os espaços e as restrições que se faziam presentes enquanto o escrito em apreciação era confeccionado e divulgado. Desse modo, é imperioso compreender quem era seu escritor e em quais atividades – políticas, socioeconômicas e intelectuais – ele se envolvia à época. Os redatores dos jornais pesquisados provinham de distintos planos de fundo, o que, no entendimento aqui alentado, se conecta diretamente ao teor das linguagens políticas por eles forjadas. Logo, é mister descortinar as intenções e motivações subjacentes a esses discursos, bem como as interações entre as variadas linhas argumentativas que conviviam – muitas vezes de maneira desarmoniosa – na cena pública fluminense. Tal operação investigativa permite a emersão não somente dos atos de fala voltados diretamente à questão cisplatina e à guerra, mas também dos silêncios, subterfúgios e omissões perpetrados pelos autores.

AS CONDIÇÕES CONTEXTUAIS: SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS FLUMINENSES NOS PROLEGÔMENOS DA GUERRA

Em uma de suas mais importantes obras, *Linguagens do ideário político*, John Pocock (2003, p. 31) traçou um interessante paralelo entre um contexto linguístico

historicamente situado e um jogo. Conforme o raciocínio do autor, as interações e intervenções efetuadas pelos autores/ de textos pretéritos eram condicionadas às “regras” impostas por um determinado “jogo”. Os escritores/“jogadores”, desse modo, viam seus movimentos – nomeados por Pocock como lances – pressionados por exigências e contingências maiores do que eles mesmos. Ao se abordar as configurações dos espaços públicos no Rio de Janeiro da década de 1820, as asserções do historiador neozelandês se mostram frutíferas e altamente instrutivas. A Corte, afinal, foi palco de uma expressiva proliferação de periódicos, panfletos, folhetos e demais impressos de toda ordem no início daquele decênio. Tal panorama se deveu à Revolução Constitucionalista do Porto (agosto de 1820) e às pressões exercidas pelas Cortes de Lisboa sobre o rei D. João VI. Reconhecendo a inexorável dominância do tribunal da opinião pública, o monarca decretou o fim da censura prévia em 2 de março de 1821, ação que abriu espaço para o surgimento de papéis públicos contendo textos de variados teores (MOREL, 2016, p. 238-239).

Desse momento até 1823, a Cidade Imperial se viu repleta de debates no âmbito da imprensa. Essa se tornou, ao fim e ao cabo, veículo não somente de opiniões setoriais, mas de projetos políticos elaborados por sujeitos que analisavam e se imiscuíam constantemente na vida política brasileira. A alta taxa de analfabetismo à época, inclusive, não representou um obstáculo absoluto à apreensão e à expansão da palavra impressa; a oralidade, as leituras em voz alta e a boataria permaneceram como partes substanciais dos fluxos da opinião pública (MOREL, 2010, p. 67-68; FARGE, 2004, p. 91). Todavia, o ano de 1823 marcaria um ponto de inflexão no próspero cenário de debates na Corte,

mormente devido a perseguições políticas encetadas por membros do governo contra grupos opositores. Foi notória a devassa perpetrada por José Bonifácio de Andrada e Silva, cujos resultados levaram ao exílio de importantes figuras ligadas à imprensa, como Joaquim Gonçalves Ledo. Mais tarde, em junho de 1823, viria a público a informação sobre o espancamento de Luís Augusto May, redator do jornal *A Malagueta*. Não há confirmação sobre os mandantes da agressão, porém o recente desentendimento envolvendo May, Bonifácio e D. Pedro é um forte indício da motivação (REIS, 2022, p. 59-61). Nota-se, a partir do exposto, que a queda da censura por força da lei e a aparente abertura dos espaços públicos fluminenses não significaram o estabelecimento de um ambiente intelectual livre de restrições.

A dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, contribuiria para o agravamento da situação. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1966, p. 103), “o clima era o do arrasamento da imprensa de oposição”. Fechada pelo próprio imperador, a Constituinte era, naquela ocasião, o mais importante reduto oficial para a argumentação de demandas sociais e políticas. Com seu abrupto encerramento, um sinal de alerta era enviado àqueles sujeitos imbuídos de atitude crítica contra o governo. Desse modo, ao iniciar-se o ano de 1824, o circuito público do Rio de Janeiro encontrava-se “dominado” por jornais cujas linhas editoriais possuíam características nucleares em comum: a ferrenha defesa da monarquia constitucional pedrina e a neutralização de quaisquer tendências divergentes. Era esse o caso dos jornais áulicos *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*.

PERSPECTIVAS ÁULICAS: PIERRE PLANCHER, JOSÉ DA SILVA LISBOA E A DEFESA HERMÉTICA

A adjetivação de um sujeito ou de um comportamento político enquanto áulicos é complexa e requer alguns cuidados. O termo é oriundo do século XVII, quando os cortesãos mais próximos ao rei inglês James II foram apelidados de áulicos. No Brasil, a denominação era considerada depreciativa, sendo empregada para classificar indivíduos ou grupos considerados bajuladores e dependentes dos monarcas (BENTIVOGLIO, 2010, p. 188). Especificamente durante o Primeiro Reinado, pode-se atribuir a setores ligados ao aulicismo a sustentação de muitas das decisões tomadas pelo gabinete pedrino, o que inclui a intervenção pública por meio da imprensa. Todavia, a atividade de tais atores históricos deve ser tratada com cautela, de modo que não se desdobre em uma perspectiva estanque e homogeneizadora. Conquanto compartilhassem de interesses e objetivos em comum, as figuras áulicas não formavam um bloco monolítico. Suas linguagens e estilos políticos eram variados e, em alguns casos, conflitantes (MARQUES JÚNIOR, 2018, p. 30).

As trajetórias de Pierre Plancher e José da Silva Lisboa ilustram adequadamente essa compreensão. Esses eram, respectivamente, os redatores dos periódicos *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*. Plancher nasceu na França, tendo iniciado sua carreira como editor e vendedor de livros ainda jovem. No conturbado cotidiano da Paris revolucionária, angariou experiência profissional e envolveu-se em diversas disputas comerciais e judiciais no circuito editorial. Aportando no Brasil em 1824, Plancher visualizou no novo país um mar de possibilidades para o

crescimento de seus negócios. Fundou, assim, a Livraria Plancher, localizada na Rua do Ouvidor, na qual ofertava impressos de vários tipos e artigos outros, como peças de vestuário e medicamentos (MOREL, 2016, p. 22-29). Ademais, em junho daquele mesmo ano iniciaria sua carreira como periodista em terras brasileiras, assumindo uma postura pública comprometida com a apologia do governo imperial. Nas páginas de seu *Spectador Brasileiro*, artigos laudatórios dedicados à figura de D. Pedro I eram frequentes. Confirmando sua lealdade, Plancher identificava-se ao final das edições como “Livreiro Impressor de Sua Majestade Imperial”.

Silva Lisboa, por sua vez, percorreu veredas distintas em sua carreira pública. Nascido na Bahia, matriculou-se na Universidade de Coimbra com a intenção de tornar-se um sacerdote católico. Lá, no entanto, encantou-se pelos campos da Filosofia, o que o levou a conquistar um diploma da Faculdade de Cânones. De volta ao Brasil, exerceu uma multiplicidade de ofícios públicos, tais como ouvidor de comarca e docente de línguas e filosofia racional. Sua mais famosa ocupação junto ao Estado foi a de censor régio. Essa foi uma experiência substancial para o estabelecimento do baiano enquanto figura intelectual de proa no limiar do século XIX luso-brasileiro, visto que a partir dela se desenvolveu seu contato e apreço pelas normas régias e morais que guiavam a vivência social e política na monarquia portuguesa. Entremeando-se ao exercício de cargos oficiais, a caminhada de Silva Lisboa enquanto escritor também ganhava fôlego. Seu rol de publicações cobriu desde jornais, como *Conciliador do Reino Unido* (1821), a tratados, como *Princípios de economia política* (1804). Tendo participado de importantes decisões políticas do período, como a abertura dos portos às

nações amigas (1808), Silva Lisboa criou laços de proximidade com a casa imperial. Justifica-se, a partir disso, seu agraçamento como barão e, posteriormente, visconde de Cairu (KIRSCHNER, 2009; FARIA JÚNIOR, 2008).

São notórias as disparidades entre os perfis públicos de Cairu e Plancher. Eram, ao fim e ao cabo, homens prove-nientes de recortes sociais, intelectuais e econômicos muito distintos, o que, sem dúvidas, se refletiria no conteúdo dos impressos que viriam a produzir no contexto aqui investigado. Desse modo, compreende-se que incluir ambos os redatores em um único bloco áulico seria um equívoco metodológico e historio-gráfico, considerando que suas opções pela defesa resoluta da monarquia sob D. Pedro se devem a fatores diferentes. Pro-põe-se, a partir disso, que tanto Plancher quanto Silva Lisboa fizeram uso da retórica áulica para consubstanciarem seus discursos políticos e apoiarem a imagem pública do governo pedrino. Com essa hipótese se pretende evitar categorizações simplistas, as quais reduzam as complexas e dinâmicas trajetórias de sujeitos históricos a posições e agrupamentos homogeneizantes. Nas linguagens políticas por eles forjadas, por outro lado, pode-se identificar o emprego de *topoi* cujas bases provêm de uma perspectiva áulica.

No que concerne ao periódico de José da Silva Lisboa, *Triumpho da Legitimidade*, a própria justificativa para sua confecção coaduna-se a ideais áulicos. O jornal, afinal, veio à lume pela primeira vez em 9 de dezembro de 1825, apenas um dia antes da declaração oficial da guerra entre Brasil e Províncias Unidas do Prata. Para além disso, as escolhas editoriais de Cairu revelam seu compromisso com a causa do império bragantino, pois a totalidade do impresso seria dedicada à discussão e

à defesa da participação brasileira no conflito. Na edição inaugural lia-se uma declaração de lealdade por parte do redator, que atestava, desde já, seu posicionamento diante da questão cisplatina.

Às armas, às armas! Habitantes das dezenove Províncias do Império Antártico: vingança contra os Infratores da Fé Pública. As armas são justas e santas aos que não têm outro recurso senão nas armas. Inimigos aleivosos estão quase à porta, ainda que nas extremas da Terra da Santa Cruz. A Providência confiou da Honra Brasileira as *Duas Chaves* do Amazonas e Prata. Temos conflitos com gente sem caráter. Temos por nós Deus, o Imperador, e a Honra: *quando se perde a Honra, perde-se tudo*. (TRIUMPHO DA LEGITIMIDADE CONTRA FACÇÃO DE ANARQUISTAS, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825. GRIFOS ORIGINAIS.)

O excerto sintetiza o compromisso assumido por Cairu com a publicação de seu jornal, pois apresenta as linhas mestras de sua linguagem política. O argumento central era categórico: o Brasil possuía direito sobre o território cisplatino devido à tese das fronteiras naturais. Segundo essa leitura, as terras brasílicas seriam recortadas pela mão da própria natureza, que, providencialmente, as alocara entre os limites dos rios Amazonas e Prata. Por conta disso, a causa militar brasileira era justa e inquestionável. Estavam em xeque, afinal, não somente a unidade entre as “dezenove Províncias do Império Antártico”, mas também sua honra e sua imagem pública. Nessa trama argumentativa, a efígie de D. Pedro I surgia como núcleo, um elemento aglutinador dos esforços de guerra. A operação discursiva foi similarmente seguida por Plancher ao noticiar e comentar os primeiros dias de beligerância nas páginas de *O Spectador Brasileiro*.

Como na declaração de guerra perfeitamente sabida de todos os Brasileiros, S. M. I. patenteou seus nobres, e generosos sentimentos para com seus súditos, autorizando, e animando ao mesmo tempo todos aqueles que quisessem armar corsários a fim de proteger a Marinha Mercante brasileira, e fazer excursões nos portos de Buenos Aires, e suas Províncias; e visto serem evidentes as grandes vantagens, que devem resultar de uma semelhante empresa, tanto para o comércio, como para as pessoas que quiserem entrar neste gênero d'especulações; nós aconselhamos a todos aqueles, que estão animados de reais sentimentos patrióticos, a apressarem-se à execução da vontade de S. M. o Imperador [...]. (O SPECTADOR BRASILEIRO, N. 216, 23 DE DEZEMBRO DE 1825)

Para além do esteio monárquico, as relações de alteridade mostraram-se recursos primordiais para as construções narrativas veiculadas por *Triumpho* e *O Spectador*. Confrontados com a realidade das Províncias do Prata, os redatores utilizaram-na como elemento cristizador de diferenças marcantes – no caso, era relevante demonstrar por que o Brasil era não somente distinto do país vizinho, como também superior a ele. Os escritores, por vezes, lançaram mão de retórica irônica para detratar os inimigos, como ilustra a alcunha criada por Plancher: “Províncias unidas (momentaneamente) do Rio da Prata” (O SPECTADOR..., N. 218, 30 DE DEZEMBRO DE 1825). Cairu, por seu turno, referia-se ao governo portenho como “Barbarescos Sertanejos” (TRIUMPHO..., N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825). É interessante notar a mobilização do turbulento cenário social e político da região do Prata – com ênfase na capital, Buenos Aires – para se delinear a outridade. Esse, com efeito, foi um traço fulcral das linguagens forjadas por Silva Lisboa e Plancher: a

identificação do Brasil com ideais de ordem e estabilidade e, de modo oposto, a definição da elite bonaerense como anárquica, desorganizada e frágil.

O forjamento desses discursos, como mencionado na introdução deste trabalho, atendia a uma demanda maior, qual seja, a solidificação do Estado nacional brasileiro. Ora, a Guerra da Cisplatina representava um grave risco ao estabelecimento da uniformidade desse corpo político, pois encontrava-se em jogo a posse de um importante território. Configurado enquanto império, o Brasil tinha em sua territorialidade um alicerce de sua condição autônoma e soberana. Um império, afinal, não perde suas terras, mas as expande, como atestava *O Spectador* (N. 218, 30 DE DEZEMBRO DE 1825): “No princípio dos Impérios não se fazem cessões de terrenos; fazem-se conquistas”. Simbolicamente, a noção de uniformidade singularizava o país – especialmente quando esse era contrastado com as dispersas repúblicas hispano-americanas que o circundavam. Diante de tal desafio, os redatores de *Triumpho* e *O Spectador* empregaram artimanhas discursivas que referendassem, perante o público, a legitimidade do governo pedrino ao pleitear o domínio sobre a Cisplatina. Especificamente no jornal de Cairu, a Banda Oriental era retratada como uma herança legada pela metrópole, Portugal, a seu “filho”, o Brasil. Evocando a anexação da região ao antigo Reino Unido lusitano, o escritor asseverava:

É notório, que o Governo do Brasil, depois da dita Ocupação Militar, sempre se manteve, pura e simplesmente, em *estado defensivo* na Banda Oriental do Rio da Prata, sustentando a legítima posse contra as claras incursões do Régulo Artigas, e contra as clandestinas

manobras do Governo de Buenos-ayres, que por tantos, bem sabidos, expedientes fez insanas tentativas de seduzir os Montevideanos para sustentarem a Facção dos Anarquistas, quando aliás todos os proprietários e sensatos do país experimentavam e reconheciam os preciosos e incalculáveis benefícios de se libertarem das garras da Hydra Jacobinica, e das misérias da guerra civil; obtendo além disto, pelo *liberal Sistema de Sua Majestade Fidelíssima, continuado por Sua Majestade Imperial*, as incomensuráveis vantagens da franqueza do comércio, e a imunidade dos furores excitados por motivos de naturalidades, que tanto têm manchado o caráter civil dos povos de um e outro Hemisfério nas cruas hostilidades recíprocas entre Europeus e Americanos, de que a natureza estremece. (TRIUMPHO..., N. 5, 21 DE DEZEMBRO DE 1825, GRIFOS ORIGINAIS E NOSSOS.)

O trecho, para além de ofertar um vestígio da compreensão de Cairu sobre os significados políticos da questão cisplatina, descortina sua percepção – ainda que momentânea – sobre a própria natureza do Estado nacional brasileiro. Na perspectiva delineada ao longo das páginas de seu *Triumpho*, o redator tece uma linha de continuidade entre as trajetórias históricas de Brasil e Portugal. Tal ponto de vista se coaduna aos passos seguidos por Silva Lisboa durante sua carreira enquanto homem público. Ele foi, como visto anteriormente, um clássico representante da postura conservadora e cortesã, ostentando lealdade à monarquia lusitana tanto por meio dos cargos oficiais ocupados quanto por sua atuação intelectual e cultural. Ao resgatar os elos entre as antigas metrópole e colônia, Cairu reforçava a narrativa sobre o pertencimento da província Cisplatina ao conjunto brasileiro, lançando mão de argumentos históricos,

atávicos e, em sua leitura, genuínos. Factualmente, pode-se enquadrar a retórica da herança como um traço distintivo da linguagem política contida nesse periódico, visto que nas folhas de seu par na luta áulica, *O Spectador Brasileiro*, pouco ou nada se falava sobre Portugal quando a guerra era noticiada e comentada.

As táticas narrativas criadas por Plancher e Cairu com o intuito de apoiar a empreitada bélica de D. Pedro I não se resumiram ao traçado de seus próprios atos de fala. Importava, da mesma forma, movimentar os discursos de outros periódicos com a intenção de beneficiar a causa brasílica. Em outras palavras, tais redatores buscaram avançar no “jogo” da opinião pública por meio da manipulação das “peças” dos adversários. Nesse intento, tanto a negação de notícias desfavoráveis ao Brasil quanto o silenciamento foram lances executados pelos escritores. É chamativo o comportamento dos jornais de perfil áulico quando defrontados com a perspectiva da desordem e da tão temida anarquia. Apenas três dias antes da declaração oficial de guerra, *O Spectador Brasileiro* (N. 209, 7 DE DEZEMBRO DE 1825) orgulhosamente anunciava: “Entrou ontem o *Paquete de Buenos Aires*, pelo que ficam destruídos os boatos, que corriam de desinteligência entre o nosso Governo e o daquela República, continuando pelo contrário na mesma harmonia”. *Triumpho*, por sua vez, desprezava a vitória das tropas opositoras na batalha de Sarandi (batalha de Sarandi), uma das principais derrotas sofridas pelo Brasil no decurso das disputas pela Cisplatina.

É preciso ser noviço na carreira militar para não conhecer, que a inculcada vitória de Lavalleja foi exageração fementida da surpresa que fez de uma partida da nossa Tropa, mais valente que prudente.

Em *guerra de postos*, são triviais e revezados tais acontecimentos. [...] A retirada da nossa força principal, pela confissão do inimigo, fez-se em boa ordem, e foi de feliz efeito. A história das campanhas mostra, que às vezes uma retirada a tempo é de tão efetivos resultados que as mais esplêndidas vitórias, para se obter o fim da Campanha. (TRIUMPHO..., N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825, GRIFOS ORIGINAIS)

A divulgação de informações possivelmente danosas à imagem das tropas brasileiras era sempre acompanhada de ressalvas. Cairu, por exemplo, acusava “Os Gazeteiros de Buenos Aires” de tentarem “desanimar o Espírito Público dos Brasileiros” (TRIUMPHO..., N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825). A reiteração de elementos discursivos que destacassem a capacidade do governo imperial e garantissem a crença pública na vitória foi substrato das retóricas tramadas por Silva Lisboa e Plancher. Nas linhas argumentativas de tais autores, desse modo, não havia espaço para críticas ou sequer ponderações sobre a condução do conflito. Até mesmo a infame batalha de Sarandi, cujo sangrento desfecho provocou graves baixas para o exército nacional e escancarou sua desorganização interna (CARNEIRO, 1946, p. 60; LUFT, 2013, p. 40), surgia nas páginas de *Triumpho* como um revés menor. Esse conjunto de características referenda a constatação de que as intervenções públicas operadas pelos escritores de *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade* foram baseadas em defesas herméticas (MANHÃES, 2023, p. 82).

A partir do exposto, nota-se que as primeiras impressões sobre a Guerra da Cisplatina a alcançarem os circuitos impressos da Corte foram atravessadas por estratégias de silenciamento e negação de quaisquer manifestações que

viesses a insuflar oposições ao governo pedrino. Principalmente ao se considerar os recentes abalos sobre a imagem pública do imperador e de sua governança – pelo fechamento da Constituinte e pela repressão à Confederação do Equador –, entende-se a urgência em se operar um “asseamento” de sua reputação. Para o enfrentamento desse desafio, os jornais de tendência áulica elaboraram recursos retóricos que, *pari passu*, reforçassem a estabilidade e a força da monarquia constitucional e dissolvessem discursos que colocassem esses mesmos ideais em dúvida. A linha discursiva tramada por Plancher e Cairu, todavia, não permaneceria incólume por muito tempo.

ATALAIA DA LIBERDADE E O VERDADEIRO LIBERAL: A OUTRA GUERRA

Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas teria sua 14ª e última edição publicada no dia 28 de janeiro de 1826. *O Spectador Brasileiro*, por sua vez, levaria sua cruzada áulica até abril daquele ano. A cena pública fluminense, entretanto, passaria por uma abrupta e importante alteração nesse íterim. Dois jornais curtos e inflamados, redigidos por estrangeiros, seriam responsáveis por abalar a vertente discursiva predominante até então. Eram esses *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. *Atalaia* foi redigido pelo negociante João Maria da Costa, proveniente da Ilha da Madeira. Costa atuava profissionalmente em Montevideu quando as hostilidades entre Brasil e Províncias Unidas dificultaram seus negócios, o que o motivou a transferir-se para o Rio de Janeiro (REIS, 2022, p. 37). O número inaugural de *Atalaia* veio a público em 4 de fevereiro de 1826, sendo, em um primeiro momento, produzido nos prelos da

Tipografia de Plancher. De verve liberal, o redator assentava bases discursivas de seu periódico sobre o que considerava uma falta e uma necessidade: uma escrita pública desprovida de censuras, um Legislativo forte e a primazia da liberdade individual. Tendo em vista o contexto linguístico delineado pelos áulicos nos espaços públicos do Rio, pode-se considerar as intervenções de João Maria da Costa como radicais e desafiadoras, como ilustra o excerto seguinte.

A Atalaia da Liberdade, há de sempre defender e propugnar pelo estabelecimento, e perpetuidade dos seguintes princípios – assembleias legislativas periódicas – liberdade de escrever e de pensar – liberdade individual e de indústria – ministros responsáveis – juízes de facto para averiguar os crimes – direito de petição – e tolerância de todos os cultos. – Estes dogmas políticos há de *a Atalaia da Liberdade* sustentar sempre... sempre... Também hão de chegar o dia, ou os dias, em que figurem neste periódico os abusos, os latrocínios, as maquinações, as traições e tudo quanto de ilegal se tem praticado na Província Cisplatina desde o ano de 1817 – e há de aparecer também em público, tudo quanto se opuser à marcha de um governo, cuja primeira base é a justiça; nunca porém hão de aparecer nem injúrias nem calúnias. [...] (ATALAIA DA LIBERDADE, N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

As escolhas editoriais de Costa ao reger *Atalaia* refletem o cenário político por ele encontrado ao chegar à Cidade Imperial. Naquele momento, afinal, o Brasil adentrava seu terceiro ano sem uma Assembleia de deputados em funcionamento. Tal situação impedia que os fluxos da imprensa, principalmente no que concerne à sua regulamentação administrativa e jurídica, seguissem de modo livre e está-

vel. Tendo em vista a ausência de leis sobre liberdade de publicação e a inoperância do Legislativo no período, os crimes e demais alterações envolvendo a opinião pública eram resolvidos por medidas de exceção, mormente decretos. Diante disso, era comum que instrumentos jurídicos e policiais, tais quais as devassas, fossem aplicados contra sujeitos ou grupos tidos como inimigos do governo vigente, porém sob o véu do controle aos “excessos” da livre expressão. São exemplares as investigações e prisões de figuras como Joaquim Gonçalves Ledo, exilado em 1822, e João Soares Lisboa, processado por chamar D. Pedro I de “puro democrata” em seu jornal *Correio do Rio de Janeiro*. A devassa entrou para os anais da história sob a alcunha de Bonifácia, pois ocorreu sob as diligências de José Bonifácio de Andrada e Silva (LUSTOSA, 2003, p. 27-29; NUNES, 2010, p. 107-108).

Ciente das pressões e restrições impostas pelo contexto, João Maria da Costa tecia suas críticas com o uso de subterfúgios. Desse modo, no lugar de alvejar diretamente a figura do imperador, voltava sua pena aos ministros; de outra maneira, lançava mão de exemplos estrangeiros para referendar suas ácidas reflexões (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). As queixas veladas, contudo, não reduziam o alto grau de exaltação do periódico. Eram explícitas suas simpatias pelos governos revolucionários da América espanhola – considerava modelar o plano do Congresso Geral Argentino para punir ministros irresponsáveis (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). Além disso, defendia o fim da escravidão fundamentando-se em razões humanísticas. Diferentemente de intelectuais como José Bonifácio, cujos argumentos voltavam-se a uma abolição gradual que favorecesse a economia, João Maria da Costa con-

siderava a manutenção da escravatura como ato de degradação da humanidade (ATALAIA..., N. 2, 15 DE FEVEREIRO DE 1826). No que toca à Guerra da Cisplatina, as ideias divulgadas por *Atalaia* também apresentariam caráter de denúncia.

Chama atenção, primeiramente, a desconfiança do redator quanto à natureza das notícias vindas do Sul. Diferindo da postura adotada por Cairu e por Plancher, que tranquilizavam seus leitores e garantiam que o andamento do conflito era favorável ao exército nacional, Costa fazia um alerta. Em uma seção denominada “Juízo Crítico Político”, lia-se o seguinte:

Relativamente aos negócios do Sul, só temos algumas notícias volantes, parciais, e suspeitosas, dadas por aqueles, que de vez em quando aqui nos aparecem a dizer, que em Montevideu tudo vai otimamente, mas é porque tudo vai otimamente bem *para eles*, por isso, é que faltos de notícias fidedignas, não temos agora coisa certa, sobre que possamos estribar nossos juízos, nem emitir de improviso uma opinião segura; ousamos contudo afirmar que as coisas em geral marcham ali mui lentamente, e posto que de nossa parte ignoramos a causa; todavia desconfiamos, que ela nasce da falta de um General hábil, e de reconhecida capacidade, que saiba dar uma direção segura às nossas Tropas na campanha Cisplatina; e que saiba operar com elas, fazendo-as reunir em massa para cair com toda a força sobre os inimigos, porque do contrário pequenas partidas, e algumas guerrilhas soltas, duvido que possam conter as forças dos Patriotas, e rechaça-las. (ATALAIA..., N. 2, 15 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

Tanto o teor quanto as fontes das notícias, na perspectiva de *Atalaia*, eram questionáveis. Ademais, a condução das tropas brasileiras pelas mãos do almiran-

te Rodrigo Lobo não convencia João Maria da Costa. Factualmente, o desempenho de Lobo tornou-se matéria de críticas até mesmo para historiadores militares que analisariam a campanha no Prata mais de um século depois. David Carneiro foi uma dessas vozes. O autor referia-se ao almirante como “inerte” e assim resumizava a atuação bélica do Brasil e o progresso da beligerância: “Meio hostil, naturalmente desfavorável, esquadra em más condições para as águas em que se devia mover, péssimo comando” (CARNEIRO, 1946, p. 180). Nesse sentido, a primeira investida do redator de *Atalaia da Liberdade* contra a linha discursiva áulica voltou-se ao aspecto comunicacional da guerra: a opinião pública deveria suspeitar de notícias tão alvissareiras.

As dúvidas endossadas por João Maria eram atreladas à reflexão sobre a composição da arena de discussão pública no Rio de Janeiro. O autor interpretava a situação como “bem miserável”: havia poucos periódicos em circulação e, esses poucos, não atenderiam às demandas por “utilidade” e “instrução dos seus concidadãos” (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). Mencionando especificamente *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia* o classificava como “instrumento regular do *servilismo civil e religioso*” (ATALAIA..., N. 4, 24 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS). José da Silva Lisboa, por sua vez, não era diretamente citado, mas pode-se inferir que João Maria a ele se referia quando criticava um determinado gazeiteiro que recorria à “autoridade de mil autores, *para impor de literato*” (ATALAIA..., N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS). Logo, observa-se que, conquanto nos meses anteriores a cena pública fluminense aparentasse estar relegada ao aulicismo, tal preponderância foi questionada. A falta dos trabalhos legisla-

tivos e de um maior acabamento das leis quanto à liberdade de imprensa, de fato, impulsionavam o “domínio” governista. Todavia, e embora esse não seja um esforço analítico típico do historiador, pode-se ponderar sobre intervenções de opositores cujos registros não são conhecidos até o momento. Tal perspectiva ilustra a dinamicidade a complexidade daquele contexto linguístico.

A riqueza dos jogos discursivos em lide é reforçada quando se tem em conta que João Maria da Costa também era um defensor da participação brasileira na luta armada pela Cisplatina – e utilizava-se, para isso, de argumento similar ao de Silva Lisboa. O argumento, no entanto, era instrumentalizado de modo distinto. Se na linguagem de *Triumpho da Legitimidade* as fronteiras naturais entre os rios Amazonas e Prata eram concebidas como uma herança legada por Portugal ao Brasil, *Atalaia* as compreendia como uma conquista. Dessa forma, a legitimidade da empreitada bélica de D. Pedro I não residia nas ligações históricas entre as antigas metrópole e colônia, mas sim no direito de posse angariado pelo império brasileiro enquanto Estado nacional independente. Para referendar sua argumentação, João Maria da Costa recorria aos recentes enfrentamentos armados na região oriental, isto é, os conflitos entre as tropas de Carlos Lecor – leais a D. Pedro I e a seu gabinete no Rio de Janeiro – e os Voluntários Reais do Rei, comandados por Álvaro da Costa. A partir disso, o redator, paralelamente, negava qualquer legado lusitano e empregava as próprias animosidades entre “portugueses” e “brasileiros” como substância para uma retórica alicerçada sobre ideias de conquista, direito e soberania. O trecho seguinte sintetiza os lances de *Atalaia* contra a linha discursiva de *Triumpho*.

[...] em 1823 nós fizemos guerra aos *Cis-platinos* e *Portugueses*, e em 1824, entramos de posse na Praça de Montevideú, por uma *capitulação* feita com o Comandante das Forças Portuguesas. Por consequência nós os Brasileiros, havemos *conquistado* aquele Território, porque constituídos uma Nação estrangeira e independente da Nação Portuguesa, para nós outros, não podem ter valor, senão os atos praticados desde o dia, em que o nosso Exército arvorou sobe os campos Cisplatinos o Pavilhão Brasileiro. (ATA-LAIA..., N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

As discussões públicas sobre o conflito no Sul ganharam um novo componente quando o francês Pierre Chapuis iniciou a publicação de seu jornal, *O Verdadeiro Liberal*. Nascido em 1795, Chapuis possuía larga carreira militar e serviu durante as guerras napoleônicas. Ao longo de sua trajetória pública, viajou por diversos países, integrou a maçonaria e dedicou-se à redação de vários impressos. Na Espanha, por exemplo, escreveu para o jornal *Regulador*. Suas itinerâncias foram marcadas pela dissidência e por uma postura política exaltada, como exemplifica sua prisão durante as guerras civis espanholas, que se seguiu de uma deportação para Portugal. Impedido de retornar a seu país natal, transfere-se para o Brasil em 1825 e logo em seguida inaugura seu periódico. *O Verdadeiro Liberal*, no entanto, não foi sua única iniciativa impressa no Brasil. Também redigiu o panfleto *Réflexions sur le traité d'indépendance et le décret promulgué par sa majesté fidélistime* (1826), no qual teceu críticas ao Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal (1825). A polêmica foi tamanha que rendeu até mesmo uma resposta de Cairu, que escreveu o panfleto-resposta *Reflexões sobre as reflexões de Mr. Chapuis* (PUIGMAL, 2019, p. 111-112).

A afinidade entre as linguagens políticas de *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* eram confirmadas pelo próprio João Maria da Costa, que elogiava o “honrado Camarada, *O Verdadeiro Liberal*” (ATALAIA..., N. 11, 13 DE MARÇO DE 1826). Os jornais, efetivamente, compartilhavam o estilo crítico e dedicaram significativas partes de suas parcas edições à discussão da questão cisplatina. Chapuis faria coro aos questionamentos de Costa sobre a veracidade das notícias excessivamente positivas acerca do andamento da guerra. Seu tom, no entanto, era envernizado com um pouco mais de otimismo se comparado ao de *Atalaia*. Buscando elevar os ânimos do público quanto à perspectiva da vitória, o francês se apoiava em linguagem patriótica para denunciar o suposto desleixo das autoridades brasileiras no gerenciamento da guerra.

As bravatas dos Argentinos, e a gratuita acusação de covardia que fazem aos Brasileiros só merecem desprezo, e riso: desde a Bahia até o Pará, os Brasileiros mostraram na guerra da Independência, uma coragem, e intrepidez superior à esperança, por isso mesmo que o Brasil, há muitos tempos, não se tinha exercitado nas armas. Será por ventura a guerra de Buenos-Ayres menos nacional que a da Independência? Estará nela menos comprometido o brio Brasileiro? Não por certo. Persuado-me pois que há descuido e falta nos chefes e comandantes que temos no Sul; e examinando este ponto com toda a vigilância, era bem que se dessem as providências que requer um negócio de tanta transcendência, do qual hoje pende toda a glória nacional e a segurança do Império. (O VERDADEIRO LIBERAL, SUPLEMENTO AO N. 2, 4 DE MARÇO DE 1826)

Importantes dimensões do conflito pela Cisplatina podem ser avaliadas a

partir do artigo de Chapuis. Primeiramente, a guerra descortinou o despreparo das fileiras militares brasileiras para serviços de grande porte. Recentemente emancipado e tateando no escuro rumo à consolidação de sua autonomia, o Estado nacional brasílico ainda contava com aparato de segurança moldado pela experiência colonial. O território era mormente guarnecido por milícias e ordenanças formadas por cidadãos armados, muitos desprovidos de treinamento e experiências militares sistemáticas que os imbuísse do tirocínio necessário para ir ao campo de batalha (SOUZA, 2022). Reflexo dessa precariedade foi a contratação de mercenários – soldados estrangeiros profissionais e assalariados – irlandeses e alemães com o objetivo de preencher as lacunas do contingente militar enviado ao Sul. Encontrando no Brasil uma realidade muito distinta das condições de trabalho e pagamento oferecidas pelo governo imperial, os forasteiros recorreram à mendicância como meio de sobrevivência. O que prometia ser o auxílio necessário para a rápida finalização do conflito converteu-se em problema social: os mercenários eram constantemente envolvidos em brigas e desordens pelas ruas da Corte. Evidencia-se, a partir disso, que a Guerra da Cisplatina desnudou e, ademais, aprofundou debilidades sociopolíticas na capital do império (SOUZA, 1999, p. 330).

Chapuis, possuindo experiência castrense, voltou suas falas para a gestão militar brasileira, porém não as resumiu a esse item. Tanto para *Atalaia* quanto para *O Verdadeiro Liberal*, uma das maiores urgências no cotidiano político do Rio de Janeiro era a liberdade de imprensa. De forma mais específica, ambos os redatores alegavam práticas de censura contra eles perpetradas. Embora, até o momento, esta investigação não conte com do-

cumentação que ateste as ditas perseguições, é interessante notar como os freios à livre expressão tornavam-se, eles próprios, pedras de toque dos discursos de Chapuis e João Maria da Costa acerca da questão cisplatina. Desestabilizando a linha discursiva de defesa hermética engendrada por Cairu e Plancher, os redatores lançavam luz sobre os significados políticos do conflito no Sul. Em outras palavras, tratava-se não somente de uma guerra armada – havia em curso uma batalha entre linguagens. Tais discursos, por sua vez, diziam respeito a uma demanda cara à cultura política da época, isto é, a construção do Estado nacional brasileiro. Se em *Triumpho* e *O Spectador Brasileiro* os alicerces dessa edificação encontravam-se exclusivamente na monarquia constitucional sob D. Pedro I, *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* apostavam em preceitos liberais e em um dos traços distintivos da Modernidade política: a publicização dos atos governamentais. As linhas a seguir expressam as consternações de Chapuis e ilustram a incontornável relevância do foro da opinião pública para os sujeitos históricos aqui estudados.

Já é costumeira antiga em Montevideo, procurar que no Rio de Janeiro se ignore o que ali se passa; por isso de vez em quando lá vem um, lá vem outro... chegam aqui: – Que há de novo por Montevideo? ‘Tudo vai otimamente ‘tudo vai excelente – porém Fulano disse isto – Siclano disse aquilo – ‘mentiroso, caluniador, republicano, inimigo do General Lecor... e atrás destas um cento de palavrinhas de encomenda, que já de lá vem arrançadas por ordem alfabética. (ATALAIA..., N. 9, 8 DE MARÇO DE 1826)

Os discursos tramados por Chapuis e Costa, de fato, foram mal recebidos pelos circuitos de discussão fluminenses. Tal

recepção se manifestou na ordem de prisão e expulsão de Chapuis, que deixou o Brasil e exilou-se no Chile. Por lá, publicou nova versão de *O Verdadeiro Liberal* e se envolveu em outros conflitos com autoridades (PUIGMAL, 2019, p. 112-113). A trajetória de João Maria da Costa, por sua vez, sofreu uma curiosa inflexão. De escritor público mordaz e defensor de ideias radicais, passou a áulico empedernido, assumindo, em 1827, a redação de *Gazeta do Brasil*, folha financiada por membros do gabinete imperial – há, inclusive, indícios de que o próprio imperador publicou textos nesse jornal sob pseudônimos (SODRÉ, 1966, p. 114-115). O periódico se ocuparia com a apologia do governo pedrino em um contexto distinto, no qual a Assembleia Geral já funcionava e uma oposição cada vez mais sólida se configurava nos espaços públicos da Corte. Em suma, tem-se aqui uma importante amostra da fluidez das posições políticas assumidas em cenários de crise, como foi o Primeiro Reinado brasileiro. Interesses eram frequentemente redimensionados e, conforme o ditado das circunstâncias, as mais megalomaníacas “trocas de lado” poderiam ocorrer. Cabe ao historiador identificá-las sem que as reduza a setorizações e a suas próprias demandas por coerência, tal como instruiu Skinner (FERES JÚNIOR; JASMIN, 2006, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos debates impressos apresentado neste artigo oferece indícios e interpretações sobre o funcionamento da opinião pública fluminense em um contexto de transição. As comunicações, afinal, eram mediadas tanto por elementos modernos, como a própria imprensa diária e as demandas por publicização, quanto por reminiscências do Antigo Regime, como a

primazia da oralidade, o segredo de Estado e as práticas de censura. Poderíamos, hodiernamente, afirmar que o processo de superação dos traços pretéritos foi concluído? É sabido que a História não funciona em progressão linear, mas sim em descon continuidades, avanços, desacelerações e, por vezes, atropelos. O panorama de produção dos periódicos aqui analisados era especialmente delicado: um Estado nacional em busca de sua solidificação envolvia-se em uma guerra mormente desvantajosa. Um exército despreparado e a atividade de escritores públicos governistas eram os sustentáculos de tal empreitada. A legitimação do conflito perante a sociedade, todavia, seria colocada em xeque por redatores críticos. Nota-se, destarte, que os espaços públicos do Rio de Janeiro converteram-se em *locus* simbólico do conflito pela Cisplatina.

É importante notar que os debates sobre a pugna não se encerrariam com o desaparecimento de *Triumpho da Legitimidade*, *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Pelo contrário, o reavivamento da opinião pública na Corte, permitido pela retomada dos trabalhos legislativos, insuflaria os exames críticos sobre o conflito. A partir de então, a tarefa ficaria a cargo de *Astréa* (MANHÃES, 2024) e *A Aurora Fluminense*, jornais que continuaram e aprofundaram a linha crítica aberta por Chapuis e João Maria da Costa. Em suma, a abordagem da questão cisplatina pela imprensa fluminense foi marcada por silenciamentos, esquivas, discordâncias e pelo convívio entre diferentes tendências políticas. Dos soldados aos redatores e das penas às baionetas, a guerra fez-se tanto concreta quanto simbólica.

REFERÊNCIAS

Fontes (Periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Atalaia da Liberdade – Tipografia de Plancher e Imprensa Imperial e Nacional, Rio de Janeiro, 04/02/1826 – 17/03/1826 (13 números)

O Spectador Brasileiro – Tipografia de Plancher, Rio de Janeiro, 28/06/1824 – 28/04/1826 (266 números)

O Verdadeiro Liberal – Tipografia Imperial e Nacional, Rio de Janeiro, 02/03/1826 – 06/04/1826 (16 números)

Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas – Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 09/12/1825 – 28/01/1826 (14 números)

Bibliografia

BENTIVOGLIO, Júlio. Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 23, pp. 187-221, 2010.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

FARGE, Arlette. *Palavras sem História; História sem palavras*. Maracanan, Rio de Janeiro,

n. 2, pp. 88-100, 2004.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. *O Pensamento Econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Fábio. O Congresso Cisplatino e seus desdobramentos políticos no Brasil e na região do Prata. *Estudios Historicos*, Rivera, n. 2, p. 1-16, 2009.

FREGA, Ana. La vida política. In: CAETANO, Gerardo; FREGA, Ana (org.). *Uruguay: Revolución, Independencia y construcción del Estado*. Tomo I – 1808-1880. Montevideo: Editorial Planeta S.A., 2016, pp. 31-83.

GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”*: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010.

GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. 2013. Tesis (Maestría en Historia Rioplatense) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República Uruguay, Montevideo, 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyolaa: IUPERJ, 2006, pp. 9-38.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. Em nome do interesse público: o periódico “Astréa” lê a Guerra da Cisplatina (1826-1828). *Ágora*, Vitória, v. 35, pp. 1-22, 2024.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *O soldado e a pena*: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

MARQUES JÚNIOR, Nelson. *O despertar do Império independente*: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). 2. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco. Palavras além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, pp. 63-80, 2010.

NUNES, Tássia Toffoli. Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIERROTTI, Nelson. Volver a la Cisplatina (1817-1828). Una aproximación a los “estados de opinión” de los orientales sobre la independencia del Uruguay. Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo, Montevideo, v. 13, pp. 17-69, 2013.

POCOCK, John Greville Agard. Linguagens do ideário político. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PUIGMAL, Patrick. Diccionario de los militares y agentes napoleónicos durante la independencia. México, El Caribe, Centroamérica y Brasil (1791-1840). Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019.

REIS, Arthur Ferreira. Anarquistas e servís: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro de 1824 a 1826. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Adriana Barreto de. Honrosos cidadãos ou vadios? Guerra, conflitos sociais e lutas por direitos nas fileiras militares – Rio de Janeiro, 1820-1831. Almanack, Guarulhos/SP, n. 31, pp. 1-36, 2022.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroadas: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico, tomo II, volume 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 341-376.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2005.

WINTER, Murillo Dias. Uma tempestade de papéis impressos e infames: imprensa e linguagem política na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824). Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.



Novas perspectivas sobre a fuga dos prisioneiros do brigue *Ana* em Carmen de Patagones (1827)

New Perspectives on the Prisoners' Escape from the brig Ana at Carmen de Patagones (1827)

Nuevas perspectivas sobre la fuga de los prisioneros del bergantín Ana en Carmen de Patagones (1827)

João Victor Barreiro

Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESUMO

A atual pesquisa busca apresentar novos elementos do episódio da fuga dos prisioneiros de Patagones durante a Guerra da Cisplatina. A fuga do Brigue *Ana*, muitas vezes é tratada como um episódio heroico, após uma derrota sofrida durante o conflito. Essa fuga normalmente é marcada como um evento importante na carreira do Almirante Tamandaré, que juntamente de José Joaquim Ignácio, teriam sido os responsáveis pela evasão realizada pelos brasileiros. A pesquisa busca reexaminar os fatos e encontrar elementos que não são abordados na historiografia brasileira, almejando criar uma cronologia do evento mais ampla.

Palavras-Chave: Fuga dos prisioneiros, Corso, Guerra da Cisplatina.

ABSTRACT

This research seeks to shed new light on the escape of the prisoners at Patagones during the Cisplatine War. The escape of Brig Ana is often treated as a heroic event, following a defeat suffered during the conflict. This escape is typically marked as an important event in the career of Admiral Tamandaré, who, along with José Joaquim Ignácio, was allegedly responsible for the escape carried out by the Brazilians. The research seeks to reexamine the facts and uncover elements that are not addressed in Brazilian historiography, aiming to create a broader chronology of the event.

Keywords: Prisoners' escape, Privateering, Cisplatine war.

RESUMEN

Esta investigación busca arrojar nueva luz sobre la fuga de los prisioneros brasileños en Patagones durante la Guerra Cisplatina. La fuga del bergantín Ana suele considerarse un acontecimiento heroico, tras una derrota sufrida durante el conflicto. Esta fuga suele marcarse como un acontecimiento importante en la carrera del almirante Tamandaré, quien, junto con José Joaquim Ignácio,

fue presuntamente responsable de la fuga protagonizada por prisioneros brasileños. La investigación busca reexaminar los hechos y descubrir elementos no abordados en la historiografía brasileña, con el objetivo de crear una cronología más amplia del evento.

Palabras clave: Fuga de prisioneros, Corso marítimo, Guerra de la Cisplatina.

INTRODUÇÃO

A Guerra da Cisplatina foi um conflito que ocorreu entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas, atual Argentina, pela província Cisplatina, atual Uruguai. Este conflito não foi apenas uma guerra para definir fronteiras, mas um combate marcado pela mobilização de corsários, tripulações multinacionais e estratégias tanto em mar quanto em terra. O Brasil apostou em um bloqueio naval, com o intuito de causar um desgaste prolongado em seu adversário. Enquanto as Províncias Unidas articulavam ações de corso e ofensivas localizadas, buscando as dificuldades imperiais em manter comunicação, abastecimento e coesão militar, visto que além do conflito, o Império Brasileiro ainda necessitava vigiar sua extensa costa.

A precariedade logística de ambos os lados, unida à complexidade das vias fluviais e à falta de infraestrutura portuária ao sul de Buenos Aires, tornava qualquer operação dependente de fatores como maré, profundidade das barras, ventos e acasos, algo que contribuiu para entender o episódio em que o acaso, a desorganização ou o imprevisto foram decisivos. É nesse ambiente de fragilidade operacional, sobreposição entre guerra regular e Guerra de Corso, e dependência de marinheiros estrangeiros que a operação brasileira

em Patagones em 1827 foi concebida e que a fuga do Brigue Ana fora executada meses depois.

A fuga dos prisioneiros do Brigue Ana, no ano de 1827, após a operação de Carmen de Patagones durante a Guerra da Cisplatina, costuma ser narrada como um episódio de audácia associada à imagem de Joaquim Marques Lisboa¹ (Futuro Marquês de Tamandaré) e José Joaquim Ignácio² (o futuro Visconde de Inhaúma). Este artigo busca deslocar o foco dessa leitura para o conjunto logístico e organizacional que possibilitara esta fuga. Ao reescrever o evento no seu contexto, pretende-se evidenciar como contingências operacionais e falhas de coordenação se combinaram à iniciativa dos oficiais cativos.

No início de 1827, a região de Carmen de Patagones funcionava como o “pulmão” do corso platino, era um porto de difícil acesso, com barra traiçoeira, correntezas e bancos de areia que ofereciam abrigo e tempo aos corsários para reparar, reabastecer e voltar para o mar (Rigola, 2023). Diante do desgaste do comércio imperial e do bloqueio na região do Prata, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes³ autorizou uma divisão específica para neutralizar o reduto. O comando da expedição coube ao Capitão de Fragata

James Shepherd⁴, a pequena força reuniu as Corvetas Duquesa de Goiás⁵ (Capitânia) e Itaparica⁶, o Brigue-Escuna *Escudeiro*⁷ e a Escuna *Constança*⁸, com cerca de 650 homens, parte significativa de estrangeiros, retrato da composição multinacional da marinhagem, então recrutada pelo Império. A barra do Rio Negro já prenunciava que operação seria tanto geográfica quanto militar.

A operação começou com a Escudeiro transpondo a barra do Rio Negro sob fogo das baterias de terra, seguido pela *Itaparica*, já a Capitânia *Duquesa de Goiás*, de maior calado, encalhou e posteriormente acabou naufragando, contabilizando 32 baixas⁹. O golpe material foi imediato, reduzindo o poder de fogo da divisão e espalhando os homens em tarefas de salvamento e vigilância numa passagem estreita, onde a correnteza e posições em terra favoreciam os defensores. Mesmo com uma investida positiva de Eyre¹⁰ contra uma bateria de costa, o saldo do primeiro contato foi inequívoco, desgastante, fragmentando a tropa e causando a perda da Capitânia antes do assalto principal (Lima, 1983).

O desastre na barra do Rio Negro, resultando no naufrágio da *Duquesa de Goiás* após o encalhe, que apesar da manobra de Marques Lisboa, que encostou a *Constança* à Corveta e retirou cerca de 280 homens antes de a embarcação afundar forçou Shepherd a mudar o eixo da operação, decidido então a fazer uma investida terrestre contra a vila, que comandou pessoalmente. Nomeando Guilherme Eyre como segundo em comando e Marques Lisboa como ajudante, Lisboa passou a *Constança* para ao Tenente Joaquim José Ignácio e destacou 40 homens para a coluna, os demais navios cederam cerca de dois terços de suas guarnições, deixando a retaguarda com

apenas um terço a bordo e praticamente indefesos (Guedes, 1829).

Na madrugada de 7 de março de 1827, a força marchou sem artilharia em direção à vila de Patagones. Os corsários, então, dividiram-se entre um núcleo na vila e outro oculto em um morro para flanquear. O ataque, sem apoio, logo cobrou baixas, Shepherd acabou sendo baleado logo nos primeiros disparos, indo a óbito. Eyre assumiu em seu lugar e ordenou a retirada, quando as forças de defesa atearam fogo na macega e cercaram pelos flancos, tornando-se inviável a resistência. Antes mesmo da rendição, a coluna já havia perdido cerca de 40 homens. Animados pelo êxito em terra, os corsários passaram aos navios fundeados e os tomaram, o quadro final foi em um navio afundado e três apresados, 38 mortos por afogamento (incluindo os 32 da *Duquesa de Goiás*), 41 mortos em terra e 379 prisioneiros, entre eles cerca de 200 ingleses (DPHDM, 2009). Consumada a rendição em terra e com os navios remanescentes apresados, seguiu-se a etapa do cativo, com os “oficiais e praças” sendo concentrados na Vila de Xavier” (DPHDM, 2009, p.16), desembocando posteriormente na tomada do navio pelos próprios prisioneiros e na chegada a Montevideu.

As leituras realizadas sobre a expedição de Patagones, normalmente, são voltadas para o desastre tático de Shepherd e à derrota da expedição, porém existe uma vertente que se torna a percepção da expedição como um momento de triunfo na carreira do Almirante Tamandaré. Para ordenar o debate, examino duas vertentes que moldaram a memória dos acontecimentos e que se tornam uma tradição historiográfica brasileira relacionando ao evento essa característica de triunfo. A primeira historiografia se dá à uma versão institucional relacionada

ao Tamandaré; a segunda se dá pela síntese Biográfica escrita por José Francisco de Lima, especialmente na edição de 1983. O contraste entre essas camadas, ora convergentes, ora dissonantes, acabam nos auxiliando para entender como um revés tático se converteu em “vitória moral”. A atual pesquisa não busca desmerecer a coragem dos envolvidos, mas situar a sua posterior consagração no processo de construção da memória.

A leitura institucional organiza o pós combate em dois momentos, o do aprisionamento/embarque no Brigue *Ana* e a retomada do próprio Brigue pelos prisioneiros, com a sua chegada posteriormente a Montevideú. O foco dessa historiografia acaba recaindo na agência de bordo de Joaquim Marques Lisboa (em ação combinada com Joaquim José Ignácio), convertendo a evasão em contraponto moral ao desastre em terra. Essa leitura reforça os feitos prévios (como o salvamento de centenas de homens da *Duquesa de Goiás* por Tamandaré) e cristaliza uma narrativa de superação, com a guarda reduzida e iniciativa dos prisioneiros compondo um enredo de virada, que sustenta a centra-

lidade do futuro Patrono na memória da Marinha.

Na obra de Lima, a Fuga do *Ana* é tratada como ponto de inflexão na formação do jovem oficial, mas sem personalismo excessivo. A ação a bordo é contextualizada em uma cadeia de contingências (navios fundeados com guarnição mínima e coluna exausta), e os protagonistas são harmonizados. A edição de 1983 corrigiu as discrepâncias numéricas que circulavam antes, aproximando o relato de um quadro operacional em que a iniciativa dos prisioneiros só se explica pelas condições materiais abertas pelo desencontro da escolta. O resultado é uma narrativa que equilibra descrição e contexto, sem perder a dimensão simbólica que a Marinha atribuiu ao longo do tempo (Lima, 1983).

Perfeitos como ponto de partida, esses dois núcleos dão o corpo factual (nome, datas, sequências decisórias), oferecem coerência narrativa e revelam como a fuga do *Ana* foi memorizada. Mas ambos partem de um enraizamento nacional, que filtra o episódio pela lógica da reparação



Figura 1- Representação do Brigue *Ana*. Fonte: Kirovsky, Carlos, [s.d.]. Ilustração digital.

do revés e tende a fixar os protagonismos, abordando pouco a questão operacional das Províncias Unidas e sobre o circuito informativo do estuário do Prata, inclusive a imprensa em língua inglesa, que acompanhou os fatos. Por isso, apesar de serem indispensáveis, são insuficientes se isoladas. Para converter a memória em história crítica, é preciso entrelaçá-los com fontes transnacionais com destaque para periódicos como *The British Packet and Argentine News* e periódicos publicados em Buenos Aires e Montevideu no período, além de partes da guerra e patentes de corso nas Províncias Unidas, registros portuários e consulares, capazes de atestar números, recalibrar protagonismos e afinar a cronologia dos fatos.

Assim, o objetivo desta pesquisa é reexaminar a fuga dos prisioneiros do Brigue *Ana*, reconstituindo a cadeia factual que liga Carmen de Patagones a Montevideu. Para isso serão cruzadas a imprensa publicada em Montevideu (com destaque para relatos) e a documentação oficial da Marinha, de modo a identificar com precisão os condicionamentos logísticos que viabilizaram a evasão, adicionando novos elementos que não se encontram presentes na tradição historiográfica brasileira. Ao articular a crítica da memória e a história operacional da Guerra Naval, busca-se delimitar os contornos entre mito e documentação, oferecendo uma interpretação situada do caso, com cronologia refinada e números ajustados.

NOVAS PERSPECTIVAS DA FUGA ATRAVÉS DO THE BRITISH PACKET AND ARGENTINE NEWS

Após o revés imperial em Carmen de Patagones, cerca de 200 brasileiros foram capturados e concentrados na vila

de Xavier. O jornal *The British Packet and Argentine News* acaba por nos apresentar novos elementos ao que se diz a uma narrativa consolidada sobre o evento, nos dando uma clareza sobre a condição e aos assentamentos dos oficiais brasileiros aprisionados:

Os oficiais de armamento brasileiro capturados na Patagônia residiam desde sua captura em San Gabriel, a poucas léguas do porto. Posteriormente, foram embarcados no Brigue americano *Ana*, com o restante dos prisioneiros, para serem conduzidos ao Salado ou a algum outro porto, e provavelmente já estavam lá antes de este chegar. Seguem os nomes de alguns deles: Capitães Eyre, Watson, Lisboa, Tenentes Hayden, Carter, Fitz Costa, Browning, Ousely e Tupper. Todos os prisioneiros são considerados em ótimas condições de saúde, e San Gabriel é um paraíso para um clima como o da Patagônia. (*The British*, n. 56, 1 set. 1827, p.3, nossa tradução.)

A notícia que informa sobre a permanência dos oficiais brasileiros capturados em San Gabriel¹¹, antes de sua transferência para o Brigue *Ana*, oferece um raro vislumbre logístico sobre o destino dos prisioneiros. A menção nominal a figuras como Eyre, Watson e Lisboa permite rastrear os principais protagonistas da futura evasão e delinear a composição social e hierárquica do grupo detido. Além disso, a referência a San Gabriel, qualificada de forma quase idílica como “um paraíso”, revela tanto a percepção externa quanto a tentativa de suavização do cativo, sugerindo que, ao menos no plano da saúde e do tratamento físico, os prisioneiros estavam em condições minimamente estáveis antes do embarque. A localização “a poucas léguas do porto” também sugere uma relativa facilidade de acesso e deslocamento, o que pode ter influenciado na

escolha do local como ponto de espera até a mobilização marítima.

Contudo, a fonte deve ser lida com cautela crítica. A ausência de maiores detalhes sobre o regime de vigilância, as condições materiais da reclusão e a separação entre oficiais e praças obscurece dinâmicas importantes para a análise da fuga. A descrição de San Gabriel como um “paraíso” deve ser relativizada como provável eufemismo discursivo, possivelmente motivado por interesses diplomáticos ou jornalísticos. Ao afirmar que os prisioneiros “provavelmente já estavam lá antes de este [o Brigue] chegar”, a fonte revela também a natureza especulativa de certos trechos, reforçando a necessidade de cruzamento com outras evidências documentais coevas. Ainda assim, sua contribuição é valiosa, pois permite fixar no tempo e no espaço um momento anterior à fuga, permitindo dimensionar a complexidade logística do transporte de prisioneiros na região platina, fornecendo nomes-chave para a reconstituição da cadeia de comando entre os cativos. Integrada aos conjuntos de fontes, essa notícia amplia o horizonte factual da pesquisa, permitindo inscrever o episódio da evasão em uma cronologia mais precisa e matizada.

O transporte dos prisioneiros por via marítima, como alternativa às rotas terrestres, deve ser compreendido à luz das especificidades geográficas e políticas da região patagônica no início do século XIX. O interior da província de Buenos Aires e a zona Sul das Províncias Unidas eram, à época, marcadas por vastas extensões de território inóspito, rotas mal estabelecidas e frequentes ataques de grupos indígenas que resistiam à expansão estatal. A ausência de estradas confiáveis, somada à precariedade dos transportes por terra e ao risco de evasão,

tornava a travessia terrestre inviável para o deslocamento de prisioneiros (González, 1988). Assim, o recurso à navegação austral e costeira impôs-se como solução mais segura e eficiente do ponto de vista logístico, ainda que não isenta de riscos, pois havia a presença do bloqueio naval. Essa decisão, tomada pelas autoridades argentinas, revela tanto a vulnerabilidade estrutural regional quanto a centralidade estratégica das vias marítimas na Guerra de Corso e na administração do conflito platino (Rigola, 2023).

A trajetória que levou os prisioneiros brasileiros de Patagones até Montevideu foi marcada por uma série de eventos imprevistos que possibilitaram a execução da fuga. Fontes, sobretudo da imprensa publicada no Rio da Prata, fornecem indícios valiosos sobre as condições materiais e os descompassos operacionais que tornaram a evasão possível. Em edição publicada após a chegada do Brigue Ana a Montevideu, o jornal *The British Packet and Argentine News* noticiou o episódio com base em informações colhidas localmente, ainda sem total clareza sobre os detalhes da operação. A nota, embora marcada por lacunas e especulações, oferece elementos importantes para a reconstrução do encadeamento dos fatos e revela a percepção pública inicial diante de um evento que rapidamente ganharia contornos de façanha militar. A seguir, transcreve-se o trecho da notícia:

Na manhã de quarta-feira passada, um Brigue, com quase 100 prisioneiros a bordo, incluindo os oficiais Capitão Eyre, Watson e os demais que mencionamos em outra parte do nosso artigo, chegou a Montevideu. Ignoramos as circunstâncias exatas que levaram a este evento desagradável; mas fomos informados de que o Brigue deveria ter prosseguido sob escolta da esquadra da

Patagônia, encalhado perto da Patagônia; e, como o comboio não estava à vista, os prisioneiros atacaram a tripulação, composta por apenas 7 homens, e conduziram o Brigue até Montevideu. (*The British*, n. 56, de 1 set. 1827, p.3, nossa tradução.).

A notícia publicada pelo *The British Packet and Argentine News* é particularmente valiosa por trazer à tona um detalhe até então pouco explorado pela historiografia nacional, o encalhe do Brigue *Ana* nas imediações de Patagones. Esse elemento, muitas vezes ausente em fontes brasileiras, oferece uma chave interpretativa essencial para compreender as condições materiais que tornaram possível a fuga. A paralisação da embarcação, ao que tudo indica, desorganizou a operação de transporte, impossibilitou a junção imediata com o comboio escolta e obrigou a tripulação argentina a improvisar medidas emergenciais, entre elas, o desembarque de parte da guarda, reduzindo drasticamente a contingência de vigilância a bordo. Essa vulnerabilidade operacional, associada à ausência da escolta no campo visual, configurou um cenário propício para que os prisioneiros percebessem a oportunidade e tomassem o controle do navio.

O encalhe do Brigue *Ana*, portanto, não deve ser lido apenas como um acidente náutico fortuito, mas como um evento crítico que desestabilizou toda a logística da operação argentina. Ao imobilizar temporariamente a embarcação próxima à foz do Rio Negro, a tripulação foi forçada a aliviar a carga e redistribuir os efetivos, resultando no desembarque de boa parte dos soldados responsáveis pela guarda dos prisioneiros. A pequena quantidade de pessoas a bordo apresentou um número insuficiente para controlar um contingente alto em números, essa situação criou um vácuo de autoridade e vigilância que foi

rapidamente explorado pelos prisioneiros. Ao analisarmos a fonte, o ataque se deu justamente nesse contexto de isolamento e fragilidade, permitindo reconstituir com maior precisão o momento decisivo em que a condição de cativo foi revertida em tomada de iniciativa. O encalhe, portanto, funcionou como elemento catalisador da fuga, não um simples contratempo, mas um divisor de águas na cronologia dos acontecimentos.

Ao introduzir o encalhe como fator determinante, a imprensa britânica rompe com a narrativa tradicional centrada exclusivamente na astúcia dos oficiais brasileiros, reposicionando a análise do episódio no plano das falhas logísticas argentinas e das contingências náuticas. A brevidade e a imprecisão do relato, ao afirmar que “ignoramos as circunstâncias exatas”, não anula seu valor como testemunho, pois revela a circulação de informações incompletas, mas factualmente significativas, nos dias imediatamente posteriores à chegada do *Ana* a Montevideu. A menção à ausência do comboio “à vista” também confirma que os navios de escolta se encontravam fora do alcance visual no momento crítico, reforçando a hipótese de que a separação espacial entre o transporte e o comboio contribuiu decisivamente para o êxito da fuga. Assim, mesmo lacunar, a fonte permite tensionar leituras consagradas e introduzir um dado novo — o encalhe — como peça-chave na reinterpretação histórica do episódio.

Se a primeira notícia destacou o encalhe como fato decisivo, mas tratou os eventos de forma breve e imprecisa, em uma edição posterior do *The British Packet and Argentine News*, acrescentaram-se novos detalhes sobre a dinâmica da fuga. Um relato, publicado poucas semanas depois evidencia uma tentativa de reconstituir o episódio com maior clareza,

incorporando informações sobre o número de guardas, o desembarque parcial dos prisioneiros e a perseguição frustrada realizada pela Corveta *Chacabuco*¹². Embora também marcado por lacunas e contradições, o texto amplia o horizonte factual ao indicar que a fuga não foi um movimento instantâneo, mas um processo marcado por sucessivas improvisações e pela explicação de falhas argentinas. A seguir, transcreve-se o trecho da reportagem:

Em relação à fuga dos prisioneiros da Patagônia, coletamos alguns detalhes adicionais. Reiteramos que uma investigação rigorosa deve ser realizada sobre o assunto. Todos foram embarcados no Brigue, e 20 soldados foram colocados a bordo; mas ele encalhou. Os prisioneiros foram então desembarcados novamente, assim como 16 soldados e guardas. O oficial, um homem muito jovem, foi aliciado; com isso, cerca de 80 prisioneiros embarcaram; os demais não conseguiram. O Brigue flutuou e eles seguiram para o mar. No mesmo dia, *Chacabuco*, que estava navegando, entrou e descobriu que o Brigue havia escapado. Um navio, posteriormente identificado como o Brigue, foi avistado, foi dada perseguição, mas o Brigue foi perdido de vista. (*The British*, n. 59, de 22 set. 1827, p.2, nossa tradução.)

O relato publicado na edição n. 59 do *The British Packet and Argentine News* apresenta informações adicionais relevantes sobre a fuga do Brigue Ana, sobretudo no que diz respeito ao encalhe e ao subsequente desembarque de prisioneiros e soldados. O detalhamento sobre a redução da guarda, de 20 para apenas 4 homens a bordo, reforça a centralidade do encalhe como elemento catalisador da evasão, ao mesmo tempo em que evidencia o imprevisto argentino na administração da operação. A menção à perseguição

realizada pela Corveta *Chacabuco*, embora sem sucesso, sugere que a reação existiu, mas foi tardia e descoordenada, confirmando a hipótese de que o descompasso entre transporte e escolta foi determinante. Isso sugere que o evento foi precedido por fases sucessivas de fragilidade e dispersão, o que facilitou a fuga.

Um dos pontos mais intrigantes da notícia é a referência ao “oficial muito jovem” que teria sido “aliciado”¹³. A redação ambígua abre espaço para múltiplas interpretações, poderia se tratar de um colaborador voluntário dos prisioneiros, de alguém coagido sob ameaça, ou ainda de uma tentativa posterior de justificar a falha argentina atribuindo o episódio à traição individual e não à incompetência estrutural. Essa incerteza revela tanto a dificuldade de apurar os fatos no calor dos acontecimentos quanto a tendência de construir narrativas explicativas que aliviam responsabilidades institucionais. O “jovem oficial” funciona, assim, como a figura simbólica de um erro a ser personificado, deslocado para o plano da moralidade individual.

Apesar dessas ambiguidades, a notícia mantém alto valor historiográfico por registrar percepções circulantes na época e por confirmar elementos materiais da operação. Ao mesmo tempo, sua linguagem evidencia os limites da imprensa no período, pois trata-se de uma narrativa montada a partir de rumores, testemunhos indiretos e informações incompletas, que não busca precisão absoluta, mas sim oferecer um quadro inteligível para o público leitor. Ainda assim, sua contribuição é fundamental para tensionar as versões oficiais posteriores e iluminar os aspectos contingenciais que permitiram o sucesso da fuga.

AS FRAGILIDADES DO COMBOIO ARGENTINO

A leitura dessas notícias evidencia que a fuga não pode ser reduzida ao interior do Brigue *Ana*, mas deve ser entendida dentro de um quadro mais amplo, no qual a escolta desempenhou um papel central. O próprio fato de o comboio não estar à vista no momento decisivo, como ressaltam as notícias da imprensa, aponta para um problema estrutural. A operação de transporte estava concebida para funcionar em articulação com navios de guerra de maior porte, cuja ausência imediata abriu margem para a fuga. Assim, compreender as dificuldades enfrentadas pelo comboio argentino, desde os desencontros logísticos até as limitações tecnológicas da navegação é fundamental para situar a fuga no contexto mais amplo. Em relação ao comboio de escolta, o *The British Packet and Argentine News* enunciou a seguinte mensagem:

Há algum tempo se sabe e se anuncia nos jornais que a esquadra de Patagones estava pronta para o mar. Relata-se que ela partiu por volta do dia 12. Está em excelentes condições; bem equipada com todos os tipos de suprimentos e tripulada principalmente por marinheiros ingleses e americanos. É composta pela Corveta *Chacabuco*, 24 canhões, 180 homens, o Comodoro George Bysson¹⁴, Capitão Chambers (antigo mestre de vela); a Corveta *Ituzaingo* (antigo *Itaparica*), Capitão Mason; o Brigue Escuna *Patagones* (antigo *escudeiro*), Capitão Love. Essas embarcações estiveram por alguns dias em cruzeiro fora da barra, aguardando para escoltar o Brigue Americano *Ana*, que o governo havia adquirido a fim de transportar 200 prisioneiros de Patagones. Entretanto, ele não havia conseguido sair por ter encalhado na barra, devido à falta de profundidade. O Brigue corsário

Oriental Argentino, Capitão Bibois e a Escuna *Bella Flor*, Capitão Harris, supõe-se também terem zarpado. (*The British*, n. 56, de 1 set. 1827, p.2, nossa tradução.).

Ao analisarmos a notícia, percebe-se uma descrição detalhada da composição do comboio argentino encarregado de escoltar o Brigue *Ana*, com ênfase na presença de marinheiros estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos, e na identificação nominal de capitães e embarcações. Tal destaque evidencia tanto a importância atribuída à operação quanto aos esforços das Províncias Unidas em mobilizar recursos humanos e técnicos além de seu território. Esse quadro se insere em um contexto mais amplo. A heterogeneidade da marinhagem, resultado da escassez de recursos navais locais e da ausência de uma cultura marítima consolidada, levou as autoridades a recorrerem ao corso como solução, atraindo indivíduos de múltiplas nacionalidades em busca de lucro e prestígio militar (Desiderato, 2019). Nesse sentido, a dependência de oficiais e tripulações estrangeiras relativiza a ideia de uma frota puramente local e revela a interconexão transnacional da Guerra de Corso no Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que expõe fragilidades estruturais ligadas à coesão e fidelidade desse corpo plurinacional em situações de crise.

Outro aspecto central dessa fonte é a confirmação de que o comboio já estava em cruzeiro fora da barra do Rio Negro, aguardando o *Ana* para a travessia. Essa informação amplia a compreensão sobre a falta de coordenação logística que marcou a operação, a escolta estava pronta e posicionada, mas o transporte dos prisioneiros permanecia imobilizado pelo encaixe. A menção explícita à “falta de profundidade” reforça esse caráter estrutural do

problema, mais ligado às condições náuticas locais que a uma mera falha de comando. O resultado foi um descompasso temporal e espacial que deixou o *Ana* vulnerável e praticamente isolado, abrindo a oportunidade para que os prisioneiros revertissem a situação a seu favor. A fonte, portanto, não apenas descreve a composição do comboio, mas sugere o quanto a geografia e a hidrografia patagônica condicionaram o insucesso argentino.

Por fim, a referência ao envolvimento de navios corsários como o *Oriental Argentino* e o *Bella-Flor* chama atenção para a complexidade do aparato bélico argentino. O emprego de corsários, ao lado de navios de guerra regulares, evidencia a flexibilidade, mas também a fragmentação do poder naval das Províncias Unidas. A coexistência de objetos estatais e interesses privados de corso pode ter comprometido a unidade de ação necessária para garantir a segurança do transporte (Larí, 1959). A fonte, ao registrar essa composição mista, expõe a tensão entre uma esquadra formalmente organizada e a presença de elementos de corso motivados por ganhos individuais.

Dessa forma, a fuga do Brigue *Ana* aparece não apenas como fruto da iniciativa dos prisioneiros, mas também como consequência direta das falhas estruturais argentinas, o encalhe, a dispersão da escolta e a desorganização do comboio. Mais do que um episódio isolado de audácia, tratou-se de um acontecimento marcado por vulnerabilidades logísticas e improvisos que moldaram seu desfecho. É a partir dessa constatação, de que o êxito não pode ser reduzido a um gesto individual, que se torna possível avançar para outro aspecto central da análise, a forma como os protagonistas foram registrados nas fontes de sua época e como, posteriormente, algumas figuras ganha-

ram maior relevo na construção de uma memória nacional.

DO PRESTÍGIO IMEDIATO À MEMÓRIA NACIONAL

Embora Joaquim Marques Lisboa, o futuro Marquês de Tamandaré, e Joaquim José Ignácio, o futuro Visconde de Inhaúma, tenham se consolidado como dois dos grandes nomes da Marinha Imperial brasileira, a documentação relacionada à fuga do Brigue *Ana* aponta em outra direção quando se trata de identificar o principal beneficiado imediato do episódio. Nos Registros da época, sobretudo na *Defeza* apresentada por Rodrigo Pinto Guedes, em 1829, o nome que aparece com maior destaque é o de Guilherme Eyre, então Capitão Tenente. Longe de ser uma figura secundária, Eyre era o oficial de maior patente entre os prisioneiros e, por consequência, o responsável formal pela liderança do feito.

A defesa de Pinto Guedes é explícita ao afirmar que “nenhuma criminalidade, excesso ou abuso” (Guedes, 1829 p. 127) se encontravam na promoção de Guilherme Eyre, reconhecendo não apenas a sua inocência em relação à derrota de Patagones, mas sobretudo a sua capacidade de transformar a fuga em prova de competência e honra profissional. A defesa de Guedes, nesse sentido, resgatava a imagem de Eyre após o revés militar e o reinseria na estrutura da Marinha com prestígio renovado. Esse reconhecimento imediato contrasta fortemente com a posição de Lisboa que, embora tivesse participado da retomada do navio, ainda era um jovem oficial.

A consequência direta desse reconhecimento foi a atribuição de Eyre de novas responsabilidades estratégicas. Pouco

tempo depois, ele foi encarregado de chefiar a expedição à Baía de San Blas, missão de grande importância para conter o avanço corsário argentino naquela região. Essa promoção prática evidencia que, no curto prazo, a Marinha considerou Eyre como o verdadeiro líder da fuga, recompensando-o com novas atribuições e consolidando sua carreira em meio ao conflito (Guedes, 1829). Lisboa, por sua vez, não recebeu reconhecimento imediato de mesma magnitude, o que evidencia como a lógica hierárquica dos corpos militares privilegiavam o prestígio derivado da patente em detrimento do desempenho individual durante a ação.

Assim, quando se observa a distância entre a documentação e a memória construída posteriormente, percebe-se que o heroísmo atribuído a Tamandaré foi fruto de um processo de longa duração, associado à necessidade de se criar figuras emblemáticas para a Marinha brasileira. Eyre foi o oficial que, no calor dos acontecimentos, colheu os frutos institucionais da fuga, sendo promovido e reinserido na armada. Lisboa, ao contrário, viria a se tornar um herói consagrado apenas décadas mais tarde, à medida que sua carreira se expandiu e sua figura foi apropriada como símbolo da tradição naval. Essa diferença entre reconhecimento imediato e consagração memorialística abre espaço para compreender como a história documentada e a memória nacional podem divergir em seus protagonistas.

CONCLUSÃO

A análise da fuga do Brigue *Ana* a partir das fontes do *The British Packet and Argentine News* permitiu iluminar aspectos pouco explorados pela historiografia brasileira. Esses relatos ofereceram informações inéditas sobre a situação dos

oficiais prisioneiros em San Gabriel, o encalhe do navio e as dificuldades enfrentadas pelo comboio argentino. Longe de serem apenas crônicas jornalísticas, tais informações constituem registros coevos que expandem a cronologia dos eventos e permitem compreender a fuga como resultado de um processo gradual, atravessado por falhas logísticas, circunstâncias fortuitas e pelas ações dos aprisionados.

A importância atribuída ao encalhe, raramente mencionado em fontes nacionais, surge como elemento decisivo para explicar a vulnerabilidade argentina. O episódio não pode ser reduzido a um contratempo isolado, mas deve ser entendido como um divisor de águas que desorganizou a operação de transporte, fragilizou a vigilância a bordo e criou condições ideais para a mobilização dos prisioneiros. Ao reposicionar a análise do feito, a imprensa desloca o foco exclusivo da bravura individual para o terreno das contingências náuticas e da precariedade estrutural.

Nesse sentido, a fuga adquire contornos mais complexos, não se tratou apenas de um gesto de coragem dos oficiais brasileiros, mas de um acontecimento produzido pela combinação entre iniciativa dos cativos e erros de planejamento. A ausência do comboio no momento decisivo, a comunicação deficiente entre os navios e a composição heterogênea das tripulações argentinas revelam os limites de uma marinha sustentada por recursos improvisados e pela presença de corsários estrangeiros. Assim, a evasão do *Ana* revela tanto a ousadia dos prisioneiros quanto a fragilidade do dispositivo naval inimigo.

As consequências imediatas também não podem ser ignoradas. Entre os oficiais envolvidos, foi Guilherme Eyre quem recebeu maior reconhecimento institucional, reabilitado pela *Defeza* do Almirante Pin-

to Guedes e promovido a novas funções. Tamandaré, embora central na execução prática, ainda era um jovem oficial e não obteve a mesma visibilidade na documentação da época.

Dessa forma, a fuga do Brigue *Ana* permanece como um dos episódios mais emblemáticos da Guerra da Cisplatina, não apenas pelo feito em si, mas pela forma como foi narrada, reinterpretada e apropriada ao longo do tempo. Entre contingências náuticas, falhas argentinas e

a coragem dos prisioneiros, o episódio condensou tanto a precariedade da Guerra Naval no Prata quanto a capacidade de transformar derrota em símbolo de resistência. Se Guilherme Eyre colheu os frutos imediatos, foi Tamandaré quem se tornou herói consagrado pela memória posteriormente. A história revela um diálogo permanente entre fatos e representações, mostrando que a grandeza desse acontecimento reside justamente na tensão entre o que se viveu e o que se escolheu lembrar.

REFERÊNCIAS

DESIDERATO, Agustín Daniel. *Los marineros de las naves corsarias de las Provincias Unidas del Río de la Plata: sociabilidad, cotidianeidad y resistencia (1815–1828)*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Buenos Aires, abr. 2019. Disponível em: https://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/971/1/TMAG_IDAES_2019_DAD.pdf Acesso em: 20 ago. 2025.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Tamandaré. 1. Ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009. 148 p. ISBN 9788570470850. Disponível em: *Marinha do Brasil – DPHDM*. Acesso em: 20 ago. 2025.

GUEDES, Rodrigo Pinto. *Defeza do Almirante Pinto Guedes perante o Conselho Supremo Militar e de Justiça em 1829*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1829.

LARÍA, Salvador Carlos. *La importancia de Patagones en la guerra del corso*. *Revista de Historia Americana y Argentina*, v. II, n. 34, p. 201–214, 1959. Disponível em: *Biblioteca Digital UNCuyo*. Disponível em: https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/8140/rev.-haya-3y4-100-106.pdf .Acesso em: 18 ago. 2025.

LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha: seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Serviço de Documentação da Marinha, 1983.

RIGOLA, Vagner da Rosa. *O corso marítimo na Guerra da Cisplatina (1825–1828)*. 2023. 447 f. Dissertação (Mestrado em História Marítima) – Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/846654> Acesso em: 20 ago. 2025.

FONTES

THE BRITISH PACKET AND ARGENTINE NEWS. Buenos Aires, n. 56, 1 set. 1827.

THE BRITISH PACKET AND ARGENTINE NEWS. Buenos Aires, n. 59, 22 set. 1827.

NOTAS

¹ Joaquim Marques Lisboa, foi um militar da Armada Imperial Brasileira, atingindo o posto de almirante e posteriormente se transformando no Patrono da Marinha Brasileira. Durante a sua carreira militar, participou da Guerra de Independência do Brasil, nos conflitos do período Regencial e mais tarde na Guerra da Cisplatina e do Paraguai, pelos seus serviços apresentados, foi elevado à marquês.

² Joaquim José Ignácio foi um militar, político e monarquista durante o período do Império do Brasil. Em sua carreira militar, participou da Confederação do Equador, Guerra da Cisplatina, esteve presente na Sabinada, Farrapos e na revolta da Praieira. Foi Ministro da Marinha e durante a Guerra do Paraguai foi nomeado Comandante-em-chefe da frota.

³ Rodrigo Pinto Guedes, mais conhecido como Barão do Rio da Prata, foi um militar luso-brasileiro que durante o período dos eventos mencionados era o comandante responsável pela Campanha do Rio da Prata durante março de 1826 a dezembro de 1828.

⁴ James Shepherd foi um marinheiro escocês que lutou a serviço da Marinha do Brasil durante a Guerra de Independência, sendo incorporado à Marinha Imperial no ano de 1823, Shepherd foi colocado no comando da expedição contra Carmen de Patagones, morrendo em combate.

⁵ *Duquesa de Goiás* foi uma corveta operada pela marinha imperial, nomeada em homenagem à primeira filha de Pedro I.

⁶ *Itaparica* é uma embarcação construída na Bahia e que recebeu o nome em homenagem a essa ilha da Bahia. Após a derrota de Patagones, passou a chamar-se *Itazuaingó*

⁷ O Brigue-Escuna *Escudeiro*, era a escuna corsária argentina *Escudero*, capturada no ano de 1926 na África, sendo incorporada à marinha imperial com este nome. Com a derrota de *Patagones*, passou a chamar-se de Patagones.

⁸ A *Constança* foi uma escuna do Império brasileiro. Com a derrota de Patagones, passou a chamar-se de *Juncal*.

⁹ Ao todo, o naufrágio do *Duquesa de Goiás* vitimou 32 pessoas, no entanto, no final da excursão, o número de afogados chegou a 38 (DPHDM, 2009, p.49).

¹⁰ William Eyre, porém, mais conhecido na tradução portuguesa como Guilherme ou Guillermo, foi um marinheiro inglês que serviu à Marinha do Brasil durante as Guerras de Independência e na Guerra da Cisplatina, durante a sua carreira militar, chegou ao posto de Chefe de Divisão Graduado e falecendo em 1850.

¹¹ Algo que será realizado em estudos futuros, é a identificação exata de San Gabriel. Como as fontes brasileiras apresentam a vila Xavier como o lugar próximo à Patagones e que os prisioneiros foram enviados, não é possível identificar se ambos são o mesmo lugar com “traduções diferentes” ou se são locais totalmente distintos.

¹² A Corveta *Chacabuco*, foi construída em 1815 nos EUA, vendida para o Chile, sendo transformada em navio corsário, atuando na independência do Chile. Em 1826 foi vendido para a Argentina, documentos do período indicavam que o navio chegou em péssimo estado fazendo água. Para mais interesse em estudos de curso na Cisplatina, recomendo ver, Vagner Rigola 2023.

¹³ Um elemento bastante presente e que deve ser considerado ao tratar o conflito da Cisplatina e no curso em um geral, é a questão da multiculturalidade destes marinheiros. Muitos desses elementos estrangeiros veem o conflito como uma forma de conseguir dinheiro, visto que são contratados para lutar por aquele lugar. A questão é, que caso esse elemento veja uma possibilidade de se beneficiar trocando de lado, ele possivelmente fará isso.

¹⁴ Embora fonte traga "George Bysson", trata-se de Santiago Jorge Bynon. Britânico que serviu à Marinha do Chile no processo de independência e, posteriormente, serviu à marinha Argentina na Guerra da Cisplatina. Ver: Armada de Chile. Santiago Jorge Bynon. Tradición e Historia - Biografías. Disponível em: <https://www.armada.cl/tradicion-e-historia/biografias/b/santiago-jorge-bynon>> Acesso em 03 dez. 2025.





De la guerra con Brasil a la identidad patagónica: la Batalla de Carmen de Patagones como lugar de memoria

From the War with Brazil to Patagonian Identity: The Battle of Carmen de Patagones as a Site of Memory

Do conflito com o Brasil à identidade patagônica: a Batalha de Carmen de Patagones como lugar de memória

Leonardo Dam

Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) e Licenciado em História pela Universidad Nacional del Sur (UNS). É Diretor do Museu Histórico Regional "Emma Nozzi" do Banco da Província de Buenos Aires em Carmen de Patagones.

RESUMEN

El presente trabajo analiza el proceso histórico y simbólico mediante el cual la conmemoración de la batalla del 7 de marzo de 1827 en Carmen de Patagones, en el marco de la Guerra del Brasil (1825-1828), se transformó en una fiesta popular. Desde la perspectiva de Pierre Nora, esta celebración puede entenderse como un "lugar de memoria", donde la comunidad re-crea y resignifica su pasado. Entonces, mediante el análisis de fuentes periodísticas locales, se examina cómo la "Fiesta de la Soberanía Patagónica" combina materialidad, funcionalidad y

simbolismo en la preservación de la memoria histórica. A lo largo de casi dos siglos, coexistieron vertientes populares y elitistas, aunque la primera cobró mayor relevancia a lo largo del siglo XX. La singularidad de esta conmemoración reside en que es la única fiesta popular argentina cuyo núcleo simbólico es una batalla donde la participación del pueblo resultó decisiva para la victoria.

Palabras clave: Guerra del Brasil; Guerra Cisplatina, 7 de marzo; Corsarios, Patagones.

ABSTRACT

This article analyzes the historical and symbolic process through which the commemoration of the Battle of March 7, 1827, in Carmen de Patagones—within the context of the War of Brazil (1825–1828)—was transformed into a popular festivity. From Pierre Nora's theoretical perspective, this celebration can be understood as a "site of memory," where the community recreates and reinterprets its past. Based on the analysis of local journalistic sources, the study examines how the "Patagonian Sovereignty Festival" combines materiality, functionality, and symbolism in the preservation of historical memory. Over nearly two centuries, both popular and elitist dimensions have coexisted, although the former gained greater prominence throughout the twentieth century. The uniqueness of this commemoration lies in the fact that it is the only Argentine popular festival whose symbolic core is a battle in which the participation of the people was decisive for victory.

Keywords: War of Brazil; Cisplatine War; March 7; Privateers; Patagones.

RESUMO

O presente artigo analisa o processo histórico e simbólico por meio do qual a comemoração da Batalha de 7 de março de 1827, em Carmen de Patagones, no contexto da Guerra do Brasil (1825–1828), transformou-se em uma festividade popular. Sob a perspectiva teórica de Pierre Nora, tal celebração pode ser compreendida como um "lugar de memória", no qual a comunidade recria e ressignifica seu passado. A partir da análise de fontes jornalísticas locais, examina-se de que modo a "Festa da Soberania Patagônica" articula materialidade, funcionalidade e simbolismo na preservação da memória histórica. Ao longo de quase dois séculos, coexistiram dimensões populares e elitistas, embora a primeira tenha adquirido maior relevância ao longo do século XX. A singularidade dessa comemoração reside no fato de ser a única festividade popular argentina cujo núcleo simbólico é uma batalha na qual a participação popular foi decisiva para a vitória.

Palavras-chave: Guerra do Brasil; Guerra Cisplatina; 7 de março; Corsários; Patagones.

INTRODUCCIÓN

En el marco de la Guerra del Brasil (1825-1828), y ante el bloqueo del puerto de Buenos Aires, el Fuerte y Población Nuestra Señora del Carmen —actual Carmen de Patagones— ubicado a 1000 km al sur de la ciudad de Buenos Aires, se convirtió en base de los corsarios que operaban en las costas brasileñas contra las naves mercantes. Estos últimos utilizaban el puerto patagónico para recalar y zarpar con sus naves y sobre todo para resguardar sus presas. Esta situación convirtió a Patagones en un objetivo militar para el Imperio del Brasil, que buscaba neutralizar la actividad corsaria y a la vez abrir un nuevo frente en el sur.

El primer enfrentamiento se produjo el

28 de febrero de 1827, en el denominado "Combate de la Batería". Allí, un reducido número de defensores bajo el mando del coronel Pereyra, apoyados por corsarios e infantería de origen africano, resistieron el ingreso de la escuadra imperial por la desembocadura del río Negro. Aunque la superioridad de fuego brasileña forzó el repliegue de las fuerzas argentinas, la acción derivó, a posteriori, en la pérdida de la embarcación invasora insignia, causando importantes bajas y anunciando la resistencia que vendría.

El combate decisivo tuvo lugar el 7 de marzo, cuando cuatrocientos soldados brasileños, entre ellos mercenarios británicos, desembarcaron y marcharon hacia

Patagones. Frente a ellos se organizaron para la defensa cuarenta y cuatro soldados de la guarnición del Fuerte, la recién formada infantería de africanos libertos llegados como presa de corsarios hacía unos meses, ochenta jinetes vecinos y el conjunto de la población. Mujeres lideradas por Eustaquia Miguel vistieron de soldados y ocuparon las murallas del fuerte, mientras jóvenes y ancianos se sumaban a distintas tareas. Bajo el mando del comandante Lacarra y del subteniente Olivera, el gaucho baqueano José Luis Molina y Santiago J. Bynon al mando de la escuadra naval, desplegaron una estrategia que combinó caballería, fuego naval y tácticas de guerra gaucha, como incendiar el monte para encerrar a los invasores. La muerte del capitán James Shepherd y el agotamiento de las tropas imperiales, derivaron en la rendición brasileña, anunciada en el pueblo por el joven Marcelino Crespo, de apenas 16 años. (García Enciso, 1968; Carranza, 1962; González Lonzieme, 1988, Ratto; 1945)

En octubre de ese mismo año, un nuevo intento de invasión brasileña en la bahía de San Blas, sobre la costa del partido de Patagones, fracasó cuando una tormenta destruyó parte de su flota, dejando muertos y prisioneros (Biedma, 1905; Ciarlo et al, 2025). Aquella derrota aumentó la fortaleza de la resistencia maragata, que se instituyó como símbolo de heroísmo colectivo.

La participación de toda la población—incluyendo mujeres que defendieron el fuerte y africanos libertos que combatieron en primera línea— revela la diversidad y unidad que hicieron posible esta victoria. Estos acontecimientos no solo garantizaron la soberanía argentina en la región, sino que también marcaron para siempre la identidad histórica de Carmen de Patagones como bastión de resistencia

en la Patagonia y sus mares.

Si bien este acontecimiento no ocupó un lugar central en la historiografía argentina tradicional, en la memoria local fue elevado a la categoría de gesta fundante. A partir de esta experiencia, la comunidad maragata configuró un relato propio que no solo reafirmó su pertenencia a la nación, sino que también construyó una identidad diferenciada, en la que el pueblo dejó de ser “periferia” para asumirse como protagonista de un hecho soberano de trascendencia nacional.

La conmemoración anual del suceso, a través de la Fiesta de la Soberanía Patagónica, cada 7 de marzo, constituye un espacio privilegiado para analizar la relación entre memoria, identidad y soberanía. A continuación, nos proponemos a examinar dicha conmemoración a partir de las contribuciones de Pierre Nora respecto a los “lugares de memoria” (2008) que aporta dimensión simbólica y patrimonial de la memoria (lugares, rituales, conmemoraciones) y de Elizabeth Jelin sobre los “trabajos de la memoria” (2012) que aporta la dimensión social y política (conflictos, disputas, voces silenciadas, transmisión generacional); con un enfoque latinoamericano, social y político mucho más cercano a nuestra realidad. Entendiendo que la fiesta se establece como un dispositivo donde distintos actores sociales negocian, disputan y resignifican sentidos sobre el pasado.

LAS CONMEMORACIONES Y FESTEJOS A LO LARGO DEL TIEMPO

Las conmemoraciones del 7 de marzo no pueden leerse únicamente como una sucesión cronológica de actos y festejos. Constituyen un proceso de resignificación constante, donde cada época proyecta sobre la gesta de 1827 su propio modo de

entender la patria, la soberanía y la pertenencia local. Más que un relato lineal, es posible analizar estas celebraciones como etapas que reflejan la construcción de memoria, identidad y patrimonio en Carmen de Patagones, desde los orígenes elitistas hasta la fiesta popular y patrimonial contemporánea.

DE LA GESTA AL MITO FUNDACIONAL: LOS ORÍGENES DE LA CONMEMORACIÓN (1828– MEDIADOS DEL SIGLO XIX)

En los primeros años posteriores a la gesta, las conmemoraciones del 7 de marzo expresaron una memoria heroica, anclada en la élite militar y política del fuerte. La fiesta no era aún popular ni ritualizada: era un acto de distinción y pertenencia al círculo del poder. Como señala Anderson (1993), las “comunidades imaginadas” se configuran a partir de relatos que otorgan cohesión y continuidad a un colectivo. En este caso, el triunfo de 1827 se convirtió en el relato que articula la identidad maragata, inscribiendo al pueblo dentro de la narrativa nacional de defensa de la soberanía, aunque con matices que resaltan la singularidad local.

El primer festejo tuvo lugar al cumplirse el primer aniversario de la gesta, el 7 de marzo de 1828, aún en el marco de la guerra que culminaría el 27 de agosto de aquel año. Testimonio de aquellos festejos ha dejado el marino argentino Álvaro de Alzogaray en su *Diario de Operaciones de la Escuadra Republicana*. La primera conmemoración se prolongó a lo largo de tres días:

Los días 7, 8 y 9, de marzo de 1828, han sido celebrados en Patagones como el aniversario del apresamiento, y destrucción de la escuadra brasilera en aquel puerto, la mañana del

7 de marzo hicieron salvas la batería, corbeta Ituzaingó y goleta Sarandi, estos dos buques estaban empavesados con banderas de todas las noticias; los buques que estaban en el puerto arbolaron sus banderas; y las tropas estaban sobre las armas, con sus mejores uniformes. Una gran tienda se construyó en el Fuerte, elegantemente decorada, y a la noche bailaron en ella 40 parejas con música de piano, guitarra, violines y flautas: a las 12 de la noche se anunció la cena después de la cual continuó el baile hasta las 6 de la mañana.

El día 8 se dio un gran Combite a los Caballeros, por los habitantes generalmente.

El 9 el baile por el comandante Jorge Bynon, igual sino superior al del 7; en efecto se observó que las señoras estaban mejor adornadas. Las viandas y vinos eran de la primer calidad; entre los concurrentes se hallaban la Sra. del govr, las Sras. Álvarez, Murguiondo, Mrs. Clark ... el gobernador Dn. Ramón Rodríguez, los Sres. Fernando Alfaro, M. Álvarez, A. Murguiondo, Comandante Jorge Bynon, Mr. Mason, tenientes Wildblood, Rolles, Martínez, Doctor Alejandro Brown, Mr. Livingston, y todos los oficiales de la Ituzaingo, y Sarandi, Capitán Adams, &. &. (de Alzogaray, 1934, p. 221)

Como se observa, esta primera conmemoración presenta un marcado carácter elitista, donde quienes celebraron son las autoridades, los vecinos más destacados, sus esposas y la oficialidad de los buques en el puerto. La memoria aún se mantiene como un acto de prestigio social y distinción dentro del círculo de poder del fuerte.

A los diez años del combate, la institucionalización de la memoria empezó a consolidarse con la nota enviada por el Comandante de Patagones a Manuel

Corvalán, edecán del gobernador Juan Manuel de Rosas, respecto a las banderas imperiales tomadas a los brasileiros y depositadas en la iglesia:

Don Juan Manuel de Rosas: que en virtud de haber pedido al infrascripto al capitán de la milicia pasiva Don Ramón De Ocampos las Banderas tomadas a los brasileiros en este establecimiento, con el objeto de depositarlas en la iglesia [...] proporcionando a los habitantes del establecimiento el medio de aprovechar y celebrar el expresado acontecimiento... Sirviendo al mismo tiempo de grande estímulo para los habitantes, pues que este mismo los imperara a defender su país en cualquier tiempo de guerra. (Hernández, 1837)

A partir de este momento, la Iglesia asumió un papel central como “guardiana de la memoria”, conservando las banderas y estableciendo la práctica del tedeum cada 7 de marzo durante el siglo XIX y buena parte del XX. Este gesto marcó el pasaje de una memoria elitista a una institucionalizada, donde la liturgia y la religión sirven de soporte simbólico para la perpetuación del relato heroico.

MONUMENTOS Y LITURGIA CÍVICO-RELIGIOSA: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA MEMORIA (1860-1890)

Con la segunda mitad del siglo XIX, la memoria del 7 de marzo comenzó a consolidarse en el espacio público. La conmemoración dejó de ser únicamente un acto de élite y se proyectó hacia la ciudad mediante la construcción de hitos materiales que formalizaron el recuerdo. La demolición del antiguo Fuerte, dejando únicamente su torre como testimonio, y la instalación de la nueva casa municipal y

el templo parroquial transformaron el espacio urbano en un escenario ritualizado para la memoria maragata.

El primer monumento destinado a recordar la gesta fue levantado por el comandante del Fuerte de Patagones, Benito Villar (circa 1857). Se trató de una “pirámide” ubicada en la antigua plaza de armas frente a la fortaleza (actual Plaza 7 de marzo), dedicada a los héroes del 7 de marzo (Pita, 1928, p. 60). Al cumplirse el 50 aniversario, el monumento fue reubicado en el centro de la plaza, rodeada de figuras alegóricas, consolidando un paisaje urbano que integró la memoria histórica al territorio. De la antigua columna conmemorativa se conserva, en el atrio de la iglesia, la placa en la que figuran los nombres de las autoridades y vecinos más destacados que participaron en el combate de 1827. Lápida conmemorativa, afirmó Biedma (1905, p. 633) en la que “sobran algunos” y “faltan muchos” como “José Luis Molina lo que es una injusticia irritante” (véase figura N° 1).

En esta etapa, la prensa escrita empezó a jugar un rol central en la consolidación de la memoria pública. La llegada de los hermanos Guimaraens con la fundación del primer periódico en la región (15 de junio de 1879) abrió un canal para difundir los festejos, registrar discursos, ceremonias religiosas y recepciones oficiales, e influir en la percepción social del evento. Por ejemplo, en la edición del 14 de marzo de 1880 se informó: “A pesar del mal tiempo, hubo mucha concurrencia de autoridades y particulares al tedeum en gracia de los mártires del 7 de marzo. Posteriormente se llevó a cabo una recepción pública en el Juzgado de Paz donde se sirvieron licores y masas finas” (El Río Negro, 1880).

Aquí se observan varios elementos que se repetirán a lo largo de las décadas: recepción de autoridades, ceremo-



Figura 1 - Fotografía de Antonio Pozzo (1879), donde se observa, en el centro de la plaza frente al Fuerte del Carmen, la columna reconstruida en 1877 en homenaje a los héroes de 7 de marzo de 1827.

nias religiosas y discursos. Cabe destacar que, por entonces, aún no existían la casa municipal ni el actual templo parroquial, por lo que las reuniones se realizaban en el juzgado de Paz o en la casa del curato. Desde esa fecha, además, se contó con la adhesión de las autoridades municipales de la vecina población de Viedma, lo que evidenciaba la creciente importancia que comenzaba a adquirir la conmemoración.

La llegada de la congregación salesiana reforzó esta institucionalización de la memoria, aportando testimonios y registros de las celebraciones. Raúl Entraigas (1958) relató los primeros días del salesiano Pedro Bonacina en la Patagonia:

Una de las cosas que lo impresionaron en los primeros meses del mismo fue la celebración del día 7 de marzo, aniversario de la victoria de los 'maragatos' contra las fuerzas brasileñas. A las 11 hubo el tradicional Te Deum. Al frente de la columna de autoridades y pueblo que se dirigía al Te Deum, iba un negro, superviviente de la histórica batalla, del bracet con el Teniente Coronel que comandaba la tropa y de D. Ignacio León, Presidente Municipal del pueblo. (1958, p.22)

El relato del misionero extranjero permite observar cómo los festejos incorporan una doble dimensión: religiosa y social, oficial y popular. El tedeum, la columna de autoridades y la presencia del público establecieron un ritual de reconocimiento colectivo que consolidó el sentido de pertenencia a un pueblo que celebra su historia y su identidad. Asimismo, el relato describió el homenaje que, en aquel año, realizaron las autoridades civiles y militares a Felipe de la Patria, último sobreviviente de una compañía de infantería de 104 soldados que participó en la defensa de Patagones (véase figura N° 2).

En este sentido, al cumplirse los 150 años del combate Emma Nozzi refirió que "[...] cuando el pobre Felipe La Patria agotado por los años vividos, no podía asistir a la rememoración anual de la gesta de 1827, autoridades y pueblo "maragato" en pleno llegaban hasta su rancho para testimoniarse, a través del simple saludo, su más sincero homenaje" (*La Nueva Provincia*, 1977).

Con motivo del centenario de la gesta del 7 de marzo, se llevaron a cabo diversas celebraciones de carácter oficial y popular. Entre ellas, se destacó la inauguración



Figura 2 - Fotografía de 1888, donde se observa a Felipe De La Patria del brazo del presidente de la Corporación Municipal de Patagones, siendo homenajeado por las autoridades civiles y militares en la escalinata de la Municipalidad, antes de participar del tedeum.

de un monolito en el sitio donde se inició el combate, el Cerro de la Caballada. El acto contó con la presencia del ministro de Guerra, Agustín P. Justo, en representación del gobierno nacional, y del ministro de Gobierno bonaerense, Obdulio Siri, en representación de la provincia de Buenos Aires. Asimismo, participaron cuatro buques y tres hidroaviones de la Armada Argentina, junto con un regimiento del Ejército, lo que otorgó al acontecimiento un marcado tono patriótico y militar.

La conmemoración trascendió el ámbito local. En la ciudad de Buenos Aires, el 7 de marzo de 1927, se inauguró un monolito con un busto de bronce en la tumba de Juan Bautista Thorne, ubicada en el Cementerio Británico, como homenaje al centenario del combate de Patagones. Del mismo modo, la ciudad de Bahía Blanca se sumó a las celebraciones al designar una de sus calles con el nombre "Cerro de la Caballada".

En suma, en esta etapa la memoria del 7 de marzo dejó de ser exclusivamente elitista y comenzó proyectarse hacia el territorio urbano mediante monumentos, plazas, ceremonias litúrgicas y la prensa. La ciudad misma se convirtió en un espacio

ritual donde la historia local y la memoria heroica se materializan, sentando las bases para la posterior democratización y diversificación de los festejos.

DE LA EXCLUSIVIDAD SOCIAL A LA FIESTA POPULAR: EL 7 DE MARZO COMO RITUAL COMUNITARIO (1880-1930)

Hacia finales del siglo XIX, la conmemoración del 7 de marzo comenzó a manifestar una doble dinámica: por un lado, la ceremonia oficial mantenía su carácter ritualizado y de élite; por otro, emergieron celebraciones populares que expresaban la apropiación local de la memoria. Esta coexistencia revela cómo diferentes sectores sociales reinterpretan la gesta de 1827 según sus propios códigos culturales y sociales.

El Centro Social, fundado el 1 de agosto de 1886, se convirtió en un espacio emblemático de esta dinámica. Organizado como institución privada y exclusiva, reservada para socios y personas invitadas, se erigió como lugar de prestigio social y escenario de las celebraciones de la éli-

te (Ruffini, 2000; Ruffini, 2001; Barbara & Beloso, 2011). Entre sus integrantes se encontraban descendientes de vecinos intervinientes en el combate del 7 de marzo y autoridades políticas que presidían los actos oficiales. La prensa de la época destaca la pomposidad de estos eventos:

“Muy interesante por varios conceptos fue la velada que en honor de los héroes de marzo de 1827, se celebró en el Centro Social el sábado 6 del actual. La sala viose concurrida por un gran número de familias distinguidas de nuestra sociedad, bailándose entusiastamente hasta la aparición del sol del siguiente día, que fue saludada por el himno nacional... Terminado el himno y las salvas de bombas, las familias se retiraron en columna que se disolvió en la plaza 7 de Marzo.” (*La Nueva Era*, 1909)

Paralelamente, las celebraciones populares incorporaban manifestaciones de cultura gaucha, especialmente las carreras de sortija. Estas actividades, documentadas en la zona desde al menos 1856, se llevaban a cabo en distintos sectores de Patagones y permitían a la población no elite participar activamente en la conmemoración. El testimonio de Pedro Bonacina, misionero salesiano, subraya la interacción entre autoridades y comunidad en estas prácticas: “Vio por vez primera una corrida de sortija. Admiró la destreza de los jinetes criollos... Solo a las 21 horas, cuando las campanas del pueblo tañían lentamente el toque de oración y ánimas, el pueblo terminaba los festejos.” (Entraigas, 1958).

Este doble registro –bailes exclusivos y actividades populares– evidencia la coexistencia de memorias diferenciadas: la de la élite urbana, centrada en la ceremonia y el protocolo, y la de la comunidad ligada a la tierra, la tradición y las destrezas criollas. La prensa de la época, como

La Nueva Era, señaló esta distinción al hablar de los “habitantes” y los “hijos del histórico pueblo”, demarcando una jerarquía social en torno al recuerdo heroico: “El 7 de marzo es pues una fecha que marca una etapa gloriosa en la historia de este pueblo y todos los habitantes de Patagones deben unirse en este día a los hijos del histórico pueblo, para con ellos festejar en santa paz y armonía, tan fausto aniversario” (*La Nueva Era*, 1904).

A pesar de la exclusividad de los salones y recepciones, las prácticas populares lograron integrarse en la vida urbana. Para ello, se utilizaban la calle Comodoro Rivadavia y los balcones de la casa municipal como graderías para observar la destreza de los jinetes. Incluso en años en los que se prescindía de la carrera de sortija o de juegos populares, como en 1915, estas actividades se mantenían como tradición simbólica de la conmemoración.

En este período también se empezaban a documentar formas de integración más amplias, a través de comisiones y actividades que, aunque inicialmente limitadas a círculos selectos, comenzaron a abrirse a nuevos sectores. Por ejemplo, al cumplirse los 85 años de la gesta, se incorporaron bailes populares en la casa de Carmelo Botazzi, inmigrante italiano vinculado a la élite local, simbolizando una primera apertura social con una actividad que expresaba alegría, celebración e integración grupal, que salía por primera vez de los círculos exclusivos y se abría a toda la población.

La coexistencia de estas prácticas ilustra cómo la memoria del 7 de marzo dejó de ser exclusivamente un acto elitista y se convirtió en un fenómeno social más amplio. En este contexto las diferentes capas de la comunidad participan según sus propias formas culturales, manteniendo viva la identidad maragata.

DEMOCRATIZACIÓN Y EXPANSIÓN: EL 7 DE MARZO COMO FIESTA DE TODOS (1930–1960)

A partir de la década de 1930, las celebraciones del 7 de marzo comenzaron a evidenciar un proceso de democratización y ampliación social. La memoria heroica, que durante décadas se expresó principalmente a través de actos elitistas y ceremonias oficiales, empezó a combinarse con iniciativas que incluían a toda la comunidad, diversificando el repertorio de festejos y actividades.

Una de las novedades de este período fue la incorporación de nuevas manifestaciones culturales y deportivas. En 1935, por ejemplo, se inauguró un busto de Luis Piedra Buena, el único prócer argentino nacido en la Patagonia, con la presencia de su hija Ana Piedra Buena (La Nueva Era, 1935). La instalación de monumentos vinculados directamente al panteón de héroes nacionales no solo reforzó la narrativa oficial, sino que también contribuyó a consolidar un sentido de pertenencia compartido por toda la comunidad.

El desarrollo de actividades populares también se intensificó. En 1937, por primera vez se organizó un baile popular al aire libre en la plaza Villarino, y se incorporó la carrera de bicicletas, organizada por el Club Atenas. Estos eventos reflejan un desplazamiento gradual de la memoria del ámbito exclusivo del Centro Social hacia la calle y los espacios públicos, permitiendo que sectores más amplios de la población participen y se involucren en la conmemoración.

El mástil instalado por la Asociación Pro Patria en 1944 en la plaza “7 de marzo” se convirtió en un elemento central del ritual conmemorativo. Su izamiento matutino y arrio al atardecer estructuraban simbólicamente la jornada, mientras que

el desfile militar sobre la calle principal integró a distintas agrupaciones, incluidas las gauchescas, reforzando la dimensión comunitaria del acto. En 1949, se incorporó una caravana de autos hacia el Cerro de la Caballada, complementada por la participación de maestras y jinetes que representaban a los gauchos históricos. Este conjunto de actividades demuestra cómo la memoria se materializa en el territorio, a través de calles, monumentos y recorridos simbólicos, consolidando un escenario ceremonial estable.

Entre 1951 y 1958, el acto central continuó realizándose en la plaza 7 de marzo, pero a partir de 1959 el epicentro se trasladó al Cerro de la Caballada, declarado al año siguiente como Lugar Histórico Nacional. Este traslado reforzó la conexión entre el espacio físico y la memoria histórica, permitiendo que el ritual de conmemoración se enmarcara en un paisaje cargado de significado patrimonial.

La década de 1960 marcó la consolidación de la “semana maragata”, ampliando los festejos más allá del solo 7 de marzo. Los programas incluyeron festivales artísticos al aire libre, torneos deportivos y actividades culturales en colaboración con la Comisión Provincial de Cultura. La apertura al público de espectáculos antes restringidos a los salones privados simboliza un proceso de democratización: la memoria dejó de ser patrimonio exclusivo de la élite para convertirse en un bien colectivo, accesible a toda la comunidad.

Otro aspecto central de esta etapa es la institucionalización del patrimonio cultural. La fundación, en 1951, del Museo Municipal “Francisco de Viedma” —actual Museo Histórico Regional “Emma Nozzi” del Banco de la Provincia de Buenos Aires— cumple un rol pedagógico clave, transmitiendo saberes históricos y ofreciendo

a las nuevas generaciones herramientas para comprender la memoria local (Jelin, 2012). La consolidación de espacios museísticos y educativos refuerza la idea de que la conmemoración no es solo un acto festivo, sino también un proceso de construcción colectiva de identidad.

Los hitos individuales y colectivos también participaron en la resignificación de la memoria. La destacada participación de Catalina Villarino, ganadora en 1955 de la carrera de sortija, se convirtió en un símbolo de la tradición y la integración social: “El público celebró con viva simpatía la derrota de los representantes del sexo fuerte que no pudieron competir con la ganadora” (*La Nueva Era*, 1955). Este reconocimiento de protagonistas locales reforzó la dimensión comunitaria de la conmemoración, integrando figuras de distintos sectores sociales al relato histórico.

En síntesis, entre 1930 y 1960 el 7 de marzo dejó de ser un acto restringido a la élite o a los rituales oficiales para transformarse en una celebración plural, que combinó monumentos, espacios simbólicos, actividades culturales y deportivas, y participación social diversa. Este proceso refleja la transformación de la memoria maragata: de ser un recuerdo heroico y selectivo, pasó a consolidarse como patrimonio vivo y compartido, donde la historia se celebra, se experimenta y se transmite a la comunidad en su conjunto.

DEL ACTO CONMEMORATIVO A LA FIESTA DE LA SOBERANÍA: PATRIMONIALIZACIÓN Y SENTIDO ACTUAL (1960–ACTUALIDAD)

En la segunda mitad del siglo XX, las celebraciones del 7 de marzo consolidaron un proceso de patrimonialización de la memoria. El acto conmemorativo, antes centrado en espacios formales y ceremo-

niales, se transformó en una celebración que integró historia, identidad y cultura popular, ampliando la participación social y diversificando los sentidos del festejo.

Las décadas de 1960 y 1970 marcaron un punto de inflexión con la consolidación de la “semana maragata” (*La Nueva Era*, 1962; *La Nueva Provincia*, 1971; *La Nueva Provincia*, 1972), que extiende los festejos más allá del día 7. Los programas incluyeron festivales artísticos al aire libre frente al Centro Social, mostrando cómo la conmemoración salía de los salones privados y se abría a toda la comunidad. La participación de la Comisión Provincial de Cultura en estos eventos evidencia la colaboración entre actores públicos y privados para resignificar la memoria local en un espacio colectivo.

En 1977, para el sesquicentenario de la gesta, se organizaron gran diversidad de actividades: exposiciones fotográficas, recitales, paneles de historiadores, conciertos sinfónicos y funciones de ballet. Los espectáculos se desarrollaron tanto en el ámbito cerrado del cine Garibaldi como en la explanada de la iglesia y la plaza 7 de marzo, lo que reflejó la coexistencia de las tradiciones formales y populares. AIMPA (Asociación Impulso Patagones) y los clubes deportivos colaboraron activamente, consolidando un entramado de instituciones que fortalecen la memoria compartida.

Ese mismo año, el desfile cívico-militar con fuerte presencia de agrupaciones gauchescas y la inauguración de un monolito en el meridiano V, límite entre Buenos Aires y Río Negro, ejemplificaron la materialización de la memoria en el territorio, al integrar símbolos patrimoniales y referencias históricas en la geografía local. La dimensión espacial de la conmemoración se intensificó, conectando los festejos con lugares emble-

máticos del combate y de la gesta heroica (*La Nueva Era*, 1977).

Si bien la gesta se festejó desde la década de 1950 con actividades culturales y deportivas que se extendían por espacio de una semana, en 1981, la Municipalidad de Patagones, junto con el Club Tradicionalista "Fuerte del Carmen", organizó oficialmente la primera "Fiesta de la Soberanía y la Tradición". Esta iniciativa consolidó la combinación entre actos protocolares y celebraciones populares. A partir de ese momento, la fiesta incorporó diversas alternativas: bailes, certámenes de jineteadas, carreras de sortija y actividades culturales, reflejando la multiplicidad de sentidos que la memoria histórica puede asumir en un contexto patrimonial y social amplio (*La Calle*, 1981).

El traslado del acto central al Cerro de la Caballada, declarado Lugar Histórico Nacional, reforzó el vínculo entre memoria y territorio. Este sitio se convirtió en epicentro simbólico de la conmemoración, consolidando un escenario ceremonial que integra historia, identidad local y participación social. Los festejos actuales, que combinan tradición, cultura popular y patrimonialización, evidencian la continuidad del mito fundacional de la gesta, resignificado en clave contemporánea.

En este proceso, la memoria maragata se democratizó y se diversificó: dejó de ser patrimonio exclusivo de la élite, integrando a distintos sectores de la sociedad y multiplicando las formas de celebración. La patrimonialización, a través de monumentos, espacios históricos, museos y fiestas, aseguró la transmisión de la memoria histórica a las nuevas generaciones, mientras fortaleció el sentido de pertenencia y la identidad local.

Así, el 7 de marzo se constituye en un patrimonio vivo, donde historia, cultura y comunidad convergen. La Fiesta de la So-

beranía Patagónica representa la síntesis de un largo proceso de construcción de la memoria: desde los primeros actos elitistas hasta la celebración masiva y plural, la gesta de 1827 se mantiene como mito fundacional, reinterpretado continuamente a la luz de nuevas demandas sociales, políticas y culturales.

UN APORTE DESDE LOS DISCURSOS A LA IDENTIDAD

El vínculo entre los discursos y la identidad es central en el análisis de la memoria, ya que la identidad, tanto individual como colectiva, se concibe y se sostiene a través de narrativas y marcos simbólicos que le dan sentido al pasado y al presente. En el caso que nos ocupa, accedimos a una considerable cantidad de discursos conmemorativos. De ese corpus seleccionamos un fragmento de las palabras pronunciadas el 7 de marzo de 1880 por Francisco Llavador, presidente de la Sociedad Española de Socorros Mutuos:

De los hechos ocurridos en los tiempos que pasaron, los que con mayor placer recuerda siempre un pueblo, son aquellos en que vertió su sangre en defensa de la independencia de la patria. Todos los pueblos tienen sus aniversarios, para recordar a las nuevas generaciones, los brillantes hechos antepasados, todos tienen su gloriosa fecha, y Patagones celebra hoy la suya, celebra su 7 de marzo, fecha gloriosa, que ya que no está esculpida sobre el mármol, debe estar grabado en todo pecho que haya nacido en este pueblo, para llevar de continuo el recuerdo de los héroes que se encontraron en aquella memorable jornada, y que enseñaron a sus descendientes a conservar incólume el amor sacrosanto a la patria.

Si lo ocurrido el 7 de marzo de 1827, no estuviera tan reciente, y sino exis-

tiesen testigos oculares de aquella heroica epopeya, nuestro ánimo dudaría y creyera exagerado amor propio hacia los sucesos de aquel día; pero tenemos entre nosotros, personas que tuvieron la dicha de ser actores en aquel drama que, sin la bravura de sus defensores, tal vez hubiera quedado reducido a escombros este pueblo.

Cuando un pueblo tiene en su historia páginas tan brillantes como las que en este momento referimos, ese pueblo camina con fé y llega siempre al final de la senda que se propuso recorrer; por eso vemos a Patagones a pesar de las contrariedades porque ha tenido que pasar, y a través de los vendavales políticos de la patria, avanzar siempre ayudado de si mismo.

Y vosotros, hijos de los héroes de la gloriosa jornada del 7 de marzo, tened siempre presente en vuestra memoria el recuerdo de vuestra honra que alcanzaron vuestros padres en este día, para que, si la ocasión llega, podáis demostrar al mundo que sois hijos de los que estuvieron dispuestos a morir antes que ser dominados por los invasores. (El Río Negro, 1880)

Los discursos conmemorativos desempeñan un papel fundamental en la construcción de la memoria colectiva, la identidad local y nacional, y la transmisión de valores patrióticos. Las fechas históricas, especialmente aquellas asociadas a actos heroicos son ocasiones privilegiadas para recordar hechos del pasado, fortalecer la pertenencia a la comunidad y proyectar soberanía. En este contexto, los discursos pronunciados durante los actos del 7 de marzo en Carmen de Patagones cumplieron una función simbólica de gran relevancia, articulando pasado y presente, y generando un mandato moral hacia las

generaciones futuras. Entre ellos, el discurso pronunciado en 1880 constituye un ejemplo paradigmático de cómo la palabra pública puede legitimar la memoria histórica, reforzar la identidad colectiva y afirmar la soberanía local y nacional. Este análisis examina sus recursos retóricos, su contexto histórico y social, y su función en la construcción de comunidad.

El discurso de 1880 rememoró la gesta del 7 de marzo de 1827, en la que la población local resistió con éxito la invasión de la escuadra brasileña durante la guerra con el Imperio del Brasil. El orador se identificó como miembro de la Sociedad Española de Socorros Mutuos, lo que evidencia su posición social particular: un individuo con formación, reconocimiento local y compromiso con la cohesión comunitaria. Su pertenencia a esta organización refleja un interés activo en preservar la memoria histórica como patrimonio colectivo, proyectando valores de solidaridad y compromiso cívico.

Aunque el orador no fue testigo directo de la gesta, mencionó que entre el público se encontraban testigos oculares, recurso que legitima la narrativa y refuerza la conexión entre pasado y presente. La referencia a estos testigos permitió construir autoridad moral, presentando la memoria de los hechos como verificable y viva, y estableciendo la responsabilidad de la comunidad en la transmisión intergeneracional del legado heroico.

Retóricamente, el discurso empleó múltiples estrategias para enfatizar la heroicidad, la identidad y la soberanía. La apelación al sacrificio de los héroes —“los que vertieron su sangre en defensa de la independencia de la patria”— sitúa la acción heroica como prueba máxima de patriotismo. La temporalidad sagrada de los acontecimientos, expresada en frases como “fecha gloriosa” y “páginas brillan-



tes”, transforma el pasado en un modelo moral y político que orienta la conducta presente y futura. La interpelación directa a los descendientes —“Y vosotros, hijos de los héroes de la gloriosa jornada del 7 de marzo, tened siempre presente en vuestra memoria el recuerdo de vuestra honra...” — convierte a la audiencia en custodio activo de la memoria y responsable de perpetuar los valores patrióticos.

Un aspecto especialmente relevante es la crítica implícita a la escasa valoración pública de la gesta, cuando el orador afirma que la fecha “ya no está esculpida sobre el mármol”. Este señalamiento evidencia la tensión entre memoria vivida y memoria institucionalizada, y subraya la fragilidad de la memoria histórica cuando no se materializa en símbolos públicos. La preservación del legado depende, entonces, de la transmisión oral, del testimonio de los sobrevivientes presentes y de la reiteración de discursos públicos que evocan los acontecimientos heroicos. Como sostiene Halbwachs (1992), la memoria colectiva es un proceso activo de construcción social, donde los actores presentes reconfiguran el pasado según las necesidades del presente.

Desde una perspectiva teórica, este tipo de discurso se inscribe en el marco de lo que Benedict Anderson (1983) denomina “comunidades imaginadas”, en las que la nación se construye mediante narrativas y prácticas simbólicas que vinculan pasado, presente y futuro. La referencia a los testigos presentes refuerza la autenticidad de la memoria, mientras que la mención a la ausencia de reconocimiento material evidencia cómo la historia local puede ser parcial o invisibilizada en los símbolos públicos. De manera complementaria, Hobsbawm y Ranger (1983) señalan que los rituales, actos conmemorativos y discursos patrióticos funcionan

como “inventos de tradición”, legitimando valores nacionales y construyendo identidades compartidas mediante la rememoración de eventos históricos.

El discurso del 7 de marzo de 1880 en Carmen de Patagones demuestra cómo un orador puede transformar la rememoración de una gesta en un instrumento de formación de identidad, pertenencia y soberanía, aun sin haber participado directamente en los hechos. La evocación heroica, la interpelación a los descendientes, la legitimación a través de testigos presentes y la reflexión sobre la valoración de la memoria histórica combinan orgullo local con soberanía nacional, consolidando el significado simbólico de la gesta. Así, la conmemoración de Carmen de Patagones se convierte en un patrimonio simbólico que articula historia, memoria y presente, reafirmando que los discursos patrióticos no solo rememoran hechos pasados, sino que activamente forjan identidad, compromiso cívico y conciencia de soberanía en la comunidad (Anderson, 1983; Halbwachs, 1992; Jelin, 2002; Hobsbawm & Ranger, 1983).

EL TESORO MÁS PRECIADO DE PATAGONES

Cuando las tropas imperiales se rindieron aquel 7 de marzo de 1827, varias de sus banderas pasaron a manos criollas. Dos de ellas se conservan hasta hoy y constituyen el único patrimonio tangible directamente vinculado con la guerra. Desde al menos 1837, se encuentran en el templo parroquial de Carmen de Patagones. Están confeccionadas en lanilla, y sus colores apagados dan cuenta del paso del tiempo. La mayor mide 4,69 metros por 2,37, mientras que la menor tiene 2,84 por 1,84 metros.

Diversos viajeros han dejado testimonio sobre estas reliquias. Alfredo Ebelot

(1890), por ejemplo, escribió que “el coro de la pequeña iglesia de Patagones está tapizado de banderas brasileras, cuyas franjas de oro ennegrecidas cuelgan alrededor de la Virgen” (p. 238).

A fines del siglo XIX, en 1898, las banderas fueron trasladadas por un breve período al recinto del Honorable Concejo Deliberante, por iniciativa de algunos vecinos (véase figura N° 3). Allí se colocaron en marcos que solo dejaban ver el escudo del Imperio del Brasil. Poco después, regresaron al templo parroquial, ubicándose sobre el retablo, a ambos lados de la imagen de la Virgen del Carmen, patrona del pueblo.

En 1965, la municipalidad decidió restaurarlas y volver a exhibirlas, esta vez desplegadas en su totalidad, enmarcadas en grandes cuadros sobre las naves laterales del templo. Desde entonces, las banderas no solo son emblemas de un triunfo militar, sino también símbolos de fe y pertenencia colectiva.

A lo largo del tiempo, Carmen de Patagones ha debido defender estas reliquias frente a repetidos intentos de traslado o apropiación por parte de instituciones

nacionales. Uno de los episodios más significativos ocurrió en 1896, cuando el Museo Histórico Nacional —en su tarea de reunir objetos vinculados a las guerras de independencia— solicitó oficialmente su envío a la provincia de Buenos Aires. El Ministerio de Gobierno bonaerense acompañó el pedido, señalando que el Museo era el único establecimiento destinado al depósito y conservación de todos los trofeos nacionales de guerra conquistados por las armas argentinas.

Las autoridades locales, sin embargo, dilataron la respuesta. En 1904, el intendente Barbieri respondió finalmente que, dada la importancia simbólica de las banderas para la población, debía consultarse al Honorable Concejo Deliberante. Tiempo después, aunque el Concejo aprobó el pedido, solicitó que el traslado se realizara “en un buque de la Armada Nacional, en homenaje a la memoria de quienes las conquistaron para honra de la Patria” (Barbieri, 1904).

Frente a la presión provincial y nacional, el pueblo se movilizó. El párroco, como custodio del “tesoro más precia-



Figura 3 - Fotografía tomada en el Honorable Concejo Deliberante de Patagones a fines del siglo XIX, donde se observan las banderas imperiales, junto a los retratos de los militares Martín Lacarra y Santiago J. Bynon, quienes comandaron la defensa de Patagones en 1827.

do del pueblo de Patagones”, se negó a entregar las banderas, aduciendo que hacerlo “comportaría un acto arbitrario en discordancia con el voto popular” y que podría ser acusado de violar “el derecho de propiedad que sobre dichos trofeos tienen los patagoneses” (Valinotti, 1904). Paralelamente, los vecinos —muchos descendientes de los defensores de 1827— enviaron un telegrama al gobierno provincial manifestando que no querían “privarse de las preciosas reliquias de sus mayores” (Valinotti, 1904).

La reacción local fue tan contundente que el ministro de gobierno bonaerense dio marcha atrás. Aunque un buque de la Armada llegó al puerto y permaneció en espera, las banderas nunca se entregaron.

En medio de la polémica, un vecino escribió en el periódico *Flores del Campo*, recordando:

[...]a mis dignos compatriotas, especialmente a los descendientes de los esforzados campeones de la gloriosa jornada del 7 de marzo de 1827, que otros santuarios —en Tucumán, Mendoza y Santo Domingo en la Capital Federal— poseen trofeos análogos, y no consta que hayan sido retirados para figurar en ningún museo histórico; esos trofeos pertenecen a Patagones, pueblo de la Provincia de Buenos Aires, cuyas superiores autoridades residen en La Plata y no en Buenos Aires. (*Flores del Campo*, 1904)

Hoy, después de casi dos siglos, las banderas imperiales ya no representan la ostentación del vencedor. Como señaló una cronista local, “después de tantos años, ya no son botín de guerra: se han convertido en una plegaria, en un símbolo, en dos brazos abiertos que esperan estrechar al país hermano. ¡Salve, Argentina, tierra de paz!” (*La Nueva Era*, 1955).

Declaradas Bien de Interés Histórico y

Cultural de la Nación por el Poder Ejecutivo Nacional (2003), las banderas tomadas en 1827 son los únicos objetos físicos de tan alta significación simbólica directamente vinculados con la defensa de la soberanía. Funcionan, así, como un anclaje material y simbólico fundamental en la construcción de la identidad colectiva y la memoria histórica de Carmen de Patagones (Gazo Iuale, 2016).

En este sentido, pueden entenderse como lo que Pierre Nora denomina lugares de memoria: espacios u objetos en los que se cristalizan múltiples significaciones simbólicas, capaces de condensar tanto la memoria de un hecho bélico como una experiencia espiritual vinculada a la Virgen del Carmen. Estas dos banderas sobrevivientes proveen materialidad a la memoria, que, como señala Nora (2008), se enraíza siempre en lo concreto —el espacio, el gesto, la imagen y el objeto— A diferencia de la historia, que reconstruye el pasado desde la distancia, la memoria es un fenómeno vivo, en permanente evolución, que se nutre de recuerdos, símbolos y emociones compartidas.

Estas banderas no solo constituyen reliquias históricas, sino que funcionan como elementos ritualizados dentro de la conmemoración del 7 de marzo, protagonizando actos y ceremonias que recrean simbólicamente la defensa de la ciudad y refuerzan la pertenencia comunitaria. Su custodia y exhibición en el templo parroquial, han convertido a estos objetos en un símbolo tangible de soberanía local, cuya presencia condiciona la manera en que la memoria colectiva se articula con la identidad de Patagones. La defensa del derecho a conservarlas frente a intentos de traslado demuestra que la memoria no es solo evocación, sino también práctica social activa: la comunidad participa, decide y protege su patrimonio simbólico. En

consecuencia, estas banderas consolidan un nexo entre historia, memoria y ritual, funcionando como catalizadores de la cohesión social y la transmisión intergeneracional de valores patrióticos y cívicos, y reafirmando que Carmen de Patagones celebra una fiesta singular en la Argentina, centrada en la soberanía y la participación popular (Gazo Iuale, 2016; Nora, 2008).

HÉROES INVISIBLES: MEMORIAS SELECTIVAS EN LA GESTA DE PATAGONES

Como toda narrativa histórica, los relatos nacionales son inherentemente selectivos. La construcción de un conjunto de héroes suele implicar, de manera implícita, la invisibilización de otras acciones y actores. Resaltar determinados individuos o sectores sociales con marcas de heroísmo conlleva, muchas veces, silenciar a otros. Esto responde a que la narrativa nacional tiende a reflejar, principalmente, la perspectiva de los sectores dominantes, mientras que otros actores pueden ofrecer relatos alternativos, ya sea a través de formas de transmisión oral o como prácticas de resistencia frente al poder, generando sentidos del pasado que desafían el consenso nacional que se busca imponer (Jelin, 2012).

Este fenómeno se observa claramente en la narrativa sobre la gesta de Patagones. La participación en este hecho histórico no se limitó a los soldados del Fuerte, los hacendados o los marinos, sino que también involucró a mujeres, gauchos e infantería africana, los denominados “soldados de la patria”.

En relación con los gauchos, si bien José Luis Molina y sus gauchos fueron recibidos y reconocidos por el gobernador Dorrego poco después del combate (Biedma, 1905, p. 590) y siempre han formado

parte de los actos conmemorativos y festejos locales, su presencia en los discursos oficiales no se registra sino hasta el centenario de la gesta (La Nueva Era, 1927).

Respecto a las mujeres, sus nombres y acciones no aparecen en los registros oficiales de guerra; sin embargo, su memoria se mantuvo viva en la tradición oral de la población, transmitiéndose de generación en generación. No fue sino hasta 1894 que comenzaron a ser mencionadas en publicaciones impresas:

Pero no solo estos jefes y sus bravos soldados se cubrieron de gloria en esta acción de guerra, sino que las mismas damas de Patagones se portaron con gran valor, animando a los combatientes en los momentos de peligro, y formando ellas mismas en las baterías, cubiertas con gorros punzó, para sostener la defensa y engañar al enemigo sobre el número de soldados de la plaza. (Nueva Era, 1894)

El trabajo realizado por María Cecilia Rivero (1927) con motivo del centenario inicia con un agradecimiento a las matronas de Carmen de Patagones, pues gracias a ellas pudo acceder a la memoria transmitida por padres y abuelos. Uno de los títulos del trabajo se centra específicamente en el rol de las mujeres durante el combate y ofrece una lista de las participantes. Asimismo, García Enciso (1968) reconoce la importancia de la contribución femenina, destacando especialmente a Eustaquia Miguel (véase figura N° 4).

En este sentido, al conmemorarse el sesquicentenario, Manuela Ocampos, nacida en 1897, contó que su abuela con “el arma en mano y como tantas otras mujeres” participó de la defensa de Patagones. También recordó: “Mi padre, don Eusebio Ocampos, conservaba un fusil que había utilizado mi abuela”. (La



Figura 4 - Retrato realizado en carbonilla de Eustaquia Miguel, heroína que lideró a sus compañeras en la defensa de Patagones el 7 de marzo de 1827

Nueva Provincia, 1977).

En este marco, Doña Catalina “Cata” Villarino se erige como un ejemplo paradigmático de memoria persistente y activa. Su resistencia al olvido y la creación de la Agrupación gaucha que hoy lleva su nombre y continúa con su legado, constituyen un mecanismo de legitimación de la memoria local, que busca mantener viva la identidad y la tradición asociada a la defensa de la soberanía patagónica. Su acción representa parte de las “otras” experiencias que buscan visibilidad en la esfera pública de la memoria colectiva.

Entre estas “otras experiencias” se encuentran los soldados de origen africano. Durante la guerra, un número significativo de personas llegadas al puerto de Patagones en condición de libertos, tras haber sido forzadas a la esclavitud, participaron activamente en el conflicto (Cassano & Lorandi, 2013). No obstante, discursivamente, su presencia permaneció invisibilizada hasta 1995, cuando el Museo de

Patagones y su Asociación de Amigos organizó el primer acto conmemorativo del “Combate de la Batería” en la desembocadura del río Negro. En este primer combate, ocurrido durante el intento imperial de invasión el 28 de febrero de 1827, cayeron los tres primeros héroes que defendieron la soberanía argentina en la Patagonia, dos de ellos de origen africano.

Un caso particular es el de Mariano Crespo, reconocido como el último sobreviviente del combate, quien falleció el 12 de julio de 1905 en Coronel Pringles —actual Guardia Mitre— distante 70 km de Patagones. Ante la noticia, un grupo de vecinos envió una nota al Intendente Municipal de Patagones solicitando honrar su memoria con honras fúnebres, describiendo la acción como un deber de gratitud que debía servir de estímulo para las generaciones futuras:

Los recurrentes consideran un deber de gratitud que deben cumplir cuando desaparecen de la esencia de la

vida uno de sus fieles defensores, honrar su memoria en forma que haga imperecedero recuerdo y sirva de estímulo a las generaciones venideras. Por lo expuesto solicitamos quiera el señor Intendente decretar honores fúnebres para el muerto, solicitando a las autoridades del vecino territorio y de la familia del extinto el consentimiento para trasladar los restos del mencionado Crespo a este pueblo y darles honrosa sepultura en el cementerio local. (Pita et al, 1905)

El intendente accedió al pedido y, mediante un decreto el 23 de julio designó una comisión encargada del traslado y las honras póstumas. Los restos de Crespo fueron recibidos por las autoridades locales en las afueras del pueblo y trasladados "a pulso" a la casa municipal, donde se preparó una capilla ardiente a la que asistió prácticamente la totalidad de la población. Al día siguiente, el cortejo fúnebre partió hacia el cementerio con una guardia de honor y una comisión desig-

nada por la Municipalidad, acompañado por un público diverso, "sin distinción de color y condiciones, que quiso rendir el último tributo a quien representaba una verdadera reliquia histórica" (La Nueva Era, 1905) (véase figura N° 5).

La muerte de Crespo, más que representar un final, se constituyó en un punto de anclaje simbólico y político para la memoria y la identidad colectiva. El cura párroco Mateo Valinotti consignó en el acta correspondiente: "Honrado así por este Municipio por ser el finado el último campeón del glorioso Combate del 7 de marzo de 1827 contra los brasileiros. Q.E.P.D." (Parroquia Nuestra Sra. del Carmen, 1905)

Según la perspectiva de Nora (2008), el fallecimiento del último sobreviviente permite que la persona se fusione simbólicamente con el personaje histórico, y el personaje con el Estado, transformando la muerte en un catalizador que asegura la permanencia de un legado histórico.



Figura 5 - Fotografía tomada en Carmen de Patagones en 1905, durante el sepelio de Mariano Crespo, no último sobreviviente de los defensores del 7 de marzo de 1827. Se observa la guardia de honor, las autoridades y el pueblo acompañando.

La perdurabilidad y la fuerza simbólica de la fiesta del 7 de marzo radican precisamente en su origen popular. La defensa de Patagones no fue una gesta exclusiva de militares o autoridades, sino una acción colectiva que involucró a vecinos, mujeres, gauchos, libertos y marineros. Esa participación comunitaria inicial se transformó, con el paso del tiempo, en el núcleo identitario de la celebración: una fiesta del pueblo para el pueblo. Por ello, la conmemoración trasciende la dimensión estrictamente histórica y se convierte en una expresión de pertenencia local, donde la memoria de aquellos héroes anónimos sigue actuando como vínculo entre pasado y presente, reforzando el sentido de comunidad y continuidad cultural que sostiene la identidad maragata.

En síntesis, la gesta de Patagones evidencia que la memoria histórica no es homogénea ni automática. La construcción de héroes y el reconocimiento oficial privilegian ciertos actores, mientras que otros —mujeres, gauchos, soldados africanos— permanecen invisibilizados durante décadas. Sin embargo, estas memorias alternativas, preservadas por la tradición oral, la familia y agentes locales, resisten al olvido y buscan legitimación en la esfera pública. Esta tensión entre memoria oficial y memoria popular subraya que la identidad local y colectiva se construye de manera dinámica, a través de disputas simbólicas y narrativas. Este análisis de las memorias invisibilizadas prepara el terreno para la conclusión del artículo, donde se abordará cómo la conmemoración de la gesta de Patagones, mediante actos, símbolos y relatos, articula la memoria colectiva y reafirma la identidad local dentro de un marco nacional más amplio.

CONCLUSIÓN

La conmemoración del 7 de marzo en Carmen de Patagones revela cómo un hecho histórico puede transformarse, a través del tiempo, en un componente esencial de la identidad colectiva. La defensa de 1827 dejó de ser únicamente un episodio bélico para convertirse en un relato fundacional, sostenido por prácticas, símbolos y discursos que le otorgan sentido en el presente. Tal como plantea Maurice Halbwachs, la memoria colectiva no se conserva de forma estática: se reconstruye de acuerdo con las necesidades, valores y tensiones de cada época.

Desde las primeras celebraciones organizadas por las élites locales hasta la actual Fiesta de la Soberanía Patagónica, la memoria del 7 de marzo atravesó un proceso de ampliación y resignificación. Lo que comenzó como homenaje solemne a los héroes de la defensa se transformó en una práctica comunitaria, que involucra a diversos sectores sociales y articula la tradición, pertenencia y participación. La memoria, así, deja de ser un discurso sobre el pasado para convertirse en una práctica viva del presente.

Los símbolos materiales —banderas, monumentos, nombres de calles— y los rituales festivos —desfiles, bailes, ceremonias— funcionan como lugares de memoria (Nora, 2008): espacios donde la historia se experimenta y se transmite. En ellos, el patrimonio no se reduce a su dimensión tangible, sino que se vuelve experiencia compartida, capaz de reforzar vínculos y renovar significados.

No obstante, toda conmemoración implica selección. Recordar supone elegir, y toda elección conlleva un olvido. Siguiendo a Paul Ricoeur (2004), esa tensión vuelve a la memoria un acto ético, en el que es necesario reconocer los silencios y ausencias que acompañan a los relatos heroicos. La Fiesta de la Soberanía ofrece

entonces una oportunidad para repensar la identidad local y el patriotismo desde una perspectiva inclusiva, que reconozca la pluralidad de voces que conforman la historia maragata.

En definitiva, la memoria del 7 de marzo muestra que el patrimonio no es una herencia inmutable, sino una construcción colectiva en permanente transformaci-

ón. Cada celebración reactualiza el vínculo entre pasado y presente, convirtiendo el recuerdo en un acto de participación y pertenencia. En esa persistencia —entre lo conmemorado y lo vivido— reside la fuerza de la identidad maragata: una memoria que no solo evoca, sino que mantiene viva la posibilidad de pensarse en común.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B.: *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

BARBARA, L., BELLOSO, S.: *Carmen de Patagones, estrategias políticas y reclamos sociales (1879-1904)*. Talleres gráficos Martínez Impresiones, 2011.

Barbieri, A. (28 de octubre de 1904) [Nota al Ministro de Gobierno de la provincia de Bs. As.] Documentos históricos, Museo Histórico Regional “Emma Nozzi” del Banco de la Provincia de Buenos Aires en Carmen de Patagones.

BIEDMA, J. J.: *Crónica histórica del Río Negro de Patagones (1774 -1834)*. Imprenta Juan Canter, 1905.

CAILLET-BOIS, T.: Los corsarios durante la guerra con el Brasil. Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas 19:3–65, Buenos Aires, 1935.

CARRANZA, Ángel J.: *Campañas navales de la República Argentina*. Vol. IV: *Guerra contra el Brasil*, 1825-1828, Vol. 2. Historia naval argentina, Serie B, No. 2. Departamento de Estudios Históricos Navales, Buenos Aires, 1962.

CASSANO G., Lorandi: *Guardianes de la Frontera, La población negra del Carmen de Patagones durante la primera mitad del siglo XIX* (Tesis de licenciatura) UBA, Buenos Aires, 2013.

CIARLO, N. C, Castelli A, Rodríguez Saumell J, et al. Estudio preliminar e identificación de un campamento de naufragos en el contexto de la Guerra del Brasil (1825-1828), Partido de Patagones, Buenos Aires. *Antigüedad latinoamericana*. 2025;36(1):202-221. doi:10.1017/laq.2023.73, 2025.

DE ALZOGARAY, A.: *Diario de operaciones de la escuadra republicana: Campaña del Brasil (1826-1828)*. Archivo General de la Nación, Montevideo, 1934.

EBELOT, A. (1890) *La Pampa*, Joseph Escary editor, Buenos Aires, 1890.

El Río Negro (14-03-1880) “Noticias” El Río Negro, p. 2.

Flores del Campo (12-11-1904) "Las Banderas" Flores del Campo, p.3.

GARCIA ENCISO, I. J.: *La Gesta de Patagones*, Buenos Aires, Dirección de Estudios Históricos. Comando en Jefe del Ejército, 1968.

GAZO IUALE, M.: *La Fiesta de la Soberanía Patagónica como patrimonio identitario local y recurso turístico de Carmen de Patagones* (Tesina de licenciatura) UNS. Bahía Blanca, 2016. URL: <https://repositoriodigital.uns.edu.ar/bitstream/handle/123456789/3372/TESINA%20Mercedes%20Gazo%20Iuale.pdf;jsessionid=E06CA979730AAA87D8855C-45220FA553?sequence=1>

GONZALEZ LONZIEME, E.: *Intento brasileño de invasión al territorio argentino. En Historia marítima argentina, Vol. 4: La guerra contra el Imperio del Brasil (1825-1828)*, dirigido por Laurio H. Destefani, pp. 379–399. Departamento de Estudios Históricos Navales, Buenos Aires, 1988.

HALBWACHS, M.: *La memoria colectiva*, Amorrortu, Buenos Aires, 1992.

Hernández J. J. (4 de marzo 1837) [solicita autorización al edecán del gobernador J.M. Rosas, Manuel Corvalán] Leg. X 44.5.35, AGN, Buenos Aires, Argentina.

HOBSBAWM, E., & RANGER, T.: *The Invention of Tradition*. Cambridge University Press, Cambridge, 1983.

JELIN, E.: *Los trabajos de la memoria*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2002.

La Calle (01-03-1981) Patagones celebra la "Fiesta de la Soberanía y la Tradición" La Calle, p.1.

La Nueva Era (03-03-1904) "7 de marzo" La Nueva Era, p. 1.

La Nueva Era (12-03-1955) "Extraordinaria lucidez alcanzaron los actos conmemorando el 7 de marzo" La Nueva Era, p. 1.

La Nueva Era (12-03-1955) "Las carreras de sortijas" La Nueva Era, p. 1.

La Nueva Era (14-03-1909) "En el Centro Social" La Nueva Era, p. 3.

La Nueva Era (30-07-1905) "Mariano Crespo, Grandiosa manifestación de duelo", La Nueva Era, p. 1.

Nueva Era (07-03-1894) "Heroico Aniversario", Nueva Era, p. 1.

La Nueva Era (12-03-1927) "Con gran lucimiento Patagones celebro el Centenario de su Defensa" La Nueva Era, p. 1.

La Nueva Era (09-03-1935) "Se conmemoro el jueves dignamente el 108 aniversario de la defensa de Patagones, Alcanzo proyecciones extraordinarias la inauguración del monumento al Comandante Luis Piedrabuena" La Nueva Era, p. 2.

La Nueva Era (10-03-1962) "C. de Patagones rindió homenaje a los héroes de la defensa de 1827" La Nueva Era, p.1.

La Nueva Era (06-03-1977) "Patagones y Viedma en el sesquicentenario de la Batalla del

Cerro de la Caballada” La Nueva Era, p.1.

La Nueva Provincia (01-03-1977) “Aquí Nací y Esto es Historia...”, La Nueva Provincia, p. 6.

La Nueva Provincia (07-03-1971) “Evócase la Gesta del Cerro de la Caballada, Culmina hoy la celebración de la semana de Patagones”, La Nueva Provincia, p. 6.

La Nueva Provincia (07-03-1972) “Se cumplen los actos centrales de la semana de Patagones” La Nueva Provincia, p. 6.

La Nueva Provincia (7-03-1977) Combate de Patagones, Estampas de una Epopeya, Felipe La Patria” La Nueva Provincia, p. 6.

NORA, P: *Les lieux de la mémoire*, Ed. Trilce, Montevideo, Uruguay, 2008.

Parroquia Nuestra Sra. del Carmen (26 de julio 1905). Acta defunción N° 31. Archivo de la Parroquia Nuestra Señora de Carmen, C. de Patagones.

PITA F.: *Remembranzas: (Contribución a la historia) de Mercedes (Viedma) R. N. Carmen de Patagones (Bs. As.) y su región – desde 1835 a 1890*, Ed. Part. Buenos Aires, 1928.

Pita B. et al (s/f julio de 1905) [Nota al Intendente de Patagones Nacianceno Rial] Documentos históricos, Museo Histórico Regional “Emma Nozzi” del Banco de la Provincia de Buenos Aires en Carmen de Patagones.

Poder Ejecutivo Nacional (24-07-2003) Decreto N° 401/203 Monumentos y Lugares Históricos. URL: <https://www.saij.gob.ar/401-nacional-monumentos-lugares-historicos-dn20031000401-2003-07-21/>

RATTO, H. R.: *Guerra con el Brasil. En Hombres de mar en la Argentina*, pp. 197–287. Escuela Naval Militar, Río Santiago, 1945.

RICOEUR, P. (2004) *La Memoria, la Historia, el Olvido*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2004.

RIVERO, M. C.: *Centenario de la Defensa de Patagones, Batalla del Cerro de la Caballada, 1827 7 de marzo 1927*, Imp. Panzini Hnos. Bahía Blanca, 1927.

RUFFINI, M.: Estado provincial, tierra pública y poder político en Carmen de Patagones (provincia de Buenos Aires). 1904 – 1912, En Revista *de Historia 8*, Departamento de Historia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional del Comahue, pp. 184 -214. Neuquén, 2000.

RUFFINI, M.: Política provincial. Política local, facciones, familias y control municipal en la zona más austral de la provincia de Buenos Aires: Carmen de Patagones (1900 – 1912), En: *Cuadernos del Sur*, editorial de la Universidad Nacional del Sur, pp. 127 – 153. Bahía Blanca, 2001.

Valinotti, M. (11 de noviembre de 1904) [Nota al Intendente de Patagones A. Barbieri] Documentos históricos, Museo Histórico Regional “Emma Nozzi” del Banco de la Provincia de Buenos Aires en Carmen de Patagones.

NOTAS

¹ Nombre que se daba a los barcos capturados al enemigo que una vez juzgados eran entregados al país bajo el sistema legal del “derecho de presas”.

² La “Duquesa de Goiás” encallo en la barra del río Negro al intentar ingresar cuando el reflujo del río ya había comenzado.

³ El término “maragato” es un gentilicio que se aplica a los nativos de Carmen de Patagones. El término se vincula a la fundación de Carmen de Patagones en 1779, ya que algunos de los primeros pobladores que establecieron la población provenían de la maragatería en León al norte de España.

⁴ Esta compañía estaba conformada exclusivamente por soldados de origen africano y todos ellos llevaban el apellido “de la Patria”.

⁵ Monolito inaugurado en homenaje al ingeniero Carlos Wauters.

⁶ Actualmente se denomina “Fiesta de la Soberanía Patagónica” y es íntegramente organizada por la Municipalidad de Patagones.





A representação dos sítios de naufrágios em cartas náuticas brasileiras: uma proposta de contribuição à preservação do Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul

The representation of shipwreck sites on Brazilian nautical charts: a proposal to contribute to the preservation of the Underwater Cultural Heritage of the Blue Amazon

Ricardo dos Santos Guimarães

Capitão de Fragata (RM1-T), Mestre em Arqueologia, doutorando em Arqueologia do PPGArq da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bolsista Capes, E-mail: ricardo.sguimaraes@ufpe.br.

Carlos Celestino Rios e Souza

Capitão de Fragata (Ref^o-T), Doutor em Arqueologia, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), E-mail: carlos.rios@ufpe.br.

Daniel Martins Gusmão

Capitão de Corveta (T), Mestre em Arqueologia, Enc. da Divisão de Arqueologia da DPHDM, E-mail: dm Gusmao@yahoo.com.br

RESUMO

No leito das águas que compõem a Amazônia Azul existem milhares de cascos de embarcações naufragadas de interesse histórico. Reconhecidos como sítios arqueológicos subaquáticos, esses naufrágios testemunham capítulos importantes da história da navegação na costa brasileira. Atualmente, constata-se que diversos desses sítios se encontram em áreas bem próximas à linha de costa, como enseadas, penínsulas, cabos e istmos, além de baías e foz de rios, ficando sujeitos a intensas e prejudiciais ações humanas. A exceção da atividade ilegal de caça ao tesouro, muitas dessas ações indesejáveis ocorrem pela falta de informações

disponíveis à navegadores, pescadores e mergulhadores, quanto à existência desses bens culturais submersos e as restrições a eles atribuídas. Este artigo apresenta uma proposta preliminar, elaborada a partir de uma abordagem crítica, em que se discute aspectos conceituais e metodológicos, visando a representação dos sítios arqueológicos de naufrágios em cartas náuticas brasileiras.

Palavras-chave: Amazônia Azul; Sítios Arqueológicos de Naufrágios; Cartas Náuticas; Patrimônio Cultural Subaquático.

ABSTRACT

In the waters that make up the Blue Amazon, there are thousands of shipwrecks of historical interest. Recognized as underwater archaeological sites, these shipwrecks bear witness to important chapters in the history of navigation on the Brazilian coast. It has now been discovered that many of these sites are remarkably in areas remarkably close to the coastline, such as inlets, peninsulas, capes, and isthmuses, as well as bays and river mouths, and are subject to intense and harmful human actions. the exception of illegal treasure hunting activity, many of these undesirable actions occur due to

the lack of information available to sailors, fishermen and divers regarding the existence of these submerged cultural assets and the restrictions placed on them. This article presents a preliminary proposal, developed from a critical approach, in which conceptual and methodological aspects were discussed, aiming at the representation of shipwreck archaeological sites on Brazilian nautical charts.

Keywords: *Blue Amazon; Archaeological Shipwreck Sites; Nautical Charts; Underwater Cultural Heritage.*

INTRODUÇÃO

A Amazônia Azul é um espaço geográfico correspondente a cerca de 5,7 milhões de Km², que engloba a superfície do mar, as águas sobrejacentes ao leito do mar, o solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira (MB, 2025a).

Por sua importância estratégica, econômica e científica, em 2023, os limites marítimos da Amazônia Azul passaram a integrar o novo Mapa Político do Brasil (Figura 1), resultado de um trabalho cujos estudos tiveram a participação da Marinha do Brasil (MB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

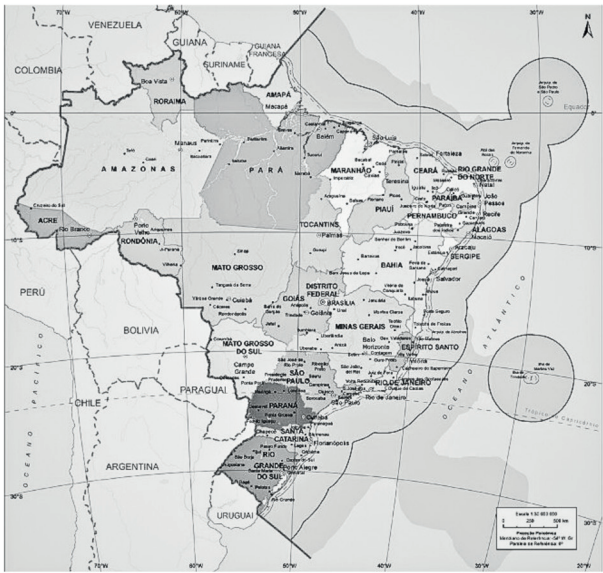


Figura 1 - Mapa Político do Brasil com limites da Amazônia Azul. Fonte: IBGE, 2023.

e o Ministério da Educação (Almeida, 2023). Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o pedido do Brasil para ampliação de seu território marítimo em 360 mil km², a chamada Margem Equatorial, uma região que se estende da foz do Rio Oiapoque (AP) ao litoral norte do Rio Grande do Norte (Stilben, 2025).

Faz-se importante destacar que sob a imensa massa de água da Amazônia Azul, para além de seus recursos de ordem econômica, repousa um notável patrimônio cultural submerso. Esse patrimônio é formado por uma diversidade de navios e pequenas embarcações que naufragaram ao longo do processo de utilização desse espaço marítimo, ocorrido antes e, em especial, a partir do século XVI, seja durante a navegação de curto percurso, de cabotagem, longo curso ou oceânica. O espólio formado pelos remanescentes dos naufrágios – como os cascos, aparelhos, acessórios e suas cargas – quando inseridos em um contexto, são considerados sítios arqueológicos, integrantes do Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul, cuja proteção está assegurada pela legislação brasileira, na condição de bens culturais. Considera-se de grande importância que instituições, como a Marinha ou IBGE, ao abordarem o tema Amazônia Azul, destaquem não somente o seu potencial econômico, mas a existência desse patrimônio cultural, sendo desejável que essa informação também passe a constar em livros didáticos. Preocupada com a proteção dessa notável riqueza submersa de caráter cultural, a Marinha do Brasil já vem adotando diversas medidas, no que se destaca a realização do Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil que já cadastrou informações pertinentes a milhares de naufrágios

ocorridos na Amazônia Azul. Diversos desses sítios arqueológicos se encontram em áreas bem próximas à linha de costa, interiores de baías ou na foz de rios, ficando sujeitos a intensas e deletérias ações antrópicas. Grande parte dessas ações resulta do desconhecimento, por parte dos navegadores, acerca da localização e identificação desses bens culturais, bem como das eventuais restrições de uso ou navegação aplicáveis ao seu entorno.

Ante ao exposto, a finalidade deste artigo é propor a adoção de mais uma ação que visa a contribuir com a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul, qual seja, a representação dos sítios arqueológicos de naufrágios em cartas náuticas brasileiras. Ao longo do artigo, os autores buscam discorrer sobre o tema de forma crítica, discutindo conceitos, abordando problemas, apresentando as motivações da proposta e, elencando, como método de trabalho, os possíveis critérios para escolha dos sítios de naufrágios, além de sugerir um protocolo inicial. Todos os elementos postos em nenhum momento foram de encontro as normas técnicas vigentes estabelecidas pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

O QUE SÃO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE NAUFRÁGIOS?

Conforme Souza e Amaral (2021), os sítios arqueológicos de naufrágios representam a cultura material de povos marítimos, estuarinos, ribeirinhos ou lacustres, expressa na forma de navios e embarcações soçobrados ao redor do mundo. Em outra visão, os sítios de naufrágios aparecem como verdadeiras ‘cápsulas do tempo’, “um instantâneo de espaços socialmente estruturados que deixaram de existir em determinado



momento” (Rambelli, 2002, p. 41). Assim, cascos soçobrados, ainda que desmantelados, ao terem seu valor histórico reconhecido, passam a ser considerados como sítios arqueológicos de naufrágios.

Os sítios de naufrágios também fazem parte do Patrimônio Cultural Subaquático de uma nação. Em países que adotaram a Convenção da Unesco, de 2001, elaborada para proteção desse tipo de patrimônio, há de se considerar o marco temporal de mais de cem anos, total ou parcialmente afundados, para adquirirem tal status. Já no Brasil, que não é signatário dessa Convenção, a classificação de um bem submerso como Patrimônio Cultural Subaquático é mais flexível, permitindo aos peritos, designados pelas autoridades governamentais¹, ampliarem o conceito e levar em consideração marcos temporais bem mais curtos. Não obstante essa possibilidade, a legislação vigente, em especial, a Lei nº 7.542/86, alterada pela Lei nº 10.166/2000, que dispõem sobre pesquisa e exploração de bens submersos no Brasil, permite que parte de tudo que venha

a ser recuperado e classificado pelos peritos como de valor artístico, histórico ou arqueológico possam vir a ser adjudicado ao explorador, permitindo a sua comercialização. Essa prática é amplamente contestada pela comunidade científica que defende a concepção de que tais bens pertencem não apenas ao Estado, mas à coletividade e à humanidade como um todo, devendo ser preservados, preferencialmente in situ, para permitir a realização futuras investigações científicas, conforme bem discorreu o arqueólogo Gilson Rambelli em seu livro *Arqueologia até debaixo d’água*, publicado em 2002.

No leito das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), seja na Amazônia Azul ou em Águas Interiores, a existência dos sítios de naufrágios desperta o interesse de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Equipes multidisciplinares, geralmente, lideradas por arqueólogos subaquáticos, buscam localizar e realizar investigações científicas, cujos resultados trazem novas contribuições aos campos da História e Arqueologia, em especial, em suas vertentes



Figura 2 - Arqueólogo subaquático brasileiro prospectando o sítio de naufrágio do vapor Bahia-PE, 2024. Foto: Max Dantas.

tes marítimas. Nas pesquisas arqueológicas, diversos temas podem ser abordados como a arquitetura e a construção naval, as rotas de navegação, o desenvolvimento tecnológico de equipamentos e armamentos, a relação do homem com o meio ambiente marítimo, além de explorados aspectos como as relações sociais a bordo das embarcações, a hierarquia, o mítico, a religião, as tradições, assim como os costumes do homem do mar (Guimarães, 2022).

De acordo com o arqueólogo subaquático Carlos Rios, o naufrágio de uma embarcação ou navio dificilmente ocorre por um único fator, mas por uma combinação de fatores que foram elencados em seu artigo *Fatores Causadores de Naufrágios*². O autor definiu a existência de pelos menos oito fatores como o Humano; Bélico; Patológico; Hidrometeorológico; Cartográfico; Logístico; Estrutural; e o Fortuito. O Fator Cartográfico, por exemplo, embora mais difícil de ocorrer atualmente, era causa muito comum no passado. Naquele período, os navegadores não dispunham de informações cartográficas do local em que navegavam, o que propiciava o acontecimento de diversos acidentes marítimos e naufrágios (Souza, 2010).

Por suas peculiaridades, os sítios de naufrágios também são muito cobiçados por caçadores de tesouros. Infelizmente, a desinformação e a cobiça trazem prejuízos a realização de pesquisas arqueológicas sérias, cujo propósito é a geração de conhecimento e a preservação desse patrimônio para as futuras gerações. Ademais, as intervenções que não cumprem rígidos protocolos de pesquisa, ou possuem apenas interesse na pilhagem de artefatos de valor comercial, comprometem a integridade dos sítios arqueológicos submersos e não devem ser confundidas com a prática responsável da Arqueologia Subaquática.

Faz-se importante mencionar que nem só de preocupação com o combate à atividade ilegal de caça ao tesouro vivem os que labutam na proteção dos sítios arqueológicos de naufrágios no Brasil. Atividades antrópicas não autorizadas, seja o turismo ilegal, à pesca, ou mesmo o fundeio no perímetro interno desses sítios, constituem uma constante ameaça aos bens culturais, hoje, “naturalmente musealizados” na Amazônia Azul.

Assim, não obstante as ações que os entes públicos já vêm adotando no sentido de preservação desses bens submersos, em especial, as realizações promovidas pela Marinha do Brasil, uma outra contribuição poderá ser muito bem-vinda, qual seja, a representação desses sítios em cartas náuticas brasileiras. Este “novo” mecanismo protetivo só poderá ser efetivado a partir de critérios bem elaborados, a exemplo do que já é feito em alguns países comprometidos com esta causa.

AS CARTAS NÁUTICAS

As cartas náuticas são documentos cartográficos elaborados a partir de levantamentos de qualquer massa d'água navegável, com a finalidade de servir de base à navegação (MB, 2025b). Elas também são conhecidas como cartas hidrográficas ou cartas de navegação marítima (Oliveira, 1993). Geralmente são elaboradas na Projeção de Mercator e representam acidentes terrestres e submarinos, indicações de profundidades, perigos ou obstáculos à navegação (bancos, lajes, escolhos, cascos soçobrados, entre outros), a natureza do fundo, fundeadouros e áreas de fundeio, auxílios à navegação, altitudes e pontos notáveis, a linha de costa e contorno das ilhas, marés, correntes e magnetismo, além de outras indicações imprescindíveis à segurança da navegação (MB, 2025b).

No Brasil, foi apenas a partir do início do século XIX, graças à transferência da corte portuguesa, em 1808, e à consequente abertura dos portos às nações amigas, que parte da costa e dos portos brasileiros começaram a ser hidrografados sendo, a partir de então, produzidas cartas náuticas com informações relevantes para navegação (Martins, 2006). Anteriormente, os navegadores que frequentavam a costa brasileira orientavam-se pelos roteiros que, embora ricos em informações, como o elaborado por Manoel Pimentel, em 1717, possuíam poucas sondagens batimétricas (Martins, 2006).

A partir da abertura do comércio às nações amigas, os portos brasileiros passaram a receber um fluxo cada vez maior de embarcações e mercadorias, o que demandou, urgentemente, ações para garantir uma navegação mais segura. Para se ter uma ideia, em 1810, o Porto do Rio de Janeiro recebeu cerca de 122 navios estrangeiros; apenas dez anos depois, em 1820, esse número já era de cerca de 354, sendo 195 de bandeira inglesa, 74 de norte-americana, 46 de francesas e 39 de outras na-

cionalidades (Viana, 1994). Relewa mencionar que a primeira carta náutica da costa brasileira foi produzida pelos portugueses somente em 1810, após os trabalhos da equipe chefiada pelo então Capitão-tenente Diogo Jorge de Brito³ que hidrografou a Baía da Guanabara. Diante da demanda cada vez maior por garantias para a segurança da navegação, a atividade hidrográfica teve continuidade a partir de 1819, desta vez com a colaboração de oficiais da Marinha francesa, entre os quais Albin Reine Roussin, Louis Marius Barral, Louis Tardy Montravel e Amédée Ernest Barthélemy Mouchez (Martins, 2016). Ainda no século XIX, dando prosseguimento ao trabalho de levantamento da costa pelos franceses, destacaram-se oficiais brasileiros como Vital de Oliveira⁴, Joaquim de Lamare, Luiz von Hoonholtz, entre outros. A exigente demanda por estas atividades resultou na criação da Repartição Hidrográfica, em 1876, gênese da atual Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

Atualmente, as cartas náuticas podem ser apresentadas em diversos formatos, como em papel, Raster e Eletrônicas. No



Figura 3 - Vista parcial de Carta da Baía de Todos Santos, de 1867, elaborada a partir dos levantamentos conduzidos por Ernest Mouchez (França, 1867). Fonte: Biblioteca da Marinha.

Brasil, as cartas náuticas seguem as normas técnicas da OHI, cabendo à DHN⁵, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM)⁶, mantê-las (MB, 2025b).

A SIMBOLOGIA DE CASCOS SOÇOBRADOS EM CARTAS NÁUTICAS

Uma carta, dependendo de seus objetivos, só estará completa se trazer elementos naturais e artificiais da superfície terrestre devidamente representados, sendo para isso utilizados os símbolos e convenções cartográficas (IBGE, 1999). “Os símbolos cartográficos são convenções utilizadas na representação de feições cartográficas, exibidas em um mapa ou carta” (Menezes; Fernandes, 2013, p. 187). No caso das cartas náuticas, diversos elementos hidrográficos, como mangues, ancoradouros, assim como cascos naufragados, aparecem representados por símbolos.

A simbologia utilizada nas cartas

náuticas produzidas no Brasil encontra-se na publicação chamada *Carta 12000: Símbolos, Abreviações e Termos usados nas Cartas Náuticas*⁷. É nessa publicação que se encontra a simbologia referente a elementos como os cascos soçobrados, cuja representação varia de acordo com as informações que se quer transmitir aos usuários. A Figura 4 mostra alguns exemplos de símbolos de cascos soçobrados existentes na Carta 12000. Na primeira coluna, à esquerda, aparece a simbologia conforme as normas técnicas da OHI e, na terceira coluna, o correspondente aos símbolos suplementares usados em cartas náuticas nacionais.

A REPRESENTAÇÃO DOS NAUFRÁGIOS HISTÓRICOS EM CARTAS NÁUTICAS

A preocupação com a proteção dos naufrágios históricos de um país também sensibilizou parte da comunidade carto-

Cascos Soçobrados	Símbolos nacionais complementares: Supplementary national symbols	Wrecks
Plano de referência para profundidades Plane of reference for depths → H		
	Casco soçobrado, sempre descoberto, em cartas de grande escala Wreck, hull always dry, on large-scale charts	
	Casco soçobrado, que cobre e descobre, em cartas de grande escala Wreck, covers and uncovers, on large-scale charts	
	Casco soçobrado submerso, com profundidade conhecida, em cartas de grande escala Submerged wreck, depth known, on large-scale charts	
	Casco soçobrado submerso, com profundidade desconhecida, em cartas de grande escala Submerged wreck, depth unknown, on large-scale charts	
	Casco soçobrado com superestrutura visível no plano de referência para profundidades (NR) Wreck showing any part of hull or super structure at level of chart datum	
	Casco soçobrado com mastro(s) visível(is) somente na baixa-mar Wreck of which the mast (s) only are visible at Chart Datum	
	Casco soçobrado cuja menor profundidade é conhecida somente por sondagens Wreck, least depth known by sounding only	
	Casco soçobrado cuja menor profundidade conhecida foi varrida por dispositivo mecânico ou mergulhador Wreck, least depth known, swept by wire drag or diver	

Figura 4 - Imagem adaptada extraída da Carta 12000. Fonte: MB, 2025d.

gráfica internacional. Tal fato traduziu-se em ação após a OHI acatar uma sugestão do Comitê Australiano, feita em 2010, durante o 7º Encontro do Grupo de Trabalho para normalização de cartas náuticas. Como resultado, a OHI elaborou e passou a disciplinar as especificações cartográficas para a representação de cascos considerados históricos, incorporando-as oficialmente a partir de 2012 (Gusmão, 2015). Conforme o contido nas Especificações Cartográficas da OHI:

“Muchas naciones han designado a ciertos naufragios como de importancia cultural o histórica (por ejemplo, debido a su antigüedad, o como tumbas marinas), para protegerlos de interferencias no autorizadas (por ejemplo, de buceo, extracción, fondeo). Esos restos se indicarán, si es necesario, mediante una leyenda en magenta ‘Historic Wk’ o equivalente, adyacente al símbolo” (IHO:S-4/parte B, 2021, p. 4.).

Conforme as Especificações Cartográficas da OHI⁸, a utilização da representa-

ção é preconizada para cartas náuticas elaboradas em escala média e grande. Para o caso de cartas náuticas em escala grande, em que o naufrágio histórico precise indicar restrições específicas, a norma permite ser utilizado o símbolo de área restrita⁹, assim como demais símbolos que indiquem as atividades que estejam proibidas junto ao local, como pesca, fundo ou mergulho. Adicionalmente, essa simbologia pode ser complementada com uma nota explicativa sobre essas restrições, conforme ilustrado nas Figuras 5 e 6.

Diversos países já reforçam as suas ações de proteção ao Patrimônio Cultural Subaquático registrando em cartas náuticas os cascos soçobrados considerados de valor histórico, entre os quais se destacam a Austrália e a Finlândia.

Interessa observar que, na Figura 6, a simbologia referente aos sítios de naufrágios não é composta pelo símbolo de casco naufragado, aparece apenas o símbolo de área restrita e a indicação *Historic Wk* em magenta. Tal fato indica que, possivelmente, esses naufrágios possuíam casco

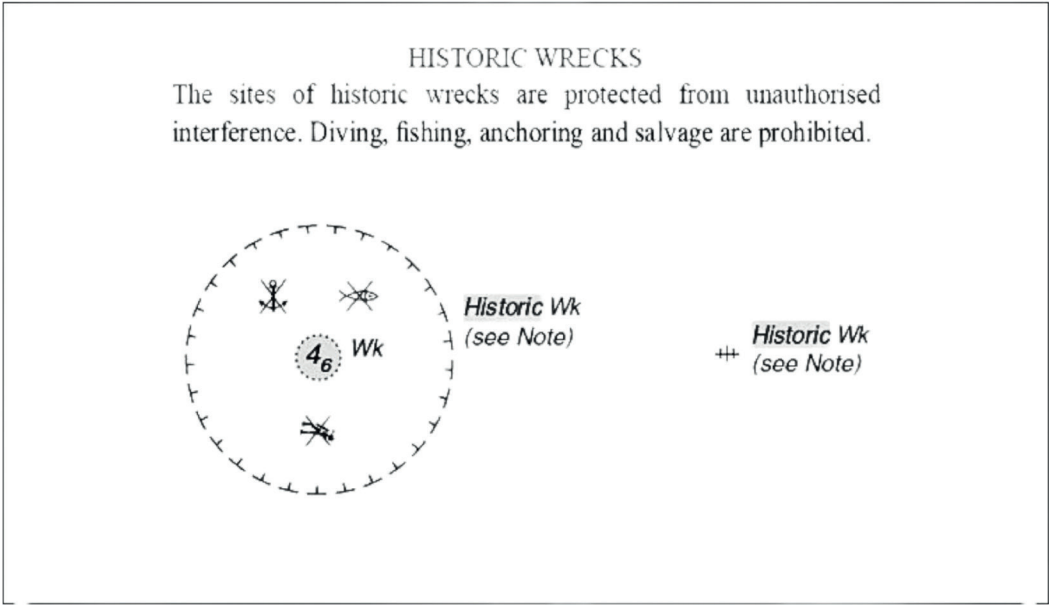


Figura 5 - Representação simbólica de um naufrágio histórico, conforme modelo contido da norma técnica da OHI. Fonte: OHI- S-4/2021.

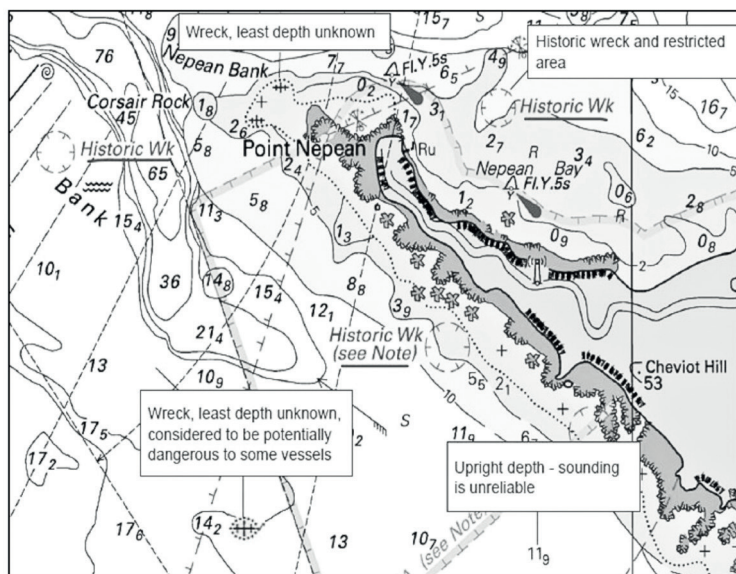


Figura 6 - Visão parcial de carta náutica australiana com explicações de simbologias, inclusive de naufrágios históricos. Fonte: Australian, 2017, p. 57.

de madeira, encontrando-se atualmente desmantelados e, por isso, não considerados, por exemplo, como um perigo à navegação, sendo desnecessária a indicação simbólica específica de casco naufragado no interior do símbolo de área protegida na carta náutica. Porém, pode-se deduzir que o seu registro, importância e indicação de restrições devem ter sido informa-

dos ao Serviço Hidrográfico Australiano que julgou pertinente a sua indicação. Já na carta náutica finlandesa, Figura 7, pode-se observar que na simbologia correspondente ao naufrágio histórico, há uma indicação de casco com mastros visíveis na baixa-mar, fato, portanto, documentado na carta. Isto não quer dizer que os cascos indicados, nessa última carta, não possam

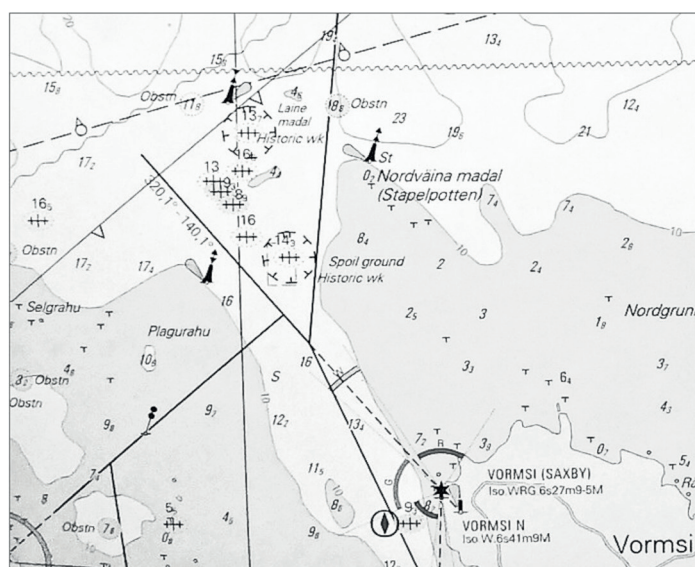


Figura 7 - Visão de parte da Carta Náutica Finlandesa (FI-950), apresentada por pesquisadores finlandeses no ICC -2015, com duas representações de sítios de naufrágios. Foto: R. Guimarães.

ser de madeira, pois deve-se considerar que se encontram no Mar do Norte, onde as condições ambientais permitem uma longevidade maior dos cascos de madeira em oposição ao que acontece nos mares com massas de águas mais quentes.

CONSTRUINDO UMA PROPOSTA PIONEIRA PARA AMAZÔNIA AZUL

O incremento da navegação junto ao mar adjacente à costa brasileira, ao longo do tempo, propiciou a formação de uma significativa história trágico-marítima, testemunhada pela existência de diversos sítios de naufrágios, cujos fatores causadores, já mencionados, ajudam a compreender os motivos. No entanto, localizar, identificar, pesquisar e proteger esses sítios são desafios complexos, que mobilizam pesquisadores, mergulhadores, acadêmicos e instituições públicas. Entre elas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, principalmente, a Marinha do Brasil, que dispõem dos meios navais para este mister.

O Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil¹⁰, por exemplo, foi uma das diversas ações da Marinha nesse sentido, pois partiu da premissa de que *não é possível proteger aquilo que se desconhece ou cuja localização é ignorada*. Este projeto, de longa duração, iniciado em 2010, e permanentemente atualizado, já catalogou cerca de mais de dois mil naufrágios ocorridos até 1950 (Bittencourt *et al.*, 2018). Cerca de 1.009 possuem georreferenciamento e foram compilados em um Banco de Dados espacial utilizado na produção cartográfica (Bittencourt *et al.*, 2018). Os dados do Projeto Atlas foram compartilhados com o Iphan, em 2021, sendo 187 naufrágios georreferenciados, com Coordenadas Ge-

ográficas classificadas como reportadas¹¹ ou confirmadas¹², cadastrados como sítios arqueológicos pela Área de Registro de Cadastro (ARE) do Iphan, no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), Conforme Nota Técnica nº 6/2021/AREC/COPEL/CNA/DEPAM (Iphan, 2021). Ademais, os dados do Projeto Atlas também se encontram disponíveis ao público na plataforma da Infraestrutura Nacional de Dados Geoespaciais (INDE)¹³.

Como visto, no Brasil já há uma preocupação compartilhada entre a Marinha e o Iphan quanto ao conhecimento e catalogação de informações sobre os sítios arqueológicos de naufrágios. Os recentes entendimentos e trocas de informações entre essas duas instituições, representadas pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) é fator essencial, para que, como próximo passo, a proposta ora em curso possa vir a ser viabilizada.

Relembra-se, com ênfase, que o registro ou a documentação das inúmeras ocorrências de naufrágios, considerados sítios arqueológicos, já vem sendo feito por outros mecanismos, seja pelo Projeto Atlas, promovido pela Marinha, como pelas diversas produções de cartas arqueológicas da costa brasileira, elaboradas por pesquisadores com projetos vinculados às universidades. Não se poderia esquecer e, deve-se fazer justiça, ao excelente trabalho de pesquisa e catalogação de naufrágios históricos feito por diversos mergulhadores, que em suas investigações, mesmo de forma amadora, não só contribuem para a localização e a divulgação deste patrimônio, como na produção de fontes para as pesquisas acadêmicas, a exemplo do *site* brasileiro Naufrágios do Brasil¹⁴, entre outros.

No âmbito das fontes históricas concernentes aos naufrágios, todos os pesquisadores sempre puderam contar com importantes contribuições nacionais como a do Almirante Dário Paes Leme de Castro, em seu *Desastres Marítimos*, publicado na Revista Navigator, de 1938; do historiador baiano José Góes de Araújo, com o seu catálogo de naufrágios e afundamentos - Costa do Brasil de 1503 a 1995, publicado pela primeira vez em 1995, sendo a obra revisada e ampliada em 2008; além da coleção de História Naval Brasileira, publicada pela Marinha do Brasil.

No rol de informações sobre a localização de naufrágios na Amazônia Azul, impossível deixar de mencionar o primoroso papel das pesquisas hidrográficas conduzidas, desde o século XIX, pela Marinha, e a importância da contribuição dos pescadores, detentores de informações preciosas sobre a existência e localização de restos de embarcações naufragadas e que muito ajudam nas pesquisas.

Reitera-se que a proposta de representação dos sítios de naufrágios nas cartas náuticas da Amazônia Azul tem como escopo contribuir com ações de proteção e seguirá sempre os critérios técnicos da DHN, que adota as normas da OHI. Assim, esta proposta se orienta pelo princípio de evitar ao máximo a inserção de informações que possam comprometer a clareza e a funcionalidade das cartas náuticas em sua finalidade primária. Ressalta-se, ainda, que não se pretende transformar as cartas náuticas em instrumentos equivalentes às cartas arqueológicas, mas, utilizá-las de forma complementar, com vistas à preservação do Patrimônio Cultural Subaquático, já que são obrigatória e constantemente consultadas por navegadores, sendo de fácil obtenção, quando em formato *raster*, junto ao site do CHM.

ELENCANDO OS CRITÉRIOS A SEREM EXIGIDOS

Elaborar os critérios de escolha dos sítios arqueológicos que podem ou devam ser representados nas cartas náuticas é o primeiro passo, e que, nesse momento, deve-se enfatizar, é preliminar, e tem como finalidade contribuir para a formulação de um projeto futuro, mais robusto e tecnicamente amparado.

Neste contexto, tem-se como pacífica uma questão conceitual, já debatida, considerando todo casco ou naufrágio histórico como sendo um sítio arqueológico de naufrágio e, portanto, integrante do Patrimônio Cultural Subaquático brasileiro. Logo, a questão agora é responder: a quem caberá e quais serão os critérios que nortearão classificar um naufrágio como sítio arqueológico subaquático que deva ser representado nas cartas náuticas?

Como visto, o Brasil não é signatário da Convenção da Unescode 2001, desta forma, quando se torna necessária a avaliação de bens submersos quanto ao seu valor cultural, histórico e arqueológico, normalmente é criada uma comissão mista¹⁵, composta por seis peritos qualificados, três indicados pela Marinha e os demais pelo Ministério da Cultura, geralmente, especialistas do Iphan.

Considerando-se a complexidade técnica quanto a avaliação de cascos submersos em sítios arqueológicos de naufrágios, o que já daria um artigo *per se*, e não sendo este tema o escopo desta discussão, decidiu-se para este trabalho lançar mão do atributo *marco temporal*, optando-se pelo corte adotado no Projeto Atlas, qual seja, o ano de 1950. Esta escolha permitiu adotar um corte temporal menor que o estabelecido pela Convenção da Unesco, de 2001.

Resta explicar que os autores consideram tanto o parâmetro dos cem anos da Convenção da Unesco, de 2001¹⁶, quanto o teto de 1950, do Projeto Atlas, como limitados, sendo o último adotado neste trabalho por ser um pouco mais amplo, permitindo a inclusão de naufrágios ocorridos em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Ressalta-se, contudo, que tal escolha não deve ser interpretada como a apresentação de um marco definitivo, mas como um critério de caráter preliminar. Futuramente, no âmbito desta proposta, outros critérios poderão ser adotados pelas instituições para validar o reconhecimento de casco soçobrado quanto ao seu possível valor histórico e arqueológico e a necessidade de sua representação em cartas náuticas.

CRITÉRIO Nº 1. ENCONTRAR-SE CADASTRADO NO IPHAN

Classificam-se automaticamente neste critério, conforme o conceito adotado, todos os naufrágios localizados nos limites da Amazônia Azul, que ocorreram até 1950, e que estejam cadastrados no Iphan¹⁷. Inicialmente, em situações excepcionais, podem ser inclusos como sítios de naufrágios os cascos encontrados após 1950, desde que avaliados e classificados por comissão de peritos.

Atualmente, há cerca de 187 sítios de naufrágios, que tiveram como fonte o Projeto Atlas, e já se encontram cadastrados no SICG, com código Iphan (Iphan, 2021), a exemplo dos cinco listados na tabela abaixo:

Sítio de Naufrágio	Local	Código Iphan
Vital de Oliveira	RJ	RJ3304151BAST00008
U-513	SC	SC4205407BAST00222
Germania	BA	BA2927408BAST00012
Bretagne	BA	BA2927408BAST00013
Maraldi	BA	BA2927408BAST00010

Tabela 1 - Parcela de naufrágios cadastrados pelo Iphan como sítios arqueológicos. Fonte: Iphan, 2021, online.

CRITÉRIO Nº2. TER AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS CONFIRMADAS

Para ser representado em cartas náuticas, além de atender ao primeiro critério, é necessário que o sítio de naufrágio possua as suas coordenadas geográficas confirmadas, com a devida informação do Datum, preferencialmente em Sirgas 2000.

Importa mencionar que alguns naufrágios registrados no Projeto Atlas e compartilhados com o Iphan ainda constam

com coordenadas reportadas. Entretanto, recentes trabalhos de prospecção e pesquisas trouxeram informações de localização mais precisas ou novas sobre alguns deles. Um exemplo notável é o do Navio-Auxiliar *Vital de Oliveira*, torpedeado em 1944 pelo submarino alemão *U-861*, nas águas adjacentes ao litoral do estado do Rio de Janeiro. Até recentemente, esse navio tinha a sua posição registrada no Projeto Atlas com as coordenadas reportadas. Em 16 de janeiro de 2025, o navio foi oficialmente localizado¹⁸ pelo seu ho-



Figura 8 - Imagens inéditas do sítio de naufrágio do Vital de Oliveira, obtidas pelo seu homônimo (NPqHo) Vital de Oliveira. Fonte: Klodja, 2025, *online*.

mônimo, o Navio de Pesquisas Hidroceanográfico da Marinha (NPqHo) *Vital de Oliveira*, durante a realização de *Testes de Mar e Comissionamento* ocorrido no litoral de Macaé-RJ (Klodja, 2025).

O naufrágio do navio *Vital de Oliveira*, Figura 8, além de classificado como um sítio arqueológico de naufrágio, cadastrado no Iphan, passou a possuir, a partir de então, uma coordenada confirmada, atendendo plenamente aos dois primeiros critérios desta proposta.

CRITÉRIO Nº 3. TER PELO MENOS UMA RECOMENDAÇÃO DE RESTRIÇÃO

A principal finalidade da representação dos sítios de naufrágios nas cartas náuticas da Amazônia Azul é levar informação aos navegantes em geral, a fim de alertá-los sobre possíveis restrições de acesso aos sítios de naufrágios. Tais sítios que se encontram ameaçados precisam possuir restrições para mitigar os efeitos de possíveis ações antrópicas. Faz-se importante reforçar que a elaboração de uma carta náutica segue orientações técnicas internacionais e não se presta à função de carta arqueológica ou mapa temático.

Para exemplificar esse critério, pode-se utilizar como exemplo o caso dos sítios referentes aos naufrágios do *Maraldi* (1875), *Germania* (1876) e *Bretagne* (1903). Esses soçobros ocorreram na Baía de Todos os Santos, em localidade próxima ao Farol da Barra. Encontram-se registrados no Projeto Atlas, cadastrados no Iphan e possuem uma “medida protetiva” preconizada na Portaria nº 96, da Capitania dos Portos da Bahia, emitida em 2021¹⁹. A partir da publicação desse documento, passou a ficar proibido o fundeio de embarcações, dentro de um raio de 100 metros, centrados nas coordenadas dos sítios citados.

O exemplo desses três sítios atenderia perfeitamente aos três critérios elencados até o momento, precisando apenas que seja verificado se o *status* de suas coordenadas já se encontram atualizadas no Projeto Atlas, assim como no cadastro do Iphan. Neste caso, na carta náutica, a indicação de sítio de naufrágio deverá aparecer associado com o de área restrita, além de nota explicativa referente à proibição estabelecida pela portaria.

Ainda como exemplo a serem usados, quanto a indicações de restrições, poder-se-ia utilizar o caso dos sítios de naufrágios do submarino *U-513* e do NA

Vital de Oliveira, também contidos na tabela acima. O *U-513*, por exemplo, navio afundado na costa catarinense, em 1944, é considerado tanto pela Marinha, quanto pelo Iphan, como um Túmulo de Guerra²⁰. A esse naufrágio poderiam ser atribuídas diversas restrições por parte das autoridades competentes, como a proibição de mergulhos recreativos, fundeio nas imediações, pesca submarina e outras atividades potencialmente impactantes. Todas essas restrições seriam representadas por simbologias nas cartas náuticas, assim como inseridas notas explicativas, caso necessário. Acredita-se que o sítio do *NA Vital de Oliveira*, por analogia, deveria receber tratamento similar, devido a sua relevância histórica e as circunstâncias de seu afundamento.

Cabe salientar, entretanto, que os dois sítios arqueológicos retratados acima, são de navios militares que afundaram durante a Segunda Guerra Mundial e, possivelmente, ainda podem conter remanescentes humanos em seu interior. Sendo assim, entende-se que embora cumpram os requisitos necessários a serem representados em cartas náuticas, cabe à Marinha do Brasil avaliar a pertinência quanto à divulgação da localização de naufrágios considerados túmulos de guerra, representando-os ou não em cartas náuticas. Acredita-se que este cuidado deve ser levado em consideração apenas no caso de suas localizações exatas ainda não serem de pleno conhecimento público.

Importante mencionar que sítios arqueológicos de naufrágios como o *U-513*, *NA Vital de Oliveira*, entre outros, podem trazer risco potencial ao meio ambiente e a segurança de mergulhadores, seja por ainda conterem combustível em seus tanques, ou mesmo material explosivo, precisando, portanto, serem devidamente sinalizados em cartas náuticas.

CRITÉRIO Nº 4: OBTER O PARECER FAVORÁVEL DA DHN

O último critério a ser transposto por um sítio de naufrágio, antes de poder integrar uma carta náutica, seria o de passar pela análise técnica e aprovação da DHN, organização responsável por autorizar a inclusão de um sítio de naufrágio em cartas náuticas brasileiras.

PROPONDO UM PROTOCOLO

Com base nas respectivas missões institucionais, indicou-se o possível papel de cada órgão nas diferentes fases necessárias à consecução da iniciativa, a qual, se colocada em prática, poderá culminar na representação dos primeiros sítios arqueológicos de naufrágios, localizados na Amazônia Azul, em cartas náuticas brasileiras.

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (CNA-IPHAN)

A esse Centro caberia iniciar a primeira fase do processo, inicialmente avaliando tecnicamente quais os sítios arqueológicos de naufrágios, reconhecidos e cadastrados no Iphan, necessitariam ser representados em cartas náuticas brasileiras, a fim de mitigar possíveis ações antrópicas deletérias, sugerindo restrições de acesso. Ademais, poderia estabelecer um convênio ou parceria com a Marinha, a fim de compartilharem dados sobre sítios de naufrágios, mantendo ao máximo, as informações atualizadas;

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (DHN)

A essa Diretoria caberia receber a solicitação formal do CNA-Iphan e avaliar tecnicamente a pertinência do pleito. Após o

resultado da avaliação, a DHN emitiria resposta ao CNA-Iphan, informando os sítios tecnicamente aprovados para constarem em cartas náuticas e apontando aqueles que não satisfazem os critérios técnicos;

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (DPHDM)

Como Diretoria especializada nas áreas de Arqueologia e História, bem com responsável pelo Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil, caberia a essa organização subsidiar tecnicamente à DHN, assim como estreitar os vínculos com CNA-Iphan, a fim de permitir o constante compartilhamento e troca de informações atualizadas sobre sítios arqueológicos de naufrágios ocorridos em Águas Jurisdicionais Brasileiras; e

CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA (CHM)

A esse Centro caberia subsidiar tecnicamente a DHN, emitindo pareceres relacionados às questões que envolvem o campo da Cartografia Náutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas duas décadas, com o crescente número de atividades desenvolvidas no Brasil em torno do Patrimônio Cultural Subaquático, entre as quais a realização de cursos, exposições, publicações de artigos, livros, palestras e congressos promovidos por instituições governamentais e universidades, já não se pode mais abordar o tema Amazônia Azul, junto à sociedade, enfatizando apenas o seu potencial econômico. Isso porque, as evidências demonstram que esse espaço marítimo se tornou um verdadeiro museu arqueológico submerso, cuja riqueza de caráter

cultural, retrata materialmente parte da história trágico-marítima relacionada à nação brasileira, fator que contribui sobremaneira para justificar a importância desse território.

Reitera-se aqui o caráter preliminar, crítico, experimental e, por que não, provocativo da proposta que visa a representação dos sítios de naufrágios da Amazônia Azul em cartas náuticas brasileiras. Trata-se de uma proposta que, certamente, precisará ser avaliada tecnicamente, debatida e aprimorada, mas, sobretudo, desenvolvida e efetivada, sendo posteriormente regulamentada. Sua implementação colocaria o Brasil *pari passu* com práticas já consolidadas por serviços hidrográficos de outras nações que reconhecem e valorizam a proteção de seus bens culturais submersos.

Por fim, os autores registram que toda crítica construtiva direcionada a este artigo, seja formulada por colegas, especialistas de outras áreas, mergulhadores ou leitores, em geral, será sempre muito bem-vinda, por representar uma valiosa contribuição ao amadurecimento e desenvolvimento desta iniciativa em prol da preservação do notável Patrimônio Cultural Subaquático da Amazônia Azul.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. e Capitão de Fragata (RM1-EN) Flávia Mandarinó pelas sempre preciosas e oportunas orientações técnicas e à Anne Worden do *Australian Hydrographic Office* pela prestimosa ajuda.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALMEIDA, L. S. Novo mapa do Brasil é expandido com 5,7 milhões de km² de área marítima. *Agência Marinha de Notícias* 2023. Disponível em: Novo mapa do Brasil é expandido com 5,7 milhões de km² de área marítima | Agência Marinha de Notícias. Acesso em: 24 nov. 2024.

AUSTRALIAN. *Department of Defense. Australian Chart & Publication Maintenance Handbook*. Australian: AHS. Edition 4. 2017. Disponível em: AHP24_Edition_4.00.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BITTENCOURT, A. S.; MANDARINO, F.; GUIMARÃES, R. S.; MORAIS, R. V.; GUSMÃO, D.; SANTOS, R.; SANTOS, E. O Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: SDM, v. 138, n. 01/03, p. 102-112, jan./mar. 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. Capitania dos Portos da Bahia - CPBA. *Portaria nº 96/CPBA, de 06 de outubro de 2021* - Proíbe o fundeio de embarcações em áreas de sítios arqueológicos subaquáticos. Disponível em: www.marinha.mil.br/cpba/content/capitania-dos-portos-da-bahia-portarias. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. *Lei Federal nº 7.542, de 26 de setembro de 1986*. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1986. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7545 . Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000*. Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10166.htm >. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Marinha; Ministério da Cultura. *Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989*. Aprova as normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_n_69_de_23_de_janeiro_de_1989.pdf > Acesso em: 2 mar. 2025.

FRANÇA. *Dépôt de la Marine. Brésil Plan: de la Baie de Bahia de Todos os Santos (1ère feuillie)* / Levé par Mr. E. Mouchez, Capitaine de Frégate Commandant le Lamotte Piquet, assiste de M. Mrs.de Librain, Turquet, Boistel, Jan et Guidou Officiers du dit Bâtiment Dépôt des Cartes et Plans de la Marine, 1867. Acervo da Biblioteca da Marinha - nº de chamada: M 912.814 M924br.

GUIMARÃES, R. S. Capítulo XVIII – Arqueologia Marinha e Patrimônio Cultural Subaquático. In: MOURA NETO, J. S.; AZEVEDO, M. A. L. (org.). *O Brasil e o mar do século XXI: subsídios para o aproveitamento sustentável do mar brasileiro*. 3 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Quiteriense Serviços Gráficos e Editoriais, 2022, p. 609-627.

GUSMÃO, D. M. *Sítios Arqueológicos de Naufrágios da Baía de Todos os Santos, Salvador-BA: Estudo de caso do Clipper Blackadder*. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Nota Técnica nº 6/2021/AREC/COPEL/CNA/DEPAM - Resposta ao Ofício nº 244/DPHDM-MB - Informações de localização de Sítios Arqueológicos Históricos. SEI/Iphan: Processo nº 01450.002357/2021-20, 2021. Disponível em: SEI/IPHAN - 3178750 - Nota Técnica. Acesso em: 5 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas Geográfico Escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 9 ed. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Noções Básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, Manual Técnico v. 8, 1999.

KLODJA, A. F. N. *Marinha avança nas pesquisas sobre o naufrágio do Navio-Auxiliar Vital de Oliveira*. Agência Marinha de Notícias. 2025. Disponível em: www.agencia.marinha.mil.br/historia-naval/marinha-avanca-nas-pesquisas-sobre-o-naufragio-do-navio-auxiliar-vital-de-oliveira Acesso em: 7 mar. 2025.

MARINHA DO BRASIL (MB). Amazônia Azul. “Você sabia?”. Marinha do Brasil, 2025a. Disponível em: Amazônia Azul. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARINHA DO BRASIL. Centro de Hidrografia da Marinha (CHM). *Cartas Náuticas*. 2025b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/chm/dados-do-segnav-cartas-nauticas>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). *Missão/Visão*. 2025c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dhn/node/80> . Acesso em: 27 mar. 2025.

MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). *Carta 12000 (INT 1): Símbolos, Abreviaturas e Termos Usados nas Cartas Náuticas Brasileiras*. Niterói: CHM, 5ª edição, atualizada até o folheto de “Avisos aos Navegantes nº 6/2025”, 2025d.

MARTINS, H. L. *Abrindo Estradas no mar: a hidrografia da costa brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. F. *Roteiros de Cartografia*. São Paulo: oficina de textos, 2013.

OHI - ORGANIZACIÓN HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL. *Reglamento de la OHI para Cartas Internacionales (INT) y Especificaciones cartográficas de La OHI - S-4*. Mônaco. Edición 4.9.0. Marzo 2021. Disponível em: <https://iho.int/en/standards-and-specifications>. Acesso em 20 mar. 2025.



OLIVEIRA, C. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 4 ed. 1993.

RAMBELLI, G. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.

SOUZA, C. C. R. Subsídios para a Arqueologia Subaquática: fatores causadores de naufrágios. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: SDM, v. 6, 2010.

SOUZA, C. C. R; AMARAL, M. P. V. O Panorama da Arqueologia Subaquática no Nordeste do Brasil. In: VIANA, D. *et al.* (ed.). *Ciências do Mar: dos Oceanos do Mundo ao Nordeste do Brasil*. 1. ed. Olinda: Via Design Publicações, 2021.

STILBEN, J. T. A. Após atuação do Ministério das Relações Exteriores e da Marinha, ONU reconhece expansão do território marítimo brasileiro. *Agência Marinha de notícias*. 2025. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/apos-atuacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-da-marinha-onu-reconhece> . Acesso em: 24 abr. 2025.

UNESCO. *La Convención de la UNESCO sobre la Protección del Patrimonio Cultural Subacuático*. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126065_spa . Acesso em 2 abr. 2025.

VIANA, H. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. 15 ed. revisada até o Governo Fernando Collor por Hernani Donato, 1994.

NOTAS

1. Ver Portaria Interministerial no 69/89.

2. SOUZA, C. C. R. Fatores Causadores de Naufrágios: subsídios para a História Marítima do Brasil. *Revista Navigator: subsídios para História do Brasil*. Rio de Janeiro: SDM, no 11, v. 6, p. 118-124.

3. Diogo Jorge de Brito chegou ao posto de Chefe-de-Esquadra, em 1827, ano em que assumiu a pasta do Ministério da Marinha deixando a função no mesmo ano. Conforme o historiador naval Hélio Leôncio Martins, Brito pode ser considerado o primeiro hidrografo brasileiro (Martins, 2006).

4. Patrono da Hidrografia do Brasil.

5. A DHN responde como Serviço Hidrográfico Nacional e possui a missão de “Produzir e divulgar informações de segurança da navegação e do ambiente marinho, a fim de contribuir para salvaguarda da vida humana, o desenvolvimento nacional e aplicação do Poder Naval” (MB, 2025c, *online*).

6. O CHM possui por missão “Analisar, armazenar e intercambiar dados geoespaciais marinho, a fim de contribuir para a produção e divulgação das informações de segurança da navegação e do meio ambiente” (MB, 2025b, *online*).

7. A Carta 12000 é publicada pela DHN, cujas edições são baseadas nas especificações de Cartas da Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

8. OHI - Organización Hidrográfica Internacional. S-4: *Reglamento de la OHI para Cartas Internacionales (INT) y Especificaciones cartográficas de La OHI*. Mônaco. Edición 4.9.0.

Marzo 2021, B-422, p. 3-4. Disponível em: <https://iho.int/en/standards-and-specifications>. Acesso em 20 mar. 2025.

⁹. O símbolo de área restrita, caso pertinente, também pode ser representado por um polígono (ver carta 1200/DHN).

¹⁰. A fim de tornar o texto mais fluido passaremos doravante a chamá-lo de Projeto Atlas.

¹¹. Quando as fontes apresentam algum tipo de coordenadas de localização, porém ainda não há confirmação de que o naufrágio tenha sido encontrado.

¹². Quando as fontes informam as coordenadas de localização do naufrágio e o mesmo já foi encontrado, sendo sua localização bem conhecida.

¹³. Acesso à página da INDE em: Página Inicial - Portal INDE .

¹⁴. Site sobre naufrágios ocorridos na costa brasileira disponível em: www.naufragiosdo-brasil.com.br

¹⁵. Prevista na Portaria Interministerial no 69/89.

¹⁶. Conforme estabelece a Convenção da UNESCO, de 2001, em seu artigo primeiro, o Patrimônio cultural subaquático significa todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico, que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos, há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente:

(i) Sítios, estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, bem como o respetivo contexto arqueológico natural;

(ii) Navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respetiva carga ou outro conteúdo, bem como o respetivo contexto arqueológico e natural; e

(iii) Artefatos de caráter pré-histórico.

¹⁷. A contribuição para atualização do cadastro de sítios de naufrágios do Iphan poderá contar com informações trocadas com a Marinha do Brasil, por meio da DPHDM/DHN, e pelas informações cadastradas no órgão pelos arqueólogos a partir de suas pesquisas em campo.

¹⁸. Achado primeiramente pelos irmãos mergulhadores José Luiz e Everaldo Pompermayer Merigute com auxílio do mergulhador Domingos Afonso Jório (Klojda, 2025, *online*).

¹⁹. BRASIL. Marinha do Brasil. Capitania dos Portos da Bahia – CPBA. **Portaria no 96/CPBA, de 06 de outubro de 2021.** Proíbe o fundeio de embarcações em áreas de sítios arqueológicos subaquáticos. Disponível em: www.marinha.mil.br/cpba/content/capitania-dos-portos-da-bahia-portarias. Acesso em: 31 mar. 2025.

²⁰. Comunicação oral prestada por Ricardo Guimarães, então Encarregado da Divisão de Arqueologia Subaquática da DPHDM, em 26/03/2025. Ainda conforme o oficial, o entendimento do Iphan e MB, classificando o U-513 como um “Túmulo de Guerra”, expressão já utilizada em língua inglesa (War Grave), baseou-se no entendimento do estabelecido pelo artigo 17 da Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, promulgada no Brasil pelo Decreto no 42.121, de 21 de agosto de 1957